



**DINAMIZAR A AGRICULTURA FAMILIAR
E DESENVOLVER O AGRONEGÓCIO
ARTICULADO COM A REDE DE
PRODUÇÃO ESTADUAL**

DINAMIZAR A AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVER O AGRONEGÓCIO ARTICULADO COM A REDE DE PRODUÇÃO ESTADUAL

A agricultura constitui uma das principais e uma das mais tradicionais atividades econômicas da Bahia. Existente em praticamente todos os Territórios de Identidade do Estado, o setor primário tem o potencial de gerar postos de trabalho – como se verifica, por exemplo, na agricultura familiar – e também riquezas, além de impulsionar o comércio exterior com a exportação de *commodities* que, nos últimos anos, tem crescido e expandido as fronteiras agrícolas da Bahia.

A atividade apresenta ampla diversidade no território baiano, devido à coexistência do agronegócio, concentrado em algumas regiões e estruturado em grandes unidades empresariais, e a agricultura familiar, dispersa no território do Estado e fragmentada em pequenas unidades produtivas. Esses produtores enfrentam realidades e obstáculos distintos. Têm diante de si o desafio de articular suas atividades à rede de produção estadual e tornar a agricultura e a pecuária baianas mais competitivas, mais eficientes e com maior potencial de geração de emprego e renda.

Mas, para alcançar essas metas, é necessária a aplicação de políticas articuladas, que promovam não apenas a integração vertical da produção, mas também a horizontal, aproximando os produtores que enfrentam os mesmos desafios e estimulando as ações conjuntas. É o que se propõe a presente diretriz, cujas ações são executadas principalmente

pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI. Articuladas à execução do Plano Plurianual 2008–2011, as ações em curso buscam contemplar a ampla diversidade dos produtores rurais, desde o agronegócio voltado para o comércio exterior até o agricultor familiar que comercializa sua produção nos municípios baianos.

Ao avaliarmos as realizações ao longo de 2008, percebe-se que a aplicação dessa nova filosofia começa a apresentar seus primeiros resultados. Um indicador dos mais expressivos é o Valor Bruto da Produção – VBP, cujo crescimento foi de 22,5% em relação ao ano anterior. O destaque foi o setor agrícola, com crescimento de 26,2%, saltando de R\$ 9,7 bilhões para R\$ 12,3 bilhões.

Na moderna agricultura baiana, o destaque prossegue na produção de grãos, que expandiu 37%. Entre os principais produtos destacam-se a soja, o milho, o feijão, o algodão, a mamona e o sorgo. Parte dessa produção destinou-se aos mercados externos, que com a retração na oferta mundial de alimentos alcançou preços elevados, favorecendo os produtores baianos. O principal destaque foi a soja, cuja área de cultivo foi ampliada em 54 mil hectares, notadamente no Oeste Baiano.

Também na fruticultura, boa parte da produção é exportada, atingindo mercados com elevado grau de exigência e rígidas barreiras



Agronegócio – Citricultura

fitossanitárias, como os Estados Unidos e países da União Européia. O destaque da produção é a manga, a uva, o mamão, o melão, o coco, a melancia e a goiaba. O detalhe promissor em relação à fruticultura é que a Bahia tem avançado na agroindustrialização da atividade, produzindo sucos e polpas, que possuem maior valor agregado que o fruto *in natura* e atendem o imperativo da diversificação produtiva, oferecendo aos consumidores um número maior de produtos elaborados a partir da mesma matéria-prima.

A atividade agrícola, além de impulsionar o crescimento econômico, como se observa na Bahia, também tem alcance social, potencializando a inclusão de milhares de trabalhadores rurais, que permanecem mais expostos à pobreza. É o caso do cultivo de oleaginosas para a produção do biodiesel, cujo programa prioriza a inserção de agricultores familiares e focaliza o Semi-Árido, região mais pobre do Estado.

Para tanto, programas e ações dos governos federal e estadual estimulam o plantio e a inserção dos produtores familiares na cadeia produtiva do biodiesel, gerando emprego e renda e reduzindo a exposição à pobreza. A Bahia é particularmente privilegiada em relação à atividade, já que produz 80% da mamona nacional, além de oleaginosas como o dendê e a soja, também empregados na produção do óleo vegetal. Na Bahia, a produção do biodiesel mobiliza diversos órgãos, a exemplo da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação – SECTI, a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração – SICM, a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR e a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA.

Porém, mais do que a articulação entre os diferentes órgãos governamentais, o êxito de iniciativas como o plantio de oleaginosas para a produção de biodiesel, exige o estabelecimento de sintonia entre o governo e a sociedade, de forma que o primeiro capte as demandas e necessidades da população, oferecendo condições para que essa se envolva com atividades produtivas com sustentabilidade assegurada, reduzindo a dependência das ações assistenciais. É o caso de investimentos em capacitação de produtores rurais, atividade que se expandiu ao longo de 2008 e que é viabilizada por intermédio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, instituição vinculada à SEDIR.

Ações dessa natureza buscam solidificar uma cultura cooperativa entre trabalhadores reunidos em associações e sindicatos, estimulando o empreendedorismo, facilitando o acesso a informações, crédito e assistência técnica, promovendo a emancipação de comunidades e contribuindo para reduzir a pobreza e os desequilíbrios

regionais da Bahia. Essas iniciativas são desdobramentos dos processos consultivos que constituem a filosofia de gestão do governo da Bahia e que foram iniciadas em 2007 com a realização do Plano Plurianual Participativo – PPA-P.

Contribuem com essas iniciativas, ações como os Planos de Desenvolvimento Territorial, que contemplam os temas considerados prioritários nos territórios e a constituição de comitês e conselhos de desenvolvimento territorial. Nessas discussões, surgiram demandas por infra-estrutura, como a eletrificação de áreas rurais, sob a responsabilidade da Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA, e oferta de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária para a agricultura familiar, atividades que vêm sendo executadas pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. – EBDA. Há também preocupação com a oferta de insumos aos produtores, como é o caso da distribuição de sementes nas épocas de plantio.

O desenvolvimento da agricultura familiar, no entanto, não pode prescindir da parceria com o governo federal. Na Bahia, essa parceria vem se traduzindo em iniciativas importantes como o Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, que conta com o apoio do Banco Mundial e mobiliza atores como o próprio governo da Bahia, o movimento sindical, cooperativas e associações de trabalhadores rurais. Em 2008, foram investidos R\$ 23,7 milhões distribuídos no Subprojeto de Aquisição de Terras, no valor de R\$ 10,4 milhões, e no Subprojeto de Investimentos Comunitários, no montante de R\$ 13,3 milhões, beneficiando 1.131 famílias.

Outro exemplo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, que aplicou R\$ 230,6 milhões, situando a Bahia em décimo lugar no ranking nacional. Parte dos recursos é aplicada na modernização da atividade agrícola, como a aquisição de máquinas mais modernas, fertilizantes e outros equipamentos. O dinamismo do setor primário se reflete na geração de empregos formais, deixando a Bahia em terceiro lugar no *ranking* nacional. O fortalecimento da agricultura familiar tem promovido o surgimento de mais postos de trabalho, já que as atividades produtivas nas próprias unidades familiares são geradoras de emprego e fortalecem a capacidade empreendedora.

Contudo, o fortalecimento da rede de produção estadual não pode negligenciar um importante aspecto da questão: o escoamento dos produtos da agricultura familiar e dos empreendimentos de economia solidária. Com esse propósito foi articulado o Sistema Estadual de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e dos

Empreendimentos de Economia Solidária, que tem como finalidade facilitar a comercialização dos produtos dos pequenos produtores. Essa iniciativa estabelece o elo necessário entre o produtor e o consumidor, já que não adianta a disponibilidade de condições de produzir, sem os meios que permitam que o produto esteja à disposição do consumidor. Nesse aspecto, ganha relevância a manutenção das rodovias baianas em boas condições de tráfego, fator crucial para a redução dos custos com transporte, que se traduz em benefícios para toda a sociedade.

A extensão territorial da Bahia e a diversidade geográfica favorecem a existência de diversas atividades agropecuárias distintas. Essa diversidade em cultivos, em escala produtiva e em características dos produtores, exige políticas diferenciadas do governo da Bahia, de forma que cada atividade tenha o suporte de que necessita. Assim, entre as cadeias produtivas mapeadas pela SEAGRI estão as do leite, da pecuária de corte, da apicultura, da caprino-ovinocultura, da cotonicultura, da mandioca, de citros, do umbu, do alho, da cana-de-açúcar, do café, do mamão e do sisal.

Algumas dessas atividades têm importância especial pelo fato de contemplarem Territórios de Identidade com baixo dinamismo econômico e com pouca diversidade produtiva. É o caso da caprino-ovinocultura, que se concentra no Semi-Árido e apresenta perspectivas promissoras, já que há demanda nos grandes centros urbanos pela carne, pela pele e por produtos derivados, como o queijo e o

doce de leite. Esse cenário traz a expectativa da agroindustrialização da atividade, com potencial de desenvolvimento para os territórios envolvidos. O mesmo raciocínio se aplica a outras atividades, como a apicultura e o cultivo do umbu, produtos que agregam valor e que se mostram adaptados à região semi-árida.

A pecuária de corte é outra atividade estratégica na Bahia. Com o maior rebanho de corte do Nordeste, com cerca de 11 milhões de cabeças, a atividade está amplamente dispersa no território e tem sido objeto da atenção de produtores de outras regiões do país, como o Sul e o Sudeste. A atividade vive um momento positivo, graças à recuperação dos preços em relação a 2007 e aos investimentos promovidos pelo governo da Bahia, na recuperação e reestruturação de frigoríficos, de forma que esses assegurem um abate dentro dos modernos padrões de higiene e qualidade e com melhor aproveitamento do animal. Atendendo à realidade da dispersão dos criadores pelo Estado, o governo da Bahia, além de desenvolver iniciativas voltadas para a modernização dos abatedouros, busca também a regionalização das unidades, o que significa custos menores de deslocamento dos animais para o abate e com o transporte para os mercados consumidores, o que torna os produtos mais competitivos.

Os esforços para assegurar a sanidade do rebanho bovino baiano estão a cargo da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab, que dispõe de 43 barreiras fixas e outras 20, móveis. Uma das grandes conquistas do governo foi tornar a Bahia Zona Livre da febre



Bovinocultura – Exposição

Agpecom

aftosa. O mérito é resultado do desenvolvimento de campanhas junto aos criadores, que contam com a Adab como referência. A certificação de Zona Livre da aftosa é o primeiro passo para que a carne bovina possa ser exportada para outros países.

A Adab também tem a função de promover a fiscalização e garantir a sanidade animal e vegetal na Bahia. A ação tem por finalidade garantir a qualidade dos produtos consumidos pelos baianos e por essa razão o órgão tem investido na modernização para, assim, assegurar maior confiabilidade às suas ações. Uma evidência é a parceria firmada com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, que garantiu o investimento de R\$ 11 milhões para aquisição de veículos e equipamentos.

A atuação da Adab também foca a Agricultura Familiar, com ações voltadas para a fiscalização de animais e vegetais em trânsito. Mais que garantir a qualidade dos produtos que os baianos consomem, o rigor fitossanitário do órgão representa outro aspecto estratégico: é um requisito indispensável para a exportação de produtos de origem animal ou vegetal, principalmente para os países desenvolvidos. Atendendo aos padrões de sanidade internacionais, a Bahia se coloca como potencial exportadora de alimentos e, assim, assegura maior competitividade internacional. Um exemplo está na fruticultura, cuja parte da produção é consumida nos Estados Unidos e na União Européia.

Os resultados positivos alcançados pela agropecuária baiana indicam o caminho a ser seguido para assegurar o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico com inclusão social. A parceria mantida com o governo federal é uma dessas indicações e viabilizou o programa de desenvolvimento e diversificação do agronegócio na Região Sul da Bahia – o PAC/Cacau, resultado de uma parceria entre o governo da Bahia e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. O programa prevê a concessão de crédito para os cacauicultores, a assistência técnica para promover o melhoramento genético das plantas tornando-as mais resistentes às pragas, e a busca de alternativas à atividade cacaueteira, como o aproveitamento do dendê para a produção do biodiesel, da seringueira e da fruticultura.

Outra parceria no setor agrícola refere-se à Reforma Agrária. Em 2008, aconteceram vitórias em 17 Territórios de Identidade, visando à desapropriação de imóveis rurais para assentamentos de agricultores sem-terra. Além do governo da Bahia, que investiu R\$ 505,1 mil na ação, colaboraram como parceiros o Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária – Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. A questão dos fundos de pastos – áreas ocupadas por agricultores familiares que não têm a posse legal da terra – também foi encaminhada em parceria com o Incra, órgão responsável pelo reconhecimento como área de reforma agrária. A propósito, a questão fundiária é um dos mais antigos problemas enfrentados na Bahia. Ao longo de décadas, impediu que milhares de famílias assegurassem a própria subsistência, permanecendo expostas à pobreza.

Outro importante fator que deve ser preservado e aprofundado é a promoção do diálogo para a resolução de conflitos vinculados à questão da terra. Esse desafio vem sendo encarado com a manutenção de um diálogo plural envolvendo os movimentos sociais e órgãos do Estado, como as Polícias Civil e Militar, a Casa Militar e, no âmbito nacional, a Ouvidoria Agrária Nacional e o próprio Incra. O entendimento entre os atores envolvidos com a questão da Reforma Agrária é a alternativa mais adequada para reduzir a tensão no campo e a possibilidade de conflitos que, ao longo de décadas, sempre resultaram em violência e assassinatos de trabalhadores rurais.

Nas ações que desenvolve, o governo do Estado tem também em perspectiva a evolução do cenário econômico nacional e mundial. Afinal, os países desenvolvidos enfrentam uma severa crise econômica que pode provocar a redução da demanda por *commodities*, como a soja, além de outros produtos que têm aceitação no mercado externo. Assim, para evitar grande retração na atividade, provocando desemprego e falências, a alternativa que se coloca é a manutenção da demanda interna aquecida, com o propósito de atenuar os efeitos no mercado global. E nesse aspecto, mais uma vez, se coloca como estratégica a atuação sintonizada entre os governos estadual e federal, articulando políticas que mantenham a demanda interna aquecida.

O relatório a seguir apresenta os resultados alcançados pelos diversos setores da agricultura e da pecuária na Bahia ao longo de 2008, sob a perspectiva do agronegócio e da agricultura familiar. Aponta as ações do governo da Bahia, a parceria que o setor exige com o governo federal para o bom andamento das políticas públicas e os desafios colocados para a continuidade do desempenho satisfatório no setor primário, estratégico para a geração de emprego e renda, para a redução da pobreza e para impulsionar o desenvolvimento em territórios tradicionalmente pouco dinâmicos economicamente, como os situados no Semi-Árido.

A FORÇA DO AGRONEGÓCIO BAIANO

A atual conjuntura econômica aponta que o PIB do agronegócio da Bahia terá um crescimento de 10%, em 2008, atingindo o valor de R\$ 28,6 bilhões (Gráfico 1), contra R\$ 26 bilhões em 2007, assim, a participação do agronegócio no PIB estadual será de 25%, contra 23,7% em 2007.

A metodologia para o cálculo do PIB passou por uma revisão, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Assim, a série histórica do indicador foi revista e seus dados passaram por uma correção, apresentando novos números ajustados também para o cálculo do PIB do agronegócio e seus componentes. O novo procedimento justifica-se por dar uma maior agilidade e permitir expor mais intensamente a correlação entre quantidades e preços no agronegócio.

O Produto Interno Bruto do Agronegócio Baiano, valor do total de riquezas produzidas abrangendo os insumos, a produção agropecuária propriamente dita e a agroindústria, junto à distribuição para o atacado e o varejo, revela a importância crescente que este setor tem no conjunto da economia do Estado. Os insumos devem apresentar um crescimento em torno de 14%, somando R\$ 1,6 bilhão, o PIB da agropecuária deve atingir a cifra de R\$ 12,9 bilhões, com crescimento de 12,8%; o PIB da agroindústria pode chegar ao valor de R\$ 5,5 bilhões e a distribuição do PIB acima referido deve crescer 8,4%, chegando a R\$ 8,6 bilhões.

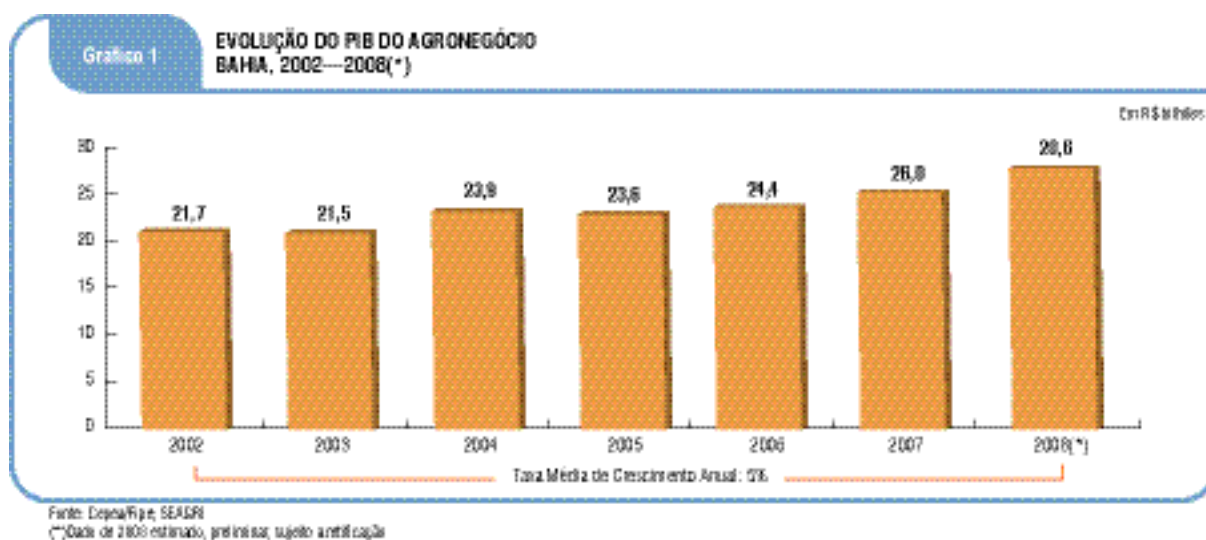
O faturamento ou **Valor Bruto da Produção – VBP** da agropecuária da Bahia, em 2008, chegou próximo dos R\$ 18 bilhões de reais,

com crescimento de 22,5% em relação ao ano de 2007, que apresentou um VBP de R\$ 14,7 bilhões.

O Gráfico 2 demonstra a composição do valor bruto da produção agropecuária do exercício de 2008.

Na produção vegetal, as lavouras tiveram o maior destaque, sobretudo os grãos, que, além do notável crescimento na produção, foram beneficiados pela alta dos preços dos alimentos em escala mundial, com reflexo direto no mercado interno. Na produção animal, a bovinocultura e a avicultura foram os setores que mais contribuíram para o VBP da agropecuária baiana.

O VBP das lavouras cresceu 26,2% em 2008, em relação ao ano anterior, passando de R\$ 9,7 bilhões para R\$ 12,3 bilhões. O segmento



de grãos obteve crescimento de 63,8%, tendo como destaque a soja, o milho e o feijão.

A receita da soja cresceu 50%, passando de R\$ 1,2 bilhão em 2007 para R\$ 1,8 bilhão em 2008, enquanto o VBP do milho cresceu 36,1%, atingindo o valor de R\$ 1,0 bilhão ante R\$ 734,6 milhões de 2007. O feijão foi o produto que teve a maior valorização de preço em 2008, devido à elevação da renda nas camadas mais baixas da sociedade, o que impulsionou a demanda pelo produto. Por conta disso, o VBP do grão passou de R\$ 808,6 milhões no ano de 2007, para R\$ 2,6 bilhões em 2008.

O desempenho das frutas na composição do VBP vegetal alcançou uma participação de 21% em 2008, um faturamento de R\$ 2,6 bilhões. As frutas que mais contribuíram para esse crescimento foram manga, banana, uva e coco, sendo que estas culturas contribuíram com 71,7% do VBP da fruticultura.

Na pecuária, o melhor resultado no VBP foi verificado na bovinocultura, sobretudo na produção de carnes. O rebanho do Estado cresce a taxas constantes que, combinadas com o aumento do preço médio da arroba do boi gordo, permitiu o faturamento de R\$ 2 bilhões. A avicultura faturou R\$ 808 milhões, um crescimento de 20,1% em relação ao ano anterior. A estimativa é que a produção de carne de frango, após a devida apuração dos resultados, encerre o ano de 2008 com 260,6 mil toneladas, 23,9% superior à produção registrada em 2007.

A Bahia colheu 6,3 milhões de toneladas de **grãos** em 2008, a maior safra de todos os tempos, em uma área superior a 2,7 mil hectares e uma produtividade de 2.407 kg/ha de grãos (Gráfico 3).

● **Soja** – A soja foi a cultura que mais contribuiu na composição do volume de grãos produzidos no Estado, com uma colheita de 2,7 milhões de toneladas e ampliação da área plantada em 6,4%, passando de 851 mil hectares para 905 mil hectares.

● **Milho** – Segunda lavoura a contribuir com a safra recorde, ampliando em 12,5%, colhendo 1,9 milhão de toneladas.

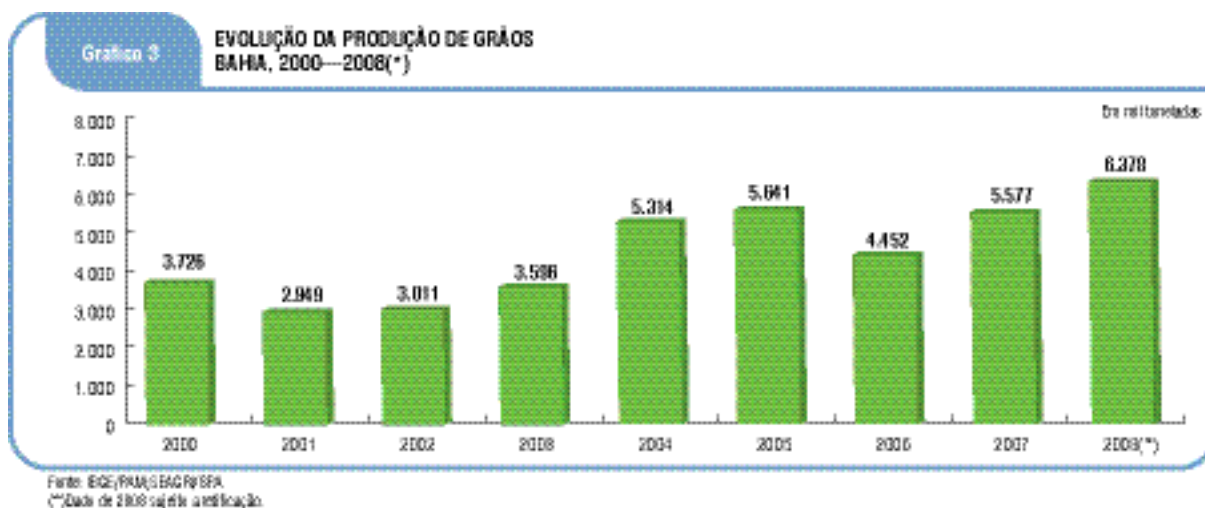
● **Feijão** – O desempenho da lavoura de feijão na Bahia não foi satisfatório, obteve uma redução da área em -11,2%, da produtividade em -4,1%, resultando em uma colheita de 298,5 mil toneladas, -14,9% inferior à safra de 2007.

● **Algodão** – A produção de algodão na Bahia foi de 1,2 milhão de toneladas, 13,8% superior à safra de 2007. A Bahia continua estabilizada em segundo lugar no ranking da cotonicultura nacional.

● **Mamona** – A produção foi de 97,9 mil de toneladas, superando a safra de 2007 em 32,7%. A Bahia é o principal Estado na ricinocultura do Brasil, respondendo por 80% da produção nacional.

● **Sorgo** – O sorgo foi outra cultura que obteve um bom desempenho na safra de 2008, cuja colheita foi de 103 mil toneladas, superando em 25,7% a safra de 2007. As microrregiões de Barreiras e Guanambi estão ampliando suas produções e áreas de cultivo, contribuindo para a elevação da cultura no Estado.

A **fruticultura** baiana é composta de pólos agroindustriais especializados na produção de polpas, sucos, concentrados e doces, que incorporam a verticalização e agregam valor à produção.





Cultura da Laranja

Consolidando uma bem-sucedida trajetória no mercado internacional como segundo maior exportador de frutas frescas do país, as exportações de frutas e suas preparações chegaram à cifra de US\$ 124 milhões e um volume de 98 mil toneladas de manga, uva, limão, mamão (papaia), melão, coco, melancia, goiaba, abacaxi, banana e suco de laranja para diversos destinos como Países Baixos (Holanda), EUA, Reino Unido e Portugal.

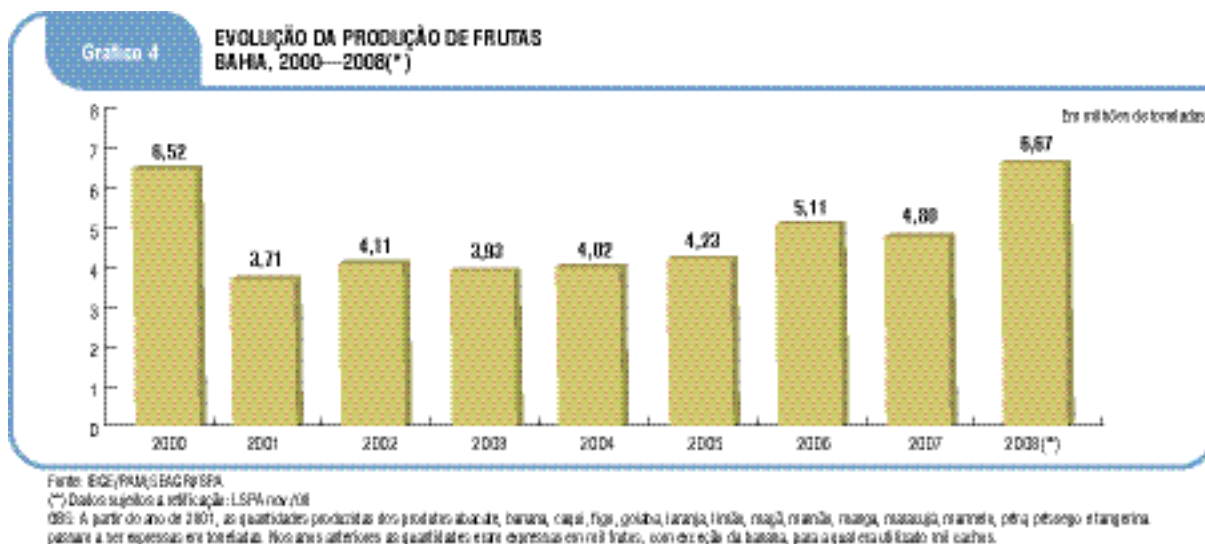
Até novembro de 2008, com uma produção caracterizada pelo dinamismo, diversificação e competitividade, a produção das principais frutas atingiu mais de 6,7 milhões de toneladas, produção 39% superior à de 2007. A área colhida também

apresentou crescimento, foram mais de 340 mil hectares, sendo 109 mil irrigados.

O Gráfico 4 apresenta a evolução da produção das frutas no período de 2000 a 2008, levando em consideração a metodologia de cálculo da produção.

BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO

As exportações do agronegócio baiano bateram novo recorde em 2008, atingindo mais de US\$ 3,1 bilhões, 53,4% superior às exportações do ano de 2007 no mesmo período (janeiro a novembro).



As importações ficaram em torno de US\$ 520,6 milhões, 43,7% superior às de 2007 (US\$ 362,3 milhões).

Estes dados resultaram em um superávit comercial de US\$ 2,5 bilhões, um crescimento de 55,6% em relação a 2007, quando se atingiu US\$ 1,6 bilhão. A corrente de comércio externo do agronegócio também apresentou recorde histórico de US\$ 3,6 bilhões, 51,9% superior ao registrado no ano anterior (Gráfico 5).

Na pauta de exportações, o agronegócio continua se destacando e mantendo significativa participação. Dos US\$ 8,2 bilhões exportados pelo Estado em 2008, 37,1% são provenientes do agronegócio. O valor de exportações dos principais segmentos do agronegócio entre 2007 e 2008 está listado na Tabela 1.

Os produtos do agronegócio chegaram para mais de 130 países, desde os mais tradicionais como Estados Unidos, Países Baixos, Argentina, Alemanha e China até os novos e pequenos parceiros, a exemplo da Ilha de Dominica, Sérvia e Aruba.

CRÉDITO RURAL PARA O PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Foram disponibilizados, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, por meio das instituições financeiras de crédito rural, no Plano Agrícola e Pecuário, o montante de R\$ 78 bilhões, sendo R\$ 65 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar.

Em 2008, os números apontam uma injeção significativa de recursos no setor agrícola baiano, com mais de R\$ 737,5 milhões aplicados no

Tabela 1

PRINCIPAIS SEGMENTOS EXPORTADOS PELO AGRONEGÓCIO BAHIA, 2007/2008(*)

SEGMENTO	Em mil US\$ FOB		
	EXPORTAÇÕES		
	2007	2008	VAR. %
Papel e Celulose	686.246	1.237.732	80,4
Complexo Soja	348.442	660.760	89,6
Cacau e Suas Preparações	187.706	222.932	18,8
Algodão e Fibras Têxteis Vegetais	142.054	158.081	11,3
Frutas e Suas Preparações	111.853	124.119	11,0
Café, Chá, Mate e Especiarias	92.880	102.825	10,7
Couros, Peles e Calçados	101.417	94.096	-7,2

Fonte: MDIC/Aliceweb; SEAGRI/SPA

Elaboração: SEAGRI/SPA

(*) Dados comparativos de um mesmo período: jan. a nov.

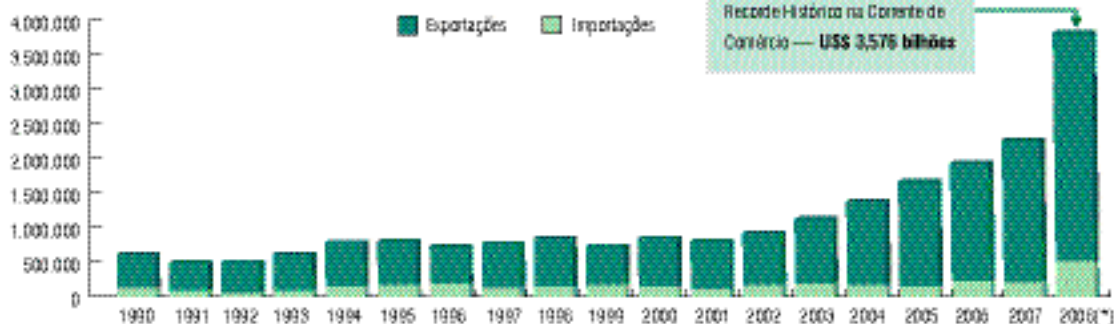


Atividade Agrícola - Cacau

Agecom

Gráfico 5

CORRENTE DO COMÉRCIO DO AGRONEGÓCIO BAHIA, 1990—2008(*)



Fonte: MDIC/Aliceweb; SEAGRI/SPA

Elaboração: SEAGRI/SPA

(*) Dados de jan. a nov./2008

agronegócio baiano, não superando os valores aplicados em 2007, que totalizaram R\$ 1,1 bilhão em recursos. Essa baixa oferta de crédito é reflexo da crise de crédito internacional (Gráfico 6). Foram 56 mil contratos em diversas atividades, como algodão, milho, soja, fruticultura, mandioca, bovinocultura de corte e leite e silvicultura, dentre outras.

A Bahia é um dos Estados que mais se utilizam da linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, com aplicação de R\$ 230,6 milhões, ocupando o 10º lugar no ranking nacional.

O Grupo C¹ foi o que mais demandou por recursos, com R\$ 60,9 milhões (26,4%), seguido do Grupo B² e D³, com R\$ 59,3 milhões (25,7%) e R\$ 51,8 milhões (22,5%), respectivamente.

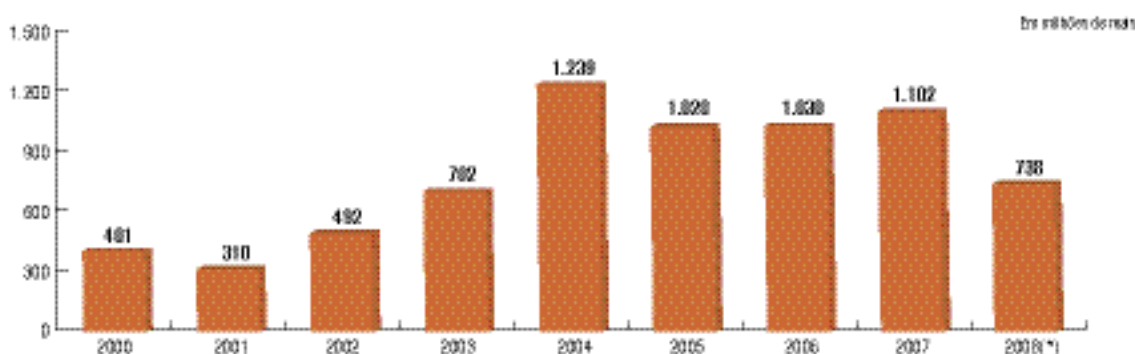
Essa classificação, em grupos, leva em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que vem da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar. Os municípios baianos com maior número de contratações foram Paripiranga, Rio Real, Adustina e Dom Basílio.

INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO

• **Fertilizantes** – Dados do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas do Nordeste – Siacan, revelam que, em 2008, o consumo de fertilizantes na Bahia representou 59% do consumo total da região Nordeste e 6,3% do consumo nacional. Em 2008, foi entregue ao consumidor 1,3 milhão de toneladas de fertilizantes (Gráfico 7).

Gráfico 6

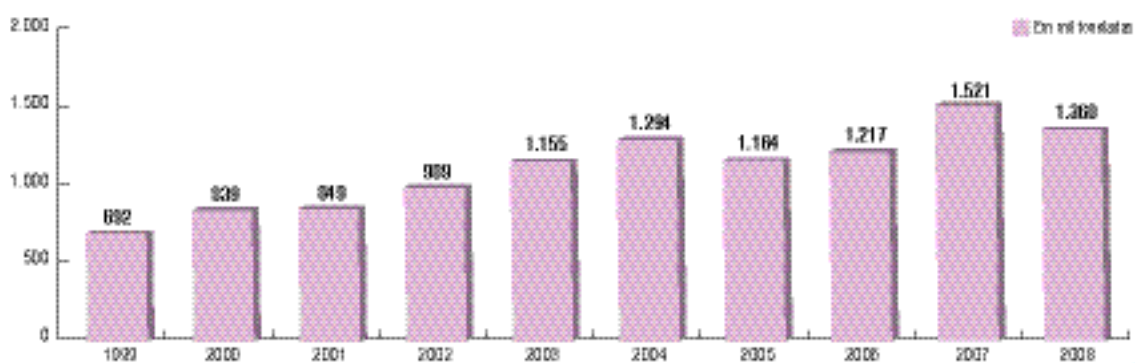
VOLUME DE CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO E INVESTIMENTO BAHIA, 2000—2008(*)



Fonte: Banco do Brasil, Banco de Nordeste e Desenvolvimento
Elaboração: SEAGRVS PA
(*) Dados sujeitos a alterações

Gráfico 7

CONSUMO DE FERTILIZANTES BAHIA, 1999—2008



Fonte: Siacan

1. Agricultores familiares que utilizem apenas eventualmente o trabalho temporário, obtenham renda familiar anual acima de R\$ 2 mil e até R\$ 14 mil, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes da atividade rural e que, no mínimo, 60% dessa renda venha da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento.

2. Agricultores familiares que tenham renda bruta familiar anual de até R\$ 2 mil, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes da atividade rural e que, no mínimo, 30% dessa renda venha da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento.

3. Agricultores familiares que utilizem eventualmente o trabalho temporário podendo ter, no máximo, até dois empregos fixos, obtenham renda bruta familiar anual acima de R\$ 14 mil e até 40 mil, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes da atividade rural e que, no mínimo, 70% dessa renda da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento.

- **Máquinas e Equipamentos** – Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea, apontam que, em 2008, foram vendidas na Bahia mais de mil unidades de máquinas agrícolas (Gráfico 8), entre tratores de rodas, tratores de esteira, colheitadeiras, cultivadores e retroescavadeiras, maquinário tanto nacional quanto importado. Essas vendas representam um aumento de 8,3% em relação às de 2007.

O Estado da Bahia é líder na região Norte-Nordeste em vendas de máquinas, sendo que a região Oeste do Estado apresenta um dos melhores índices de vendas do país.

EMPREGOS NA AGROPECUÁRIA

A Bahia admitiu 575 mil empregados com carteira assinada em 2008, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Dentre os principais segmentos empregadores está o campo, que admitiu mais de 88,5 mil pessoas, um crescimento de 5,4% em relação a 2007, quando foram registradas 84 mil admissões no setor.

O saldo entre admitidos e desligados na agropecuária foi de 4,1 mil, o que corresponde a 4,6% do total de novas vagas em 2008, inferior em 31,3%, se comparado a 2007, quando foram registrados mais de 5,9 mil novas admissões no setor agropecuário.

Em 2008, o agronegócio atingiu 202,9 mil contratações, que corresponde a cerca de 35% do total de empregados com carteira assinada. Este número superou em 10,3% o ano de 2007 (Tabela 2).

As contratações na agropecuária baiana se destacam em 3º lugar no cenário nacional, com São Paulo (375 mil) e Minas Gerais (296,5 mil) ocupando o 1º e 2º lugares, respectivamente.

PROGRAMA DE BIOENERGIA

O Programa de Bioenergia da Bahia – Bahiabio, é uma iniciativa do governo federal para produção de biocombustíveis e tem por objetivo a geração de energia limpa e renovável.

Por meio desse Programa, a Bahia vem transformando sua matriz energética, dando ênfase a produção de biocombustíveis. A comissão executiva do Programa é formada por representantes da Secretarias de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI; Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM; Secretaria Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR e Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.

Tabela 2

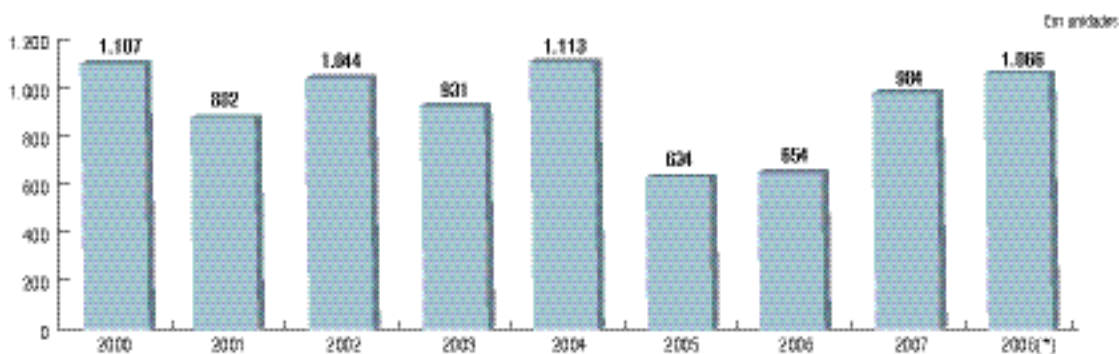
TOTAL DE ADMISSÕES NO AGRONEGÓCIO BAHIA, 2007/2008

SEGMENTO	2007	2008	VAR. %
Agropecuária e Silvicultura	83.997	88.511	5,4
Produção de Alimentos e Bebidas	15.120	16.992	12,4
Calçados	11.122	13.736	23,5
Têxtil, Vestuário	7.487	7.522	0,5
Borracha, Fumo e Couros	3.198	3.558	11,3
Madeira e suas obras	3.474	3.206	-7,7
Papel, Papelão	2.175	2.686	23,5
Outros	57.305	66.696	16,4
TOTAL	183.878	202.907	10,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Caged
Elaboração: SEAGRI/SPA

Gráfico 8

VENDAS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS BAHIA, 2000—2008(*)



Fonte: Anfavea

(*) Dados estimados sujeitos a revisão.

O Bioenergia da Bahia tem como parceiros a Petrobras, Embrapa, Ceplac, Instituto Agronômico de Campinas e diversas universidades públicas e privadas.

As condições estão postas para que o agronegócio baiano incorpore o biodiesel como um de seus componentes de maior importância, somando-se ao etanol e às demais formas de agroenergia.

O Programa vem estimulando investimentos privados e/ou públicos para produção de energia limpa e renovável. Apresenta como meta para 2014 a produção de 6,2 milhões m³ de etanol, com a implantação de oito pólos industriais e a exploração de 780 mil hectares de cana-de-açúcar, aliada à produção de 1,2 milhão de m³ de biodiesel, com a implantação de um parque de extração de óleo e a exploração de aproximadamente 1,2 milhão de hectares de oleaginosas. Essa produção possibilitará a co-geração de energia pela Biomassa de 3.672 GWh e 4,5 milhões de toneladas de Crédito Internacional de Carbono, que são emitidos quando ocorre uma redução da emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE).

O mercado mundial de Crédito de Carbono foi criado pelo Protocolo de Kyoto, através do qual países que não conseguem reduzir a emissão de GEE possam adquirir créditos dos países que contribuem para retirá-los da atmosfera em quantidade maior do que emitem.

A expectativa do programa Bahiabió é gerar 90 mil oportunidades de trabalho, inserindo, assim, a Bahia no mercado energético internacional.

Essa nova matriz de produção de energia é mais inclusiva do ponto de vista social e menos desgastante do ponto de vista ambiental. Ao utilizar terras em descanso ou áreas degradadas, não faz pressão sobre áreas de preservação nos diferentes biomas presentes na Bahia, o que, associado às ações que promovam um manejo adequado do solo, tende a aumentar a produtividade das diversas culturas e restituir o máximo possível para o solo, evitando sua degradação e o processo de desertificação.

O conceito de inclusão social através de um selo social tem cumprido com o seu objetivo de estimular a participação da agricultura familiar no Estado, possuidor do maior número de agricultores familiares do Brasil.

As ações do governo Estadual no campo da mamona já surtiram efeitos positivos, ao se verificar o aumento da produtividade média da cultura, de 600kg/ha para 804kg/ha, com aumento de 36,6% na produção.

As ações articuladas de acesso ao crédito, assistência técnica e estímulo ao cooperativismo do governo do Estado, em parceria com empresas e bancos, comprovam o potencial da Bahia e visam transformá-la numa referência para biodiesel com inclusão social, assim como um grande exportador interno e externo de biocombustíveis, produtor de energia através de biomassa e gerador de Créditos de Carbono, registrando os primeiros resultados alcançados:

- Ampliação da capacidade de produção de etanol em diversas regiões em 230 mil m³;



Produção de Oleaginosas - Mamona

- Ampliação da capacidade de produção de biodiesel em 118 mil m³;
- Zoneamento do Território do Extremo Sul para implantação de seis Complexos de Exportação de Bioenergia – Cebio, com capacidade de produção de 1,08 milhão m³ de etanol destinados ao mercado externo;
- Início da implantação do Complexo Agroindustrial Xingu-Agri, no Território Oeste Baiano, com capacidade de produção de 480 mil m³.

ATRAÇÃO DE AGROINVESTIMENTOS

A participação em eventos voltados para o agronegócio baiano como forma de divulgar, expandir e atrair novos projetos é uma das ações desenvolvidas pelo governo do Estado, por intermédio da SEAGRI, com o intuito de fortalecer e desenvolver cada vez mais o nosso Estado (Quadro 1).

A Bahia, com uma participação ativa em eventos promocionais, vem fazendo com que sejam amplamente demonstradas as potencialidades naturais do Estado, tanto pela comprovada vocação dos diversos territórios rurais, como pela existência de áreas agricultáveis disponíveis ou subutilizadas, tudo isso aliado a uma montagem de política moderna de incentivos fiscais aos produtores primários e transformadores.

Esta conjunção de esforços desenvolvida sob a coordenação da SEAGRI, por meio da Superintendência de Política do Agronegócio – SPA, procura, sobretudo, dar ênfase à formação de cadeias produtivas finalísticas de bioenergia e alimentos, numa busca imperiosa de



Evento agropecuário

tornar o Estado auto-suficiente em produtos consumidos largamente pelo mercado interno, mas, hoje, provenientes de exportação vinda de outros entes federados.

Esta estratégia tem como finalidade, por um lado, agregar o máximo de valor aos produtos agrícolas que estão sendo exportados, deixando de ser simples *commodities*, como também estimular a gradual ampliação do volume produzido no campo, a partir de vinculação fidelizada entre o transformador secundário e terciário e o produtor primário.

Desta forma, pode-se constatar que estão elencados investimentos previstos que montam a R\$ 5,1 bilhões, com a perspectiva de geração 27 mil empregos diretos, entre os setores agroenergético e

Quadro 1

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PROMOCIONAIS BAHIA, 2008

EVENTO	PERÍODO/LOCAL	OBJETIVO	PÚBLICO ATENDIDO
9º Agrocafé — Simpósio Nacional do Agronegócio Café	Salvador	Mostrar a competitividade de produção e comercialização, estruturação e estratégias para a cafeicultura brasileira, a sustentabilidade econômica da cafeicultura, a recuperação de renda do produtor e a tendência do mercado nacional.	1.000 participantes, entre industriais, técnicos e produtores.
1ª Bahia Farm Show	Luís Eduardo Magalhães	Apresentar aos produtores baianos e do Centro-Oeste o que há de mais moderno no mercado de máquinas e implementos agrícolas.	Produtores baianos e investidores de diversas partes do mundo.
Super Bahia — Feira e Convenção Baiana de Supermercados	Salvador	Promover o acesso às mais recentes tecnologias, produtos, equipamentos e serviços ligados ao setor varejista e atacadista.	40 expositores da agroindústria baiana, segmentos supermercadistas e atacadistas.
III Congresso Brasileiro da Mamona	Salvador	Incentivar o desenvolvimento do agronegócio da mamona.	1.300 pessoas, entre profissionais, pesquisadores, representantes dos setores público e privado, estudantes e produtores.
21ª Fenagro/5ª Agroportal	Salvador	Promover uma forte interação entre os produtores do agronegócio baiano e o mercado de atacado e varejo do ramo alimentício do Estado, através da exposição de produtos.	Produtores, mercado atacadista e varejista.

Fonte: SEAGRI/SPA

agroindustrial alimentar, em quase todos os Territórios do Estado, conforme demonstrado nas Tabelas 3 e 4.

AGRICULTURA FAMILIAR

Os programas direcionados à agricultura familiar foram construídos junto com a sociedade civil organizada, considerando as políticas do governo federal e estabelecendo parcerias com outros órgãos do governo Estadual, sempre com foco nos Territórios de Identidade. Nos municípios, as relações são estabelecidas através

das comissões municipais, na qual participam representantes de órgãos públicos estaduais, prefeituras e sociedade civil organizada.

PROGRAMA QUALIFICAR

As atividades de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária para a agricultura familiar são executadas pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. – EBDA com o objetivo de promover a qualificação dos produtores rurais, visando melhorar a

Tabela 3

INVESTIMENTOS SETOR AGROENERGÉTICO BAHIA, 2007 – 2008

Em R\$ 1.000,00						
EMPREENHIMENTO	EMPRESA/SEDE	LOCALIZAÇÃO	INVESTIMENTOS	PRODUÇÃO ANUAL	EMPREGOS PREVISTOS	CARÁTER DO EMPREENHIMENTO
Usina de Álcool *	Infinity Bioenergy/SP	Lajedão	265.000	136.000m³	2.000	Implantação
Usina de Álcool *	Medasa	Medeiros Neto	60.000	120.000m³	2.000	Ampliação
Usina de Álcool	Medasa	Santa Cruz Cabralia	50.000	50.000m³	1.000	Reativação
Usina de Álcool *	Infinity Bioenergy/SP	Ibirapuã	260.000	132.000m³	2.000	Em Implantação
Usina de Álcool *	Unial/BA	Lajedão	100.000	130.000m³	2.000	Em Implantação
Usina de Álcool	Agrovale	Juazeiro	35.000	98.000m³	2.000	Ampliação
Usina de Álcool	Usina São Carlos de Álcool e Açúcar Ltda.	Barra do Choça	350.000	Álcool: 180.000m³ Energia: 70MW	1.800	Em Projeto
Usina de Álcool	Usina Itapetinga de Álcool e Açúcar Ltda.	Itapetinga	350.000	Álcool: 180.000m³ Energia: 70MW	1.800	Em Projeto
Usina de Álcool	Unial/BA ou Abengoa	Teixeira de Freitas (Região de Stº Antônio)	250.000	Álcool: 180.000m³	1.200	Em Projeto
Usina de Álcool	Celtrion	Barra	500.000	Capacidade de moagem: 2,7 milhões t Energia: 50MW	500	Em Projeto
Complexo de Bioenergia	Petrobras/Empresa Japonesa ou Abengoa	Itamaraju (Região de Corte Grande)	400.000	Álcool: 180.000m³ Biodiesel: 3.000m³ Energia: 144MW	1.200	Estudo de Viabilidade
Complexo de Bioenergia	Petrobras/Empresa Japonesa ou Abengoa	Prado (Região de Rio do Sul)	400.000	Álcool: 180.000m³ Biodiesel: 3.000m³ Energia: 144MW	1.200	Estudo de Viabilidade
Complexo de Bioenergia	Petrobras/Empresa Japonesa ou Abengoa	Medeiros Neto	400.000	Álcool: 180.000m³ Biodiesel: 3.000m³ Energia: 144MW	1.200	Estudo de Viabilidade
Complexo de Bioenergia	Petrobras/Empresa Japonesa ou Abengoa	Teixeira de Freitas (Região de Duque de Caxias)	408.000	Álcool: 180.000m³ Biodiesel: 3.000m³ Energia: 144MW	1.200	Estudo de Viabilidade
Complexo de Bioenergia	Petrobras/Empresa Japonesa ou Abengoa	Ibirapuã (Região de Porto Seguro)	402.000	Álcool: 180.000m³ Biodiesel: 3.000m³ Energia: 144MW	1.200	Estudo de Viabilidade
Usina de Biodiesel	Comanche	RMS	10.000	100.000m³	50	Ampliação
Usina de Biodiesel**	Global AG Biodiesel	Luís Eduardo Magalhães	90.000	100.000m³	200	Em Projeto
Projeto Nova Fronteira	Projetos Integrados	Municípios Diversos	—	10 Usinas de Álcool	—	Estudo de Viabilidade
Extratora de Óleo** e Usina de Biodiesel	Bioclean Energy/SP	Luís Eduardo Magalhães	140.000	110.000m³	220	Em Projeto
Extratora de Óleo	Bio Óleo	Feira de Santana	5.000	60.000	125	Implantada
Indústria de Base Suco-Alcooleira	Grupo Feicheing Pyramid Machiney/China	A definir	—	—	—	Estudo de Viabilidade
Complexo Agroindustrial	Multigrain	Correntina/São Desidério	500.000	Álcool: 480.000m³ Biodiesel: 10.000m³ Energia: 60MW	1.000	Em Implantação
Ind. de Máquinas de Peletização	Larus Impianti/Itália	RMS	9.000		30	Em Projeto
TOTAL			4.984.000	—	23.925	—

Fonte: SEAGRI/SPA

Tabela 4

**INVESTIMENTOS SETOR AGROINDUSTRIAL ALIMENTAR
BAHIA, 2007 – 2008**

Em R\$ 1.000,00

EMPREENHIMENTO	EMPRESA/SEDE	LOCALIZAÇÃO	INVESTIMENTOS	EMPREGOS PREVISTOS
Frigorífico Bovino para Exportação	Guaporé	Eunápolis/Itamaraju	45.000	2.000
Indústria de Processamento de Milho	Coringa	Luís Eduardo Magalhães	30.000	200
Laticínios	Nestlé Nordeste	Feira de Santana	20.000	55
Abatedouro de Bovinos, Suínos, etc.	Marchantaria União	Santa Maria da Vitória	2.681	130
Abatedouro de Bovinos, Suínos e Caprinos.	Abatal	Juazeiro	3.500	60
Frigorífico	Frigorífico Regional de Alagoinhas	Alagoinhas	4.660	286
Indústria de Processamento de Milho	São Braz S.A.	Luís Eduardo Magalhães	7.500	450
TOTAL			113.341	3.181

Fonte: SEAGRI/SPA

qualidade de vida no campo, a elevação da produtividade e o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão social.

No que se refere ao atendimento ao produtor rural, pode-se citar como referência comparativa o ano de 2006, quando se estimava a existência de 620 mil agricultores familiares na Bahia, dos quais a EBDA assistiu apenas a 13%. A meta da atual gestão é ampliar o serviço. Com isso, a estimativa é que, até 2011, seja prestada assistência a 320 mil agricultores, elevando, assim, o percentual para 52%.

Essa ação constitui-se no serviço de maior abrangência da EBDA, com atendimento direto aos agricultores familiares, trabalhando as suas demandas, interiorizando as políticas públicas e construindo o desenvolvimento rural sustentável. A assistência técnica é, também, a principal ação orçamentária do Programa Qualificar, respondendo pelo atendimento ao expressivo número de 176,5 mil agricultores familiares assistidos no ano de 2008, ultrapassando a meta prevista de 126,3 mil agricultores (Tabela 5).

Tabela 5

**REGISTRO DE ATENDIMENTO A PRODUTORES RURAIS
BAHIA, 2008**

GERÊNCIA	REGISTROS DE ATENDIMENTOS COM IDENTIFICAÇÃO DO CPF					AGRICULTORES ASSISTIDOS SEM REPETIÇÃO	META 2008 AGRICULTORES ASSISTIDOS	% AGRICULTORES ASSISTIDOS
	I TRIM	II TRIM	III TRIM	IV TRIM	ACUM	ATÉ DEZ		
Alagoinhas	1.290	3.990	3.872	3.985	13.137	9.196	5.400	170,30
Barreiras	371	1.620	1.756	1.940	5.687	3.451	3.960	87,15
Bom Jesus da Lapa	557	1.244	2.817	3.004	7.622	5.002	3.600	138,94
Caetité	1.146	7.951	10.865	10.363	30.325	18.120	12.000	151,00
Central Laboratórios	266	369	337	687	1.659	480	2.000	24,00
Cruz das Almas	2.261	17.981	12.571	9.529	42.342	22.989	9.800	234,58
Feira de Santana	4.258	11.347	17.993	10.709	44.307	20.727	10.400	199,30
Irecê	1.936	5.839	8.496	6.549	22.820	14.344	11.800	121,56
Itaberaba	1.629	0	3.128	4.473	9.230	5.491	8.200	66,96
Itabuna	1.894	5.121	3.413	6.947	17.375	8.683	7.000	124,04
Jacobina	831	1.710	2.431	1.875	6.847	4.478	5.000	89,56
Jequié	109	644	1.573	1.683	4.009	3.312	3.800	87,16
Juazeiro	2.259	6.332	6.475	7.787	22.853	14.022	7.000	200,31
Paulo Afonso	361	1.450	1.510	1.256	4.577	3.336	2.000	166,80
Ribeira do Pombal	2.485	5.756	5.981	6.139	20.361	10.980	8.400	130,71
Seabra	275	1.368	2.255	2.167	6.065	4.635	3.600	128,75
Senhor do Bonfim	1.079	2.596	3.194	849	7.718	5.360	2.400	223,33
Serrinha	703	2.414	2.140	5.516	10.773	7.026	5.400	130,11
Santa Maria da Vitória	126	774	921	1.719	3.540	2.811	2.520	111,55
Teixeira de Freitas	715	1.466	1.478	1.052	4.711	3.462	4.200	82,43
Vitória da Conquista	992	3.513	5.028	4.747	14.280	8.601	7.800	110,27
TOTAL GERAL	25.543	83.485	98.234	92.976	300.238	176.506	126.280	139,77

Fonte: EBDA - Formulários F3 e F4 - Acompanhamento Programação 2008 nas Gerências Regionais

(*) Os valores para atendimento com identificação de CPF em dezembro foram estimados e constam da apuração do IV Trimestre.
Tratamento de Dados: DIN/DCM/EBDA (até 08/01/2009)

De janeiro a dezembro de 2008 foram realizados 300,2 mil atendimentos a agricultores familiares, contabilizados pelo do Cadastro de Pessoa Física – CPF, com repetição, sendo que, os totais dos agricultores atendidos individualmente, sem repetição, totalizaram 176,5 mil agricultores (CPFs diferentes).

A Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia, por meio da Superintendência de Agricultura Familiar, coordena o programa de Universalização da Assistência Técnica e Extensão Rural – Uniater, responsável por realizar convênios com entidades não-governamentais para prestar assistência técnica e extensão rural.

Esse programa visa promover a dinamização da produção e a sustentabilidade das propriedades rurais, a partir do acesso sistemático às informações tecnológicas e ao crédito. O Uniater contempla todo o Estado da Bahia, começando pelo Semi-árido, região na qual estão concentrados os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Foram firmados, nos últimos dois anos, convênios com 18 instituições e organizações sociais, beneficiando mais de 58.548 mil famílias, visando à consolidação do processo de formação de agentes multiplicadores de conhecimentos nas áreas de agroecologia, capacitação sociotécnica, ocupação, renda e cidadania, além de possibilitar a implantação de unidades demonstrativas de tecnologias para o cultivo de diversas culturas.

PROGRAMA TERRA DA GENTE

Esse programa objetiva fortalecer as cadeias produtivas agrícolas, estimulando o crescimento tecnológico, gerencial, organizativo, e apoiando a comercialização em redes dos produtos agropecuários, a fim de conquistar novos mercados, promovendo a geração de trabalho e renda no campo, conseqüentemente, garantindo a participação do PIB do agronegócio familiar no PIB agronegócio total.

Nesse programa foram capacitados 127 técnicos em produção de sementes e mudas e qualificados 340 agricultores, além da distribuição de 8,6 mil toneladas de sementes de feijão, milho, vigna, mamona, sorgo e hortaliças diversas.

Já foram adquiridas 100 toneladas de sementes de sorgo, 648 toneladas de semente de milho e 322 toneladas de sementes de feijão que serão distribuídas aos agricultores familiares na safra de verão 2008/2009. Também foi feito o plantio de 26 hectares de sementes de mamona (variedades MPA 11 e MPA 01) na Estação

Experimental de Utinga, e em áreas de produtores cooperados, que irão assegurar a formação de bancos de sementes ao nível das comunidades rurais.

PROGRAMA SERTÃO PRODUTIVO

Esse programa tem o objetivo de promover o fomento dos sistemas de produção agrícolas, com ênfase no beneficiamento e na comercialização das principais atividades agropecuárias do Semi-árido baiano, estimulando a adoção de novas tecnologias e a ampliação do índice do Valor Bruto da Produção – VBP naquele ecossistema.

O governo da Bahia garantiu a inscrição dos agricultores familiares do Semi-árido que desejaram aderir ao programa do governo federal “Garantia-Safra”, que visa assegurar a transferência de uma renda mínima para aqueles que perderam a safra de feijão, milho, mandioca, arroz e/ou algodão, em função de estiagens prolongadas.

O número de agricultores familiares que aderiram, em 2008, ao Programa Garantia-Safra foi de 15.173 agricultores, considerando 9.874, na safra verão 2007/2008, e 5.299, na safra inverno 2008. Comparando-se estes números aos demais anos civis e agrícolas, constata-se crescimento significativo, ainda que incipiente, quando considerado o contingente de agricultores familiares existentes no Semi-árido baiano, que poderia participar do programa.

Um fato que merece destaque foi a supressão dos decretos de estiagem (situação de emergência e/ou de calamidade pública), exigências para que o benefício fosse atribuído ao agricultor aderido, substituídos por laudos da EBDA, o que facilitou e agilizou o programa, aumentando, sobretudo, a confiança no Garantia-Safra.

Objetivamente, como se trata de programa de renda mínima há de se proceder a um grande esforço de todas as entidades sociais, ao lado da SEAGRI/EBDA para que se dê a real dimensão ao programa, e, com isso, cresça a adesão dos municípios baianos do Semi-árido e dos seus agricultores familiares.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA IRRIGAÇÃO

O governo do Estado atendeu dois segmentos na área de agricultura irrigada: Operação das Unidades de Irrigação e Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas irrigadas que, nos projetos públicos estaduais de irrigação, estão fortemente relacionadas.

O compromisso prioritário é com os agricultores familiares, assegurando assistência técnica e a gestão/funcionalidade da operação das Unidades de Irrigação do Estado. No exercício de 2008, foram assistidos cerca de três mil agricultores familiares irrigantes, cobrindo uma área aproximada de 3.713 hectares irrigados do Estado.

Na operação de Unidades de Irrigação por meio dos Distritos de Irrigação dos projetos públicos estaduais, foram investidos R\$ 1,7 milhão. A iniciativa garantiu o fornecimento de água para a irrigação de uma área de 3.713 hectares e a manutenção das obras de infra-estrutura de uso comum (estações de bombeamento, canais, adutoras, estradas, dentre outras) dos perímetros públicos estaduais de irrigação implantados pela SEAGRI: Curral Novo, em Jequié (Médio Rio de Contas) – 430 hectares; Jacuípe, em Várzea da Roça (Bacia do Jacuípe) – 156 hectares; Paulo Afonso, em Paulo Afonso (Itaparica) – 372 hectares; Ponto Novo, em Ponto Novo (Piemonte Norte do Itapicuru) – 2.605 hectares; e Tucano, em Tucano (Sisal) – 150 hectares. Maiores detalhes no item Desempenho da Irrigação, dessa diretriz.

A produção agrícola dos perímetros irrigados tem sido bem diversificada, contemplando fruticultura, olericultura e pastagens, havendo predominância da fruticultura, com destaque da bananicultura.

As principais culturas irrigadas foram: banana, manga, pinha, maracujá, goiaba, abóbora, milho, batata-doce, melancia e quiabo nos perímetros irrigados, e tomate, cenoura, banana, goiaba, cana-de-açúcar, alho e cebola nas áreas de irrigação pontual.



Bananicultura

Merece destaque o trabalho de irrigação com a cultura do alho, desenvolvido pela EBDA no Oeste da Bahia, na Chapada Diamantina e no Piemonte da Diamantina, que possibilitou importante aumento da produtividade agrícola no Estado, além de melhorar a qualidade do produto. Outra referência de êxito da ação de assistência técnica e extensão rural em áreas irrigadas é a exploração da cana-de-açúcar para a produção de cachaça e rapadura com agricultores familiares na região da Chapada Diamantina, tendo como base o município de Abaíra.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL A AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS

Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares, assentados em áreas de reforma agrária, a EBDA desenvolveu atividades e práticas de interesses destes agricultores, visando apoiar suas atividades produtivas, viabilizando financiamentos de projetos de investimentos e custeios capazes de assegurar a produção, gerar renda e contribuir para melhoria de suas condições de vida.

Os resultados mais significativos das ações decorrentes da atuação do governo do Estado nas áreas de reforma agrária podem ser observados nos assentamentos e no seu entorno. Com os recursos alocados nestas áreas, o comércio destas comunidades foi beneficiado devido ao aumento do poder de consumo das famílias assentadas, notadamente, em bens de consumo básicos. Além disso, constata-se a melhoria do padrão de vida das famílias decorrente da eficiência de suas produções agropecuárias.

Durante o ano de 2008, foram investidos R\$ 102,7 mil em serviços de assistência técnica a 42 áreas de reforma agrária, beneficiando 1.780 famílias assentadas e 286 agricultores familiares capacitados em diversas áreas de interesse das atividades agropecuárias.

Foram ainda adquiridos e distribuídos equipamentos de uso comunitário para algumas associações de assentados, a exemplo de trituradores de ração e computadores, como forma de estimular o desenvolvimento destas comunidades.

Registre-se que o governo do Estado, recentemente, assinou convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, para que a EBDA assumira os serviços de Assessoria Técnica, Econômica e Social – Ates, em 550 assentamentos da Bahia, envolvendo mais de 35 mil famílias assentadas.

Robson Mendes

JUVENTUDE CAMPONESA

A parceria da SEAGRI com a Secretaria da Educação – SEC, Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE busca a inserção de grupos de jovens do campo para a implantação de sistemas produtivos, visando a geração de renda, a elevação da escolaridade e a qualificação profissional. Implica no combate à pobreza no campo e suas condições de reprodução, combinando o aporte de recursos do Fundo de Combate à Pobreza – Funcep, com recursos oriundos das linhas de apoio à agricultura familiar, como, por exemplo, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Em 2008, foram realizados diversos eventos, tais como:

I Feira Itinerante da Agricultura Familiar, Economia Solidária e Juventude Camponesa, realizada em São João do Paraíso, município de Mascote;

IV Acampamento da Juventude, com objetivo de mobilizar e sensibilizar os jovens de diversos grupos sociais para a discussão de auto-organização e participação social dos jovens no processo de construção cidadã;

Avicultura Caipira, um encontro para troca de experiências de grupos produtivos juvenis que trabalham com a atividade nas comunidades de Caldeirão, Lagoa da Baixa e São Miguel, no município de Cansanção; e

I Seminário de Formação da Juventude, em Retirolândia, para divulgar os Programas da Agricultura Familiar, a Agroecologia e questões voltadas para a cidadania da juventude.

Em outubro de 2008, foi lançado o edital de chamamento público para seleção de propostas de projetos de inserção de grupos de jovens do campo em cadeias produtivas que possibilitem a inclusão social e econômica de seus componentes.

Na 1ª etapa serão beneficiados diretamente 1.500 jovens nos municípios de Ajustina, Banzaê, Coronel João Sá, Sítio do Quinto, Cansanção, Nordestina, Quinjingue, Santaluz, Itapicuru, Sátiro Dias, Barra, Wanderley, Buritirama, Coaraci e Taperoá.

Foram realizadas reuniões territoriais para divulgação do edital, com a presença de instituições com trabalhos voltados para o protagonismo juvenil, articuladores dos Territórios de Identidade, EBDA, prefeituras municipais, sindicatos e associações de trabalhadores rurais. Após o recebimento das propostas, elas serão analisadas e selecionadas por uma comissão técnica, quando então estarão aptas para firmar parceria com a SEAGRI.

APOIO ÀS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL

Com o objetivo de proporcionar geração de renda complementar às atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, foram atendidas 2.324 pessoas de 36 municípios do Estado em 2008, com destaque para:

Assistência Técnica e Extensão Rural a pescadores artesanais e marisqueiras, com curso de processamento, beneficiamento, embutidos e defumados de peixes;

Seminário de geração de rendas não agrícolas na zona rural, enfocando turismo e artesanato no Território da Chapada Diamantina (Andaraí), com a participação da Empresa de Turismo da Bahia – Bahiatursa, Secretaria de Promoção da Igualdade – Sepromi, Incra, EBDA, grupos de manifestações culturais, técnicos do Banco do Nordeste – BNB e agricultores familiares;

Capacitação de famílias em diversas modalidades de artesanato, tais como pintura, tecelagem, artigos com palhas e fibras, tapeçaria e reciclagem de recipientes;

Cadastramento de imóveis rurais de agricultores familiares para o turismo rural; e

Excursão com grupos de artesãos e levantamento e resgate de manifestações culturais (festiva, religiosa, gastronômica, fitoterapêutica ou artesanal).

CRÉDITO RURAL E OS SERVIÇOS DE ATER

O crédito rural tem se constituído em um dos principais instrumentos de apoio à capitalização dos agricultores familiares e, conse-

qüentemente, uma importante ferramenta para a implementação de novas tecnologias.

Em 2008, até o mês de outubro, os agentes financeiros tinham firmado, no Estado da Bahia, 55.258 contratos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 198 milhões. Destes totais, a EBDA viabilizou cerca de 29.300 contratos, com valores da ordem de R\$ 104 milhões, ou seja, 53% do número de contratos e 55% dos recursos financiados.

Destaque-se o grande esforço junto aos agentes financeiros e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que vêm buscando viabilizar solução para a negociação de dívidas dos agricultores familiares que contrairam empréstimos no âmbito do Pronaf, dentro de um prazo estabelecido pelo governo federal para a adesão à Medida Provisória 432.

A situação grave de inadimplência é de tal ordem, que 129 municípios baianos ficaram impedidos de contrair novos financiamentos. Os técnicos da EBDA estão visitando pessoalmente os agricultores, informando e orientando-os para a possível negociação dos seus débitos. Se a situação não for revertida em percentuais expressivos, a expansão do crédito rural na Bahia deverá ser restrita.

COMUNICAÇÃO COM O CAMPO

A programação de rádio “A Voz da EBDA” está sendo veiculada semanalmente aos domingos pela Rádio Sociedade da Bahia, com abrangência em todo o Estado.

A programação está sendo retransmitida por diversas rádios em nível regional, por meio de parcerias com emissoras locais, na perspectiva de abranger o maior número de agricultores familiares com informações tecnológicas de interesse da sociedade.

A EBDA também participou da produção do programa de rádio da Embrapa “Prosa Rural” e com a produção de vídeos técnicos e institucionais em apoio a atividades da Ater e pesquisa.

REDES TEMÁTICAS DE ATER

Redes temáticas de assistência técnica e extensão rural são sistemas de inter-relacionamento entre pessoas e setores da sociedade, fortalecendo os laços de solidariedade, visando ao desenvolvimento de ações e políticas para a promoção social. No caso específico, o

MDA, no ano de 2007, apoiou a criação de 13 redes temáticas envolvendo todas as entidades de assistência técnica e extensão rural do país, incluindo a EBDA.

Essas redes, no exercício de 2008, se consolidaram na Empresa, que trabalhou com os seguintes temas: agroecologia, agroindústria, biodiesel, comercialização, financiamento e proteção da produção, formação de agentes de Ater, indígenas, leite, metodologias participativas de Ater mulher rural, produtos e mercados diferenciados, turismo rural e diversificação na agricultura familiar fumicultora.

Com as redes, está sendo possível aperfeiçoar o processo de implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater e do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibrater, consolidando a relação do MDA com as organizações de Ater; criando oportunidades para intercâmbio e troca de experiências; facilitando o conhecimento das políticas públicas; como também promovendo processos de formação dos agentes de Ater; organizando e disponibilizando conteúdos e propostas tecnológicas em determinados temas adequados para a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável.

Em síntese, a rede tem grande capacidade para promover a colaboração e sinergia entre atores sociais, socialização de informações e conhecimentos, gestão compartilhada, ação autônoma individual associada à construção coletiva e o empoderamento de atores locais, entre outros elementos desejáveis na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.

Como parte das atividades planejadas na rede de Formação de Agentes de Ater, no período de maio a dezembro, foram realizados 11 Seminários de Divulgação das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar em 15 Territórios. Os seminários contando com a participação de 565 técnicos da EBDA e com representantes das redes temáticas.

Estes eventos tiveram como objetivo divulgar, discutir e apoiar a implementação da Pnater e discutir os princípios e as diretrizes com seus diversos programas: Crédito Pronaf, Seguro da Agricultura Familiar – Seaf, Zoneamento Agrícola, Programa Garantia – Safra, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, Alimento Escolar, Atividades não-agrícolas (turismo rural e artesanato), Agroindústria e Produtos e Mercados Diferenciados e Agroecologia.

Uma outra atividade da rede é a ação Cultivando Saberes, que tem como objetivo qualificar extensionistas das entidades de Ater das instituições não-governamentais, sindicatos, cooperativas, e, ainda, as prefeituras localizadas nos Territórios da Cidadania do Velho Chico, Chapada Diamantina, Litoral Sul e Sisal, para atuarem como agentes de Ater, na perspectiva agroecológica e do desenvolvimento sustentável. Foram realizados sete cursos durante o ano de 2008, sendo capacitados 120 agentes dos territórios citados.

COMERCIALIZAÇÃO: PLANEJAMENTO E CAPACITAÇÃO

Um dos principais desafios da atualidade está em organizar a comercialização dos produtos e serviços da agricultura familiar de forma sustentável. Isso implica compreender o meio rural como espaço de múltiplas funções, sendo elas: produção de alimentos, preservação e recuperação dos recursos naturais, geração de renda e trabalho, produção de energia, lazer, entre outras.

Desencadear processos efetivos de comercialização capazes de promover a participação significativa de agricultores familiares de forma sustentável implica, ainda, em reconhecer que essa tarefa não é simples e que exige, além da disposição da comunidade, assistência técnica de qualidade para os processos produtivos, organizativos e para o mercado.

Com base nessa compreensão é que os articuladores estaduais da Rede Temática de Apoio à Comercialização dos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar se reuniram para fazer o planejamento estratégico para o período de 2009 a 2010, construindo assim uma agenda de prioridades e diretrizes nacionais.

Organizado pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do MDA, o planejamento foi realizado em setembro de 2008, na cidade de Fortaleza – Ceará, e contou com a participação dos Articuladores Nacionais da Rede Temática.

Dando continuidade às atividades programadas, iniciaram-se os cursos sobre comercialização no Estado da Bahia, com o objetivo de capacitar técnicos da EBDA e líderes das organizações dos agricultores familiares, em temas como gestão de empreendimentos, formação de preços, armazenagem, embalagem, *marketing* e divulgação das políticas públicas voltadas para a comercialização.

SISTEMA ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – SECAFES

As ações de fomento à comercialização dos empreendimentos da agricultura familiar são desenvolvidas pela SEAGRI, por meio da sua Superintendência de Agricultura Familiar – Suaf, que integram o Sistema Estadual de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos da Economia Solidária – Secafes.

O objetivo desse sistema é organizar e promover a comercialização dos produtos e serviços dos empreendimentos da agricultura familiar. Nesse sentido, as ações estão dispostas em duas linhas estratégicas: organização da produção e promoção da comercialização, destacando-se o processo de qualificação dos gestores das cooperativas de agricultura familiar; a implantação de bases de serviços de apoio aos empreendimentos e a realização de atividades de formação dos agricultores (seminários, oficinas etc.).

Percebe-se claramente a grande carência em metodologias participativas com relação aos princípios cooperativistas em todas as áreas de produção agrícola do Estado. Neste sentido, foi iniciado um trabalho de levantamento de demandas em locais onde já existem organizações sociais ou o desejo da formalização do processo organizacional com modelo cooperativista.

Em 2008, foram realizadas oficinas para a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo das cooperativas.

O processo de qualificação dos gestores das cooperativas de agricultura familiar é executado a partir do Curso de Gestão em Cooperativismo, uma iniciativa da Suaf, em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, o MDA, a União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafes e com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.

Em 2008, a primeira turma de 35 alunos concluiu o curso, realizado em quatro módulos. Já está em fase de planejamento e organização a realização de oito turmas, para o ano de 2009, em parceria com outros centros universitários do interior do Estado.

As atividades de formação dos agricultores atendem uma demanda crescente desse segmento, sendo apoiada a realização de:

Oficina de Comercialização da Agricultura Familiar e Comércio Justo, com objetivo de discutir experiências na Bahia e de outros Estados, uma iniciativa da Suaf em parceria com o MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, Sebrae, SETRE, Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara – Acojus, União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar – Unicafe, Universidade Solidária – Unisol e Instituto de Permacultura da Bahia, com a participação de mais de 100 pessoas;

Curso de Beneficiamento do Guaraná, com objetivo de desenvolver, no Território do Baixo Sul, práticas de aprimoramento da produção do extrato do guaraná, para um público de 30 agricultores; e a

Primeira Oficina de Produtos Orgânicos da Bahia, com o objetivo de divulgar experiências exitosas de empreendimentos da agricultura familiar.

Na perspectiva de valorizar os produtos dos empreendimentos da agricultura familiar, a SEAGRI, por intermédio da Suaf, a Unicafe e outras organizações de apoio ao segmento, discutiram a formação de um selo de identificação dos produtos de origem da agricultura familiar. Nesse contexto, foi lançada a proposta do Selo da Agricultura Familiar.

Nesse sentido, considera-se uma iniciativa inovadora a Vila da Agricultura Familiar, que viabiliza a participação dos produtores em Feiras Agropecuárias, constantes do calendário oficial de feiras e exposições do Estado, funcionando como um espaço alternativo para a promoção dos produtos da agricultura familiar e incentivo à sua produção e comercialização, além de criar um ambiente favorável para articulação interinstitucional.

Em 2008, a Vila foi montada em sete feiras agropecuárias, beneficiando cerca de 120 empreendimentos.

PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA RURAL DO ESTADO DA BAHIA – PRODUIR

O Programa de Combate à Pobreza Rural do Estado da Bahia, denominado Produzir, é executado com recursos de financiamento do Banco Mundial e do governo do Estado, com a participação dos beneficiários. Tem como principal objetivo promover a redução da pobreza rural, através de financiamentos não-reembolsáveis de pequenos investimentos de infra-estrutura e de apoio à produção, o programa tem como principal objetivo promover a redução da pobreza rural com ações que promovam a melhoria do nível de vida e gerem ocupação e renda para as comunidades rurais pobres.

Para atingir esses objetivos, o programa adota como estratégias principais a descentralização e a participação comunitária, o que possibilita ampliar o espaço de exercício da cidadania do homem do campo. Os frutos desse processo se referem à definição de ações mais condizentes com a realidade e as necessidades das comunidades, ao maior envolvimento dos beneficiários na eleição de prioridades, à execução mais eficiente dos projetos e à redução dos riscos de desvios.

Esse processo mais democrático torna-se possível devido à instalação dos conselhos municipais que congregam representantes do poder municipal e da sociedade civil, com predominância da representação dos beneficiários.

Expressivo avanço foi alcançado a partir da metodologia de participação efetiva dos beneficiários, com 96% dos recursos chegando diretamente às comunidades e resultando em mudanças concretas na qualidade de vida de mais de 650 mil famílias pobres no interior da Bahia, em especial da região semi-árida. Em doze anos de atuação, o programa já chegou a todos os municípios do interior do Estado (407), exceto a Região Metropolitana de Salvador, não contemplada através desta ação.

As ações executadas no exercício de 2008 referem-se à terceira geração do Programa de Combate à Pobreza na Bahia. O Produzir I foi iniciado na Bahia no ano de 1996 e concluído em junho de 2001.

Através de novo acordo de empréstimo, em julho de 2001, iniciou-se o Produzir II com a primeira etapa se estendendo até junho de 2004. Em julho de 2004, deu-se início à segunda etapa, por meio do Acordo de Empréstimo 7.327-BR.

A segunda etapa do Produzir II teve continuidade, após passar por alguns aperfeiçoamentos, com vistas a melhorar sua operacionaliza-

ção, enfatizando um maior controle na execução, o que permitiu que os pagamentos dos convênios passassem a ser efetuados a partir das medições realizadas. Esta etapa previa, inicialmente, a implantação de 2,5 mil projetos comunitários, que beneficiariam cerca de 250 mil famílias rurais pobres de 407 municípios do Estado. Para tanto, foram feitos investimentos de US\$ 75 milhões, sendo US\$ 54,4 milhões oriundos do Banco Mundial, com contrapartida do governo do Estado e participação dos beneficiários.

Mas os recursos previstos nesta etapa não foram suficientes para realizar a meta inicialmente prevista. Por isso, o governo do Estado está em negociação com o Banco Mundial e o governo federal para obter um empréstimo adicional que visa, entre outras ações, complementar a meta da segunda etapa e beneficiar, aproximadamente, mais 56 mil famílias da área rural com a implementação de 800 pequenos projetos de geração de renda, de saneamento e de infra-estrutura econômica e social. A proposta para financiamento adicional encontra-se em análise na Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em Brasília.

O Programa Produzir beneficiou 162.620 famílias, no exercício de 2008, com investimentos da ordem de R\$ 16,9 milhões, aplicados em 1.607 projetos distribuídos na área de apoio à saúde e saneamento, geração de renda, infra-estrutura apoio à educação e cultura e ao meio ambiente, conforme indicado nas Tabelas 6 e 7.

Desse total de projetos, 173 referem-se a convênios celebrados em 2008. Os demais 1.434 projetos referem-se a convênios celebrados em exercícios anteriores com desembolsos em 2008.

Quanto ao estágio de execução, vale ressaltar que 325 projetos foram concluídos em 2008, incorporando mais 29.963 famílias ao processo de inclusão social e econômica promovido pelo programa.



Produtos da Agricultura Familiar

Roberto Viana

Tabela 7

**PROGRAMA PRODUZIR – PRINCIPAIS
PROJETOS IMPLANTADOS
BAHIA, 2008**

Em R\$ 1.000,00		
INVESTIMENTOS	NÚMERO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS	VALOR
Melhoria Sanitária	364	506
Cisternas Domiciliares	229	8.477
Abastecimento de Água com Ligações Domiciliares	164	3.386
Projetos Agropecuários	147	812
Barragem/Aguada	123	235
Pequenas Unidades Produtivas	143	2.133
Ponte de Concreto	99	221
Outros Projetos	92	181
Casa de Farinha	78	424
Melhoria Habitacional	67	26
Centros de Abastecimento	56	228
Poços	24	225
Melhorias Viárias	21	57
TOTAL	1.607	16.911

Fonte: SEDIR/CAR

Tabela 6

**PRODUZIR – REALIZAÇÕES (1)
BAHIA, 2008**

Em R\$ 1.000,00			
DISCRIMINAÇÃO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	NÚMERO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS	VALOR
Apoio à Saúde e Saneamento	64.378	973	12.880
Geração de Renda	63.443	424	3.597
Infra-estrutura	30.460	149	309
Apoio à Educação e Cultura e Ambientais	600	11	53
Projetos Concluídos em Exercícios Anteriores (*)	3.739	50	72
TOTAL	162.620	1.607	16.911

Fonte: SEDIR/CAR – Sacc

(1) Esses números referem-se também a convênios celebrados em exercícios anteriores que receberam pagamento de parcelas no ano de 2008 ou que foram concluídos no período.

(*) Foram incluídos neste quadro porque obtiveram repasse de recursos em 2008

O Gráfico 9 representa de forma decrescente a distribuição dos projetos comunitários nos diversos tipos de investimentos.

Em parceria com o Incra e a SEDUR, e utilizando a mesma metodologia de execução do Produzir, em 2008 foram celebrados 59 convênios para a recuperação de 3.602 casas em áreas de assentamento, envolvendo recursos da ordem de R\$ 4,4 milhões, em 35 municípios.

Para garantir que os subprojetos implantados sejam sustentáveis, o Produzir investe na área de capacitação, transferindo para as associações comunitárias o poder de definição, execução e gestão dos empreendimentos.

É com esta visão que a capacitação no Produzir tem centrado suas ações num processo de educação continuada que envolve os gestores do programa em todos os níveis, a saber: conselhos municipais, associações comunitárias e equipes técnicas.

Em 2008, foram investidos R\$ 827 mil em ações de capacitação. Foram realizados 110 eventos voltados especificamente para as associações comunitárias e os conselhos municipais, que beneficiaram 2.413 produtores rurais, com destaque para os treinamentos em associativismo, organização, gestão e manutenção de subprojetos/equipamentos comunitários. Nesse mesmo período, foram também realizados 15 treinamentos para equipes técnicas e administrativas vinculadas à coordenação do Produzir (sede e escritórios regionais), envolvendo 586 pessoas, com repetição, conforme explicitado na Tabela 8.

As ações de capacitação para as associações e os conselhos municipais foram voltadas para fortalecer a organização e autonomia das comunidades e dos seus organismos de representação, bem como

a gestão e manutenção dos empreendimentos do Produzir, tendo os seguintes conteúdos: execução e gestão de convênios; manutenção de empreendimentos comunitários; comercialização de produtos; economia solidária; elaboração de planos de trabalho; construção de cisternas para captação de água de chuva e metodologia para aperfeiçoamento das práticas de trabalho comunitário.

Os treinamentos das equipes técnicas dos escritórios regionais foram priorizados pela coordenação do Produzir devido ao grande número de convênios firmados com as associações comunitárias e a introdução de novos procedimentos de supervisão e acompanhamento (medição de obras). Assim, foram realizados treinamentos/cursos com as seguintes temáticas: procedimentos de supervisão e acompanhamento de convênios, organização comunitária e planejamento participativo; substituição tributária do Imposto Sobre Serviços – ISS e retenção previdenciária do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS; economia solidária; elaboração de planos e metodologia de trabalho comunitário e para prestação de contas.

Como parte das estratégias para estimular a organização e uma maior participação das comunidades, procurou-se atender as demandas comunitárias por capacitação utilizando-se dos instrumentos de convênios de desenvolvimento institucional e através de repasse de re-

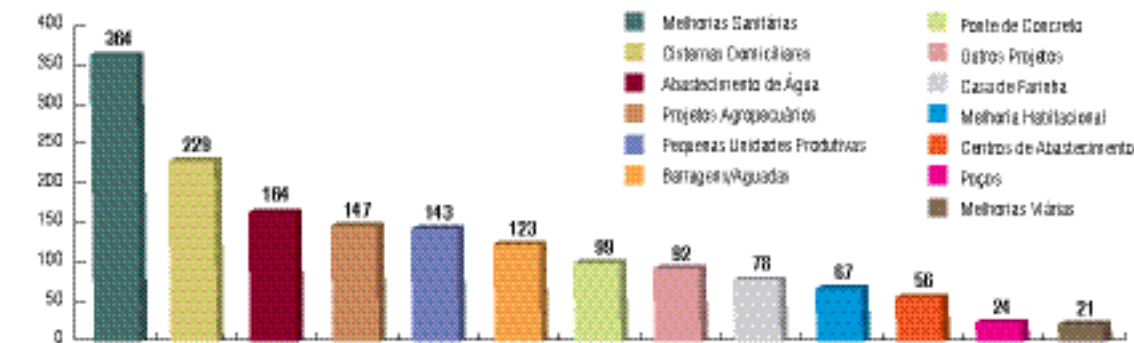
Tabela 8

PROGRAMA PRODUIR – CAPACITAÇÃO BAHIA, 2008

PÚBLICO	EVENTOS	PARTICIPANTES
Associação Comunitária	95	2.104
Conselho Municipal	15	309
Técnico	15	586
TOTAL	125	2.999

Fonte: SEDIR/CAR/Produzir

Gráfico 9

PROGRAMA PRODUIR – PRINCIPAIS PROJETOS IMPLANTADOS BAHIA, 2008

Fonte: SEDIR/CAR

curso aos escritórios regionais. Dentre os eventos contemplados por meio dos referidos instrumentos, destacam-se:

- Intercâmbios de experiências, envolvendo 22 conselhos e duas associações comunitárias, localizadas na área de abrangência do escritório regional de Serrinha e a Cooperativa dos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá – Coopercuc. Esta atividade foi uma iniciativa destas organizações, que têm interesse na disseminação de projetos voltados para geração de emprego e renda.
- Curso de artesanato de palha de ouricuri, através da Associação dos Pequenos Agricultores de Capoeira, município de Cansanção, envolvendo 40 artesãos de sete comunidades deste município;
- Projeto de Inserção de Jovens Rurais em Associações Comunitárias, através do Coletivo Ação Juvenil de Tucano, envolvendo 80 jovens de quatro comunidades;
- Acampamento de Jovens Formadores de Cidadania, envolvendo 90 moças e rapazes de 35 comunidades do município de Conceição do Coité para discutir propostas voltadas para a organização e participação da juventude;
- Curso em produção de doces e salgados, programado pela Associação Comunitária de Pedra Branca, município de São Domingos, com a participação de 25 mulheres de diversas comunidades do município.

Além das capacitações acima citadas, as comunidades tiveram oportunidade de participar de eventos de grande importância, tais como:

- Fórum do Território da Cidadania, realizado no município de Itabuna, com a participação de 15 representantes do Comitê Gestor de Canavieiras, eleitos durante a primeira fase do processo da consecução, no ano anterior; e
- Feira Cultural Indígena, realizada na Aldeia Massacará, município de Euclides da Cunha, com o objetivo de integrar e difundir a cultura dos povos indígenas das diversas etnias do Estado.

A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, órgão da estrutura da SEDIR, realizou em Salvador, o Encontro de Organizações de Produtores de Mel e Castanha de Caju. Representantes de 45 associações comunitárias de diversas regiões do Estado discutiram a comercialização desses produtos no mercado internacional. Com a

mesma finalidade de discutir o mercado para escoamento da produção, a CAR também promoveu o Encontro de Negócios na Caprinocultura, com representantes de dez associações comunitárias do Semi-árido baiano, compradores do ramo e agentes financeiros.

Merece destaque a reorientação dada pela CAR nas suas ações voltadas para os povos indígenas. A grande disseminação deste programa e a mobilização comunitária implementada no meio rural baiano também ocorreram entre comunidades indígenas de diversas identidades étnicas.

Entretanto, nesta nova etapa, o Produzir propõe ampliar o seu raio de atendimento para regiões, grupos, etnias e/ou comunidades indígenas que ainda não foram atendidas e, ao mesmo tempo, intensificar o apoio dado àquelas já beneficiadas, através de uma ação articulada e integrada com os demais programas e políticas públicas do Estado, voltados para o seu desenvolvimento sustentável.

Assim, para garantir a maior participação, mobilização, capacitação e fortalecimento dessas populações, elaborou-se um plano de ação que incluiu encontros regionais com as lideranças indígenas para apresentar e discutir o programa, informando sobre as suas diretrizes básicas e formas de participação, buscando identificar a situação real dessas comunidades no Estado e, assim, elaborar ações que melhor atendam às demandas apresentadas.

Este trabalho conta com a colaboração da equipe de Coordenação para Assuntos Indígenas da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH e dos coordenadores dos postos da Fundação Nacional do Índio – Funai, nas áreas de abrangência das diversas comunidades habitadas por esses grupos indígenas. O planejamento técnico, os recursos financeiros e a coordenação desses encontros ficaram a cargo da CAR, por meio da Coordenação do Produzir e das equipes técnicas dos escritórios regionais.

Nos três encontros realizados nas cidades de Santa Cruz Cabrália, Paulo Afonso e Ilhéus, participaram cerca de 200 representantes indígenas, entre caciques, presidentes de associações comunitárias e representantes de organizações de apoio e defesa à causa indígena.

A metodologia participativa utilizada durante cada um dos encontros possibilitou a troca de informações e a interatividade das diversas etnias e aldeias. Além disso, a discussão coletiva estimula a solidariedade e amplia as possibilidades de ações voltadas para a melhoria das comunidades.

Paralelamente a este trabalho de inclusão das comunidades indígenas, a CAR, em parceria com a Superintendência de Economia Solidária, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, executa um trabalho de sensibilização dos conselhos, associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil, técnicos da CAR e de instituições do governo e não-governamentais, utilizando a estratégia da economia solidária.

Esta ação de cooperação interinstitucional tem como objetivo a implantação de projetos de desenvolvimento em comunidades pobres rurais. A proposta já está em andamento com a existência de projetos definidos em comunidades de nove municípios, pertencentes à área de atuação de quatro escritórios regionais da CAR: Matina, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Nazaré, Tucano, Heliópolis, Itapicuru, Araci e Banzaê.

No gerenciamento do Produzir foram aplicados R\$ 3,9 milhões, no ano de 2008, referentes a despesas de natureza administrativa.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PARA AS ÁREAS RURAIS MAIS CARENTES DO ESTADO DA BAHIA – GENTE DE VALOR

A abordagem de execução do Projeto Gente de Valor tem como foco central a criação de condições necessárias para a redução dos níveis de pobreza nas comunidades rurais mais carentes das regiões Sudoeste e Nordeste do Estado da Bahia, através de processo de desenvolvimento social e econômico, ambientalmente sustentável e com equidade de gênero.

Para tanto, em 2008, além da realização de importantes investimentos em obras de infra-estrutura e apoio produtivo, a utilização de uma adequada metodologia mostrou-se uma ferramenta eficiente para demarcar e qualificar as comunidades (as mais pobres entre as pobres) a serem diretamente trabalhadas e beneficiadas pelo projeto. Foram identificadas 282 localidades, sendo 226 na região Nordeste, correspondente a 80%, e 56 comunidades na região Sudoeste.

• Seleção das Comunidades e Subterritórios Alvos do Projeto

A partir de critérios técnicos específicos, tais como: menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, posse e uso da terra, produção agropecuária, organização comunitária, infra-estrutura física e social, o Projeto Gente de Valor selecionou 282 comunidades e identificou 102 subterritórios que passarão a nortear as suas atividades concretas, durante o seu processo de implantação.

A Tabela 9 demonstra o número de subterritórios e comunidades atendidas, por município, Territórios de Identidade e sub-região.

• Sistema de Acompanhamento das Construções de Cisternas

O Projeto Gente de Valor desenvolveu um sistema eletrônico de acompanhamento que permite cadastrar em tempo real todas as

Tabela 9

PROJETO GENTE DE VALOR – SUBTERRITÓRIOS E COMUNIDADES ATENDIDOS BAHIA, 2008

SUB-REGIÕES/TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	SUBTERRITÓRIOS	COMUNIDADES
SUB-REGIÃO NORDESTE	82	226
Itaparica	11	29
Abaré	3	8
Chorrochó	2	7
Glória	3	7
Rodelas	1	1
Macururé	2	6
Sisal	15	48
Cansanção	3	11
Monte Santo	5	18
Nordestina	3	8
Quinjingue	4	11
Agreste de Alagoinhas	3	11
Itapicuru	3	11
Sertão do São Francisco	3	7
Canudos	3	7
Semi-Árido Nordeste II	50	131
Adustina	4	9
Antas	3	7
Banzaê	4	8
Cícero Dantas	4	9
Cel. João Sá	3	9
Euclides da Cunha	4	12
Fátima	3	8
Heliópolis	3	7
Jeremoabo	4	10
Novo Triunfo	3	7
Paripiranga	4	10
Pedro Alexandre	2	9
Ribeira do Amparo	3	9
Santa Brígida	3	9
Sítio do Quinto	3	8
SUB-REGIÃO SUDOESTE	20	56
Vitória da Conquista	14	40
Aracatu	2	8
Bom Jesus da Serra	2	4
Caetanos	3	8
Mirante	2	7
Planalto	2	5
Poções	3	8
Médio Rio de Contas	6	16
Boa Nova	3	8
Manoel Vitorino	3	8
TOTAL	102	282

Fonte: SEDIR/CAR

obras (cisternas) concluídas ou em execução, bem como cadastrar os usuários para identificação do seu perfil socioeconômico.

• Capacitações

Em 2008, o Projeto Gente de Valor capacitou os moradores de comunidades-alvo em diversas funções, destacando-se dentre estas: Gestão em Recursos Hídricos – GRH, associativismo, pedreiro e confecção de bombas hidráulicas. As Tabelas 10 e 11 mostram o número de pessoas capacitadas por região.

Tabela 10

PROJETO GENTE DE VALOR – CAPACITAÇÕES REALIZADAS NA REGIÃO NORDESTE BAHIA, 2008

EVENTO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
GRH - Gestão de Recursos Hídricos	638	706	1.344
Associativismo	349	336	685
Confecção de Bombas Hidráulicas	48	12	60
Pedreiro	139	1	140
Sistema de Acompanhamento de Cisternas	7	2	9
TOTAL	1.181	1.057	2.238

Fonte: SEDIR/CAR

Tabela 11

PROJETO GENTE DE VALOR – CAPACITAÇÕES REALIZADAS NA REGIÃO SUDOESTE BAHIA, 2008

EVENTO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
GRH - Gestão de Recursos Hídricos	1.170	946	2.116
Associativismo	75	76	151
Confecção de Bombas Hidráulicas	40	23	63
Pedreiro	124	-	124
Sistema de Acompanhamento de Cisternas	3	2	5
TOTAL	1.412	1.047	2.459

Fonte: SEDIR/CAR

• Elaboração de Planos de Desenvolvimento Subterritorial – PDST

Foram elaborados sete PDSTs, em 2008, sendo cinco na Região Nordeste e dois na Região Sudoeste. Estes planos retratam as demandas das comunidades que, a partir de um processo de discussão coletiva, elegeram os projetos considerados prioritários para a resolução das suas principais carências. Destacando-se, dentre eles: construção de barragens, construção de cisternas, implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água – SSAA.

• Constituição dos Comitês Comunitários e Conselho de Desenvolvimento Subterritorial

O Projeto Gente de Valor implantou junto às comunidades-alvo, conforme a conclusão dos PDSTs, Comitês Comunitários e Conselhos de Desenvolvimento Subterritorial, conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2

PROJETO GENTE DE VALOR – PDST REALIZADOS BAHIA, 2008

MUNICÍPIO	SUBTERRITÓRIO	COMUNIDADE
Itapicuru	União	Limoeiro
		Riacho do Mira
Fátima	Boa Esperança	Laje da Boa Vista
Jeremoabo	Ribeirinhos	Raso Pintado
		Taperinha
Abaré	Tuiuiú	Bananeirinha
		Curral de Pedra
Nordestina	Verdes Mares	Julião
		Tuiuiú
Planalto	Cinzento	Pedra da Onça
		Alagadiço
Bom Jesus da Serra	Mumbuca	Morrinho
		Cinzento
		Pendanga
		Lagoa de São Bento
		Mumbuca
		Samambaia

Fonte: SEDIR/CAR



Construção de Cisternas

SEDIR/CAR

Encontra-se em processo final a celebração de convênios para a construção de 4.146 cisternas nas regiões Nordeste e Sudoeste do Estado da Bahia, cujo detalhamento e demonstração gráfica encontram-se na Tabela 12 e Gráfico 10.

• Eletrificação de Áreas Rurais para Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura

Já na primeira etapa do projeto Gente de Valor, o governo do Estado, por intermédio da SEINFRA, concluiu 444 obras, eletrificando 6.491 domicílios, localizados em 49 municípios do Semi-árido. O projeto beneficiou 32.455 pessoas e ultrapassou, em 2,3%, a previsão para 2008 de domicílios atendidos (seriam 6.345 domicílios). O Gente de Valor representou investimento de R\$ 41,6 milhões.

PROGRAMA DE CRÉDITO FUNDIÁRIO E COMBATE À POBREZA RURAL

O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF é uma iniciativa do governo federal, implementado por intermédio do

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com o apoio do Banco Mundial, que atua de forma descentralizada, em parceria com os governos estaduais, movimento sindical de trabalhadores rurais e da agricultura familiar e conta com a participação dos conselhos municipais e estaduais de desenvolvimento rural sustentável. O programa faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e está vinculado à Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA.

O PNCF possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais o acesso à terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais. São também financiados os investimentos em infra-estrutura básica (casas, energia elétrica, rede de abastecimento de água, estradas), para a estruturação da unidade produtiva (assistência técnica, investimentos iniciais na produção) e projetos comunitários. Há créditos adicionais para projetos de convivência com a seca no Semi-árido e para recuperação de passivos ambientais.

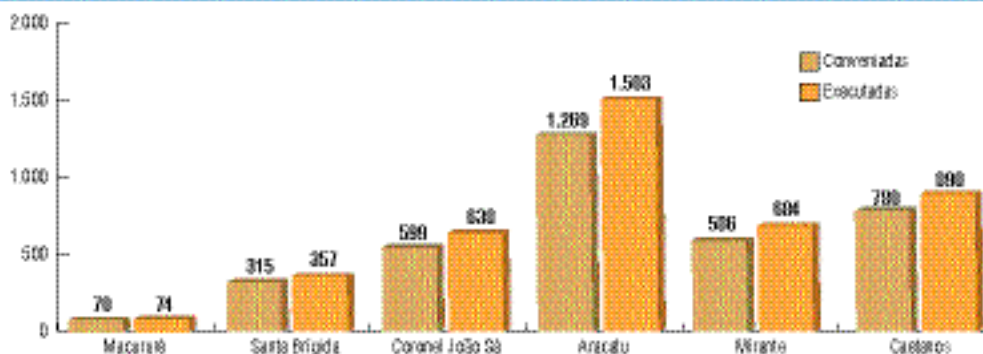
Tabela 12

PROJETO GENTE DE VALOR – CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS
BAHIA, 2008

REGIÃO/MUNICÍPIO	CISTERNAS		BENEFICIADOS	
	CONVENIADAS	EXECUTADAS	FAMÍLIAS	PESSOAS
Nordeste	984	1.069	1.069	4.276
Macururé	70	74	74	296
Santa Brígida	315	357	357	1.428
Coronel João Sá	599	638	638	2.552
Sudoeste	2.635	3.077	3.077	12.308
Aracatu	1.269	1.503	1.503	6.012
Mirante	586	684	684	2.736
Caetanos	780	890	890	3.560
TOTAL	3.619	4.146	4.146	16.584

Fonte: SEDIR/CAR

Gráfico 10

PROJETO GENTE DE VALOR – CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS
BAHIA, 2008

Fonte: SEDIR/CAR

No Estado da Bahia, o programa é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, em parceria com a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, por meio da Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA. Disponibiliza duas linhas de ação: o Projeto de Combate à Pobreza Rural – CPR, e a Nossa Primeira Terra – NPT (atuação específica para os jovens trabalhadores rurais).

O Acordo de Empréstimo 7037-BR foi assinado em dezembro de 2001, com prazo de execução de quatro anos, prorrogado para dezembro de 2008, abrangendo 417 municípios do Estado.

Para todos os Subprojetos de Aquisição de Terras – SAT, da linha de financiamento de CPR e da NPT, são financiados Subprojetos de Investimentos Comunitários – SIC, com recursos não-reembolsáveis destinados à estruturação das unidades produtivas e para infra-estrutura básica, com o objetivo de criar ocupações permanentes para as famílias beneficiadas, aumentar a renda e, conseqüentemente, assegurar a sustentabilidade dos assentamentos.

São levados em conta os princípios norteadores do PNCF de participação, descentralização, transparência e controle social, que subsidiaram a avaliação do programa sob diversos ângulos de atuação e alguns temas que o governo federal vem destacando na implementação de suas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

No ano de 2008, foram investidos recursos da ordem de R\$ 10,4 milhões, com a contratação de 38 Subprojetos de Aquisição de Ter-

ras, permitindo, assim, o acesso à terra a 1.131 famílias de trabalhadores e pequenos produtores rurais. Neste período, foram disponibilizados para esses assentamentos o valor de R\$ 13,3 milhões para os SICs, perfazendo o montante de R\$ 23,7 milhões.

Desde o início do programa, em 2002, já foram contratados 156 projetos em 67 municípios do Estado, onde foram investidos recursos da ordem de R\$ 30,8 milhões para os SATs, e R\$ 55,9 milhões para os SICs, totalizando o montante de R\$ 86,6 milhões, beneficiando 5.008 famílias, conforme mostra Tabela 13.

Os recursos para investimentos comunitários são liberados parceladamente, de acordo com a comprovação da execução de cada projeto. Esses recursos são destinados à assistência técnica; elaboração das propostas para a construção de habitações e sistemas de irrigação; produção de culturas diversas; criação de animais; aquisição de máquinas e equipamentos, dentre outras destinações. oferecendo, portanto, investimentos produtivos, assistência técnica e infra-estrutura social para assegurar a sustentabilidade das famílias nos dois primeiros anos do assentamento.

Após a comprovação da aplicação dos recursos dos SICs, os assentados podem acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf A, linha de crédito específica para assentamentos, no valor de até R\$ 20 mil, mais R\$ 1,5 mil para assistência técnica, com juros de 0,5% a.a e bônus de adimplência de 44% e carência que varia conforme o tipo de investimento.

A Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, ao longo de 2008 avançou no processo de vistoria de imóveis, para efeito de

Tabela 13

**CRÉDITO FUNDIÁRIO – METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS – PROJETOS CONTRATADOS
BAHIA, 2002–2008**

ANO	NÚMERO DE PROJETOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ÁREA (ha)	Em R\$ 1.000,00		
				CONTRATAÇÃO		TOTAL
				SAT	SIC	
2002	21	681	14.951	3.148	7.370	10.518
2003	21	813	14.980	3.034	8.886	11.920
2004	15	493	9.264	2.580	4.898	7.478
2005	23	767	13.350	3.279	8.935	12.214
2006	16	472	6.911	3.491	4.993	8.484
2007	22	651	11.221	4.804	7.524	12.328
2008	38	1.131	17.017	10.426	13.253	23.679
TOTAL	156	5.008	87.694	30.762	55.859	86.621

Fonte: SEDIR/CAR

SAT – Subprojeto de Aquisição de Terras

SIC – Subprojeto de Investimentos Comunitários

medição, levantamento de benfeitorias e avaliação, com a perspectiva de compra desses imóveis para novos assentamentos, tendo desembolsado cerca de R\$ 453,9 mil do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep.

DESENVOLVIMENTO DA MANDIOCULTURA NO EXTREMO SUL

O Desenvolvimento da Mandiocultura no Extremo Sul da Bahia tem por objetivo oferecer aos pequenos produtores de mandioca, da microrregião de Medeiros Neto, no Território Extremo Sul, aportes de infra-estrutura de apoio à produção, de caráter comunitário associativo, para melhoria tecnológica e agregação de valor ao sistema produtivo.

Estão previstas as instalações e/ou adequação de sete Unidades Agroindustriais de Produção de Derivados da Mandioca, com capacidade para processar 7.000 toneladas de raiz de mandioca, a reforma da Central de Beneficiamento e Empacotamento da Mandioca no município de Medeiros Neto e a aquisição de um veículo utilitário, além de ações de mobilização e capacitação dos agricultores, que irão beneficiar 500 famílias nos municípios de Medeiros Neto, Vereda, Ibirapuã, Lajedão, Itanhém e Jucuruçu, com um investimento total de R\$ 1,4 milhão.

O projeto está sendo implementado pelo Estado da Bahia, por meio da SEDIR/CAR, em parceria com o Ministério da Integração Nacional – MI, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e o Comitê Gestor, com a participação das diversas instâncias representativas dos beneficiários.



Produção de Leite

Todas as obras de instalações e/ou adequação das sete Unidades Agroindustriais de Produção de Derivados da Mandioca encontram-se em execução e, de acordo com o cronograma estabelecido no contrato, com previsão para conclusão em fevereiro de 2009.

A entidade responsável pela capacitação dos beneficiários é o Sebrae, que já realizou um grande seminário com a participação de todas as organizações envolvidas na implementação do projeto. Estão em andamento as ações de fortalecimento do associativismo, já tendo sido realizadas várias oficinas nas comunidades beneficiárias, com a participação de um consultor contratado para atender, em tempo integral, as organizações comunitárias.

CADEIAS PRODUTIVAS E CULTURAS ESPECÍFICAS

CADEIA PRODUTIVA DO LEITE

A Bahia é o maior produtor de leite do Nordeste, com uma produção que ultrapassa 920 milhões de litros/ano, um rebanho leiteiro de aproximadamente 3,5 milhões de animais, e emprega, diretamente na cadeia produtiva, 180 mil pessoas.

A produção de leite no Estado é explorada, em maior quantidade, por pequenos produtores e é praticada em todos os Territórios. No Extremo Sul, Itapetinga, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Portal do Sertão, Vitória da Conquista e Oeste foram observados os maiores volumes de produção, graças ao emprego de novas tecnologias e melhoramento da alimentação do rebanho.

A baixa produtividade por vaca ordenhada (menor que 2,5 litros/vaca/dia) ainda é um grande problema da pecuária leiteira, seguido pela falta de qualificação e melhoramento genético no rebanho.

Visando atender às exigências previstas na Instrução Normativa 51 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, que regulamenta a conservação e qualidade do leite destinado à população, encontra-se em fase de estudo a implantação, nas principais regiões produtoras do Estado, de cem tanques de expansão e resfriamento de leite com capacidade para dois mil litros cada e deverão ser investidos R\$ 4 milhões, com parceria dos governos federal e estadual.

A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. – EBDA vem construindo, com os agricultores familiares de leite, uma estratégia que os levem a alcançar maiores níveis de produção e produtividade

das pastagens e dos rebanhos, por meio da validação de tecnologias de baixo custo e eficiência comprovada, nas regiões onde existe maior expressividade na produção de leite, inclusive em algumas áreas de assentamento.

Em 2008, a EBDA desenvolveu atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado, contemplando 2.521 pequenos produtores, correspondendo a 90% das metas estabelecidas no projeto, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e pelo governo do Estado; promoveu seis cursos sobre bovinocultura leiteira para 163 técnicos e realizou nove cursos para 161 pequenos produtores de leite.

Nas propriedades contempladas com o projeto, os agricultores familiares inseridos na cadeia produtiva do leite vêm sendo orientados em tecnologias de implantação, subdivisão, manejo e utilização de pastagens; implantação, manejo e utilização de forrageiras para reserva estratégica, visando à suplementação alimentar dos animais nos períodos de baixa disponibilidade de pasto; correção e adubação de solo sob pastagens; recuperação e renovação de pastagens degradadas; manejo por categoria animal; controle de ecto e de endoparasitos; controle de plantas invasoras; higiene da ordenha; controle leiteiro, entre outras, constatando-se avanços significativos na elevação da produção e produtividade leiteira dessas propriedades.

Merecem destaque os trabalhos desenvolvidos nas regiões do Extremo Sul e Sul da Bahia, onde a ênfase principal é a intensificação do uso de pastagens para a produção de leite. Além das propriedades de agricultores familiares assistidas, foram atendidos os projetos de assentamento localizados na região de Eunápolis. Na média das propriedades assistidas nestas regiões, houve um aumento de 14% no número de vacas em lactação; 50% na produção de leite por vaca ordenhada e em mais de 100% na produção anual de leite por hectare.

CADEIA PRODUTIVA DA PECUÁRIA DE CORTE

A Bahia é o maior produtor de rebanho bovino da região Nordeste, com mais de 11 milhões de cabeças. Destaca-se, também, como detentor do maior rebanho caprino, apresentando um total de 4,1 milhões de cabeças; e ocupa o segundo lugar no número de ovinos, com 3,2 milhões de cabeças.

A confortável situação da Bahia no setor pecuário tem chamado a atenção de empresários pecuaristas dos demais Estados da Federação, em especial, do Sudoeste e Sul, que encontram, no Oeste baiano, oportunidade para expansão de seus negócios no segmento da pecuária de corte.

A franca expansão da pecuária de corte no Estado levou o governo a fazer investimentos para uma melhor estruturação do setor. Com quantidade ainda reduzida de indústrias frigoríficas – hoje são 23 indústrias em funcionamento – o governo da Bahia estabeleceu como meta ter, até 2010, mais de 30 indústrias frigoríficas em atividade. Com isso, o setor deve experimentar um aumento de 50% no processamento da carne bovina de qualidade para atender à demanda da população baiana, superando o patamar de mais de 1,5 milhão de animais processados e inspecionados.

Estão em funcionamento os frigoríficos dos municípios de Alagoinhas (bovinos, caprinos, ovinos e suínos), Amargosa (bovinos), Juazeiro (caprinos e ovinos) e Pintadas (caprinos e ovinos) e está programada a reestruturação do frigorífico de Senhor do Bonfim para abate e desossa de bovinos.

Continuam em fase de implantação as indústrias frigoríficas nos municípios de Itororó (bovinos e suínos), Brumado (bovinos) e Jussara (caprinos e ovinos). Ainda estão em fase processual as autorizações para a implantação dos frigoríficos para abate de bovinos nos municípios de Remanso, Bom Jesus da Lapa, Morro do Chapéu, Itabuna, Valença, Ipirá, Irecê, Riachão do Jacuípe e Seabra.

Em 2008, a arroba do boi teve um aumento da ordem de 25% em comparação ao ano anterior, fato animador para o setor produtivo. Apesar do aumento do custo de produção e uma ligeira redução de consumo da carne bovina, devido aos altos preços repassados ao consumidor nos meses de julho e agosto, sinaliza-se a normalização dos preços.



Pecuária de Corte

Agcom

CADEIA PRODUTIVA DA APICULTURA

A apicultura, por sua característica de baixo custo, é de fundamental importância para a composição da renda dos agricultores familiares, principalmente por não exigir tempo integral no manejo do apiário e ser adequada e de fácil integração com as demais atividades econômicas da agricultura familiar. Por este fato, é cada vez maior a necessidade de técnicos capacitados, que possam dar suporte tecnológico e social à demanda existente.

Em 2008, na busca da melhor capacitar e qualificar seus técnicos, a SEAGRI promoveu quatro treinamentos para 105 técnicos da EBDA. Também foram realizados 33 cursos para 591 apicultores, incluindo conteúdo para iniciantes e de manejo avançado para os apicultores já estabilizados.

No que se refere à profissionalização de apicultores, foram realizados, também em 2008, no Centro de Profissionalização de Apicultores – Centreapis, em Amélia Rodrigues, oito cursos de iniciação em apicultura, manejo avançado e beneficiamento e aproveitamento de cera. Voltados para agricultores familiares e agentes comunitários de apicultura do Território do Sisal – Aças, o curso também foi oferecido a técnicos da Superintendência da Agricultura Familiar para que estes possam dar suporte técnico aos apicultores com base nas diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Apicultura do Território.

Com essas ações, a SEAGRI por intermédio da EBDA, acompanhou tecnicamente 3.391 agricultores familiares. Em decorrência disso, registrou um significativo aumento de apicultores qualificados no Estado, que agora tem capacidade de produzir mel de qualidade e de acordo com as exigências de mercado. As ações também asseguraram o fortalecimento da cadeia produtiva, com inserção de atividades complementares não agrícolas e preservação ambiental.

Merece destaque o trabalho de Georreferenciamento que o governo do Estado vem desenvolvendo. As ações, interações, intercâmbios e parcerias vinculadas a geotecnologias adaptadas à Extensão Rural aconteceram a partir do convênio de cooperação técnica firmado, em 2008, entre a EBDA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/Pará e a Confederação Brasileira de Apicultura – CBA, para a execução do Programa Nacional de Georreferenciamento e Cadastro dos Apicultores – Pngeo.

Foram realizados treinamentos e oficinas para capacitação dos técnicos da EBDA com o objetivo de qualificá-los para atuarem no Pro-

grama de Geotecnologias, Cadastros e Rastreabilidade de cadeias produtivas e atividades administrativas – PGCR.

Uma ação de grande relevância foi a reunião para a consolidação de dados e formatação do Sistema de Informações Geotecnológicas – SIG/Pngeo, realizada no Centro de Treinamento da EBDA e que contou com a participação de representantes da CBA, Emater-PA, Universidade de São Paulo – USP, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul – Agraer-MS e Universidade Estadual de Maringá-PR. Na reunião foram traçadas as diretrizes básicas para orientar a elaboração de modelos de cadastros da cadeia apícola, instrumentos já formatados por técnicos da empresa, e que serão adotados em todo o território nacional por instituições de extensão, ensino e pesquisa inseridos na atividade em todo o país.

Já foram realizados os georreferenciamentos em 36 municípios, sendo cadastrados e georreferenciados 821 apiários, 273 pontos de água, 39 unidades de beneficiamento, 410 residências de apicultores, além de 764 cadastros de apicultores, 29.874 colméias, das quais 12.658 estão habitadas, 19 associações e quatro cooperativas.

O trabalho acima mencionado teve como repercussão o reconhecimento da Confederação Brasileira de Apicultura – CBA, cujo prêmio foi concedido durante a realização do 17º Congresso Brasileiro de Apicultura, realizado em Belo Horizonte. Esse prêmio credencia a EBDA como referência para as demais instituições do país, além de fundamentar o trabalho de estruturação do geoprocessamento na apicultura.

A SEAGRI está adquirindo 431 kits de produção, cada um composto por dez colméias e mais os materiais e equipamentos para implantação de um apiário. Esta ação vai gerar um incentivo de até 100% da renda de 2.661 famílias de agricultores familiares.

Em apoio à atividade de produção de pólen e por intermédio da Associação de Apicultores de Canavieiras, o governo do Estado alocou recursos na ordem de R\$ 72,3 mil para a implantação de uma indústria de beneficiamento de pólen no município. Com este investimento a produção estadual deve passar das atuais 8,4 toneladas/ano para 60 toneladas/ano.

Convênios firmados pelo governo da Bahia, durante a Feira Internacional do Agreonegócio – Fenagro 2008, com representantes de 26 Territórios de Identidade asseguraram a construção de 31 unidades de beneficiamento de mel e dois entrepostos para a comercialização dos produtos, beneficiando mais de três mil famílias.

CADEIA PRODUTIVA DA CAPRINO-OVINOCULTURA

Trata-se de atividades adaptadas ao ecossistema da caatinga, principal bioma da região semi-árida, e de grande importância para a agricultura familiar, sobretudo para a essa região, onde a produção de alimentos de subsistência é bastante vulnerável devido às características climáticas, constituindo-se em alternativas socioeconômicas que garantem uma maior sustentabilidade aos sistemas de produção agropecuários.

Foram realizados, em 2008, cursos de capacitação para os criadores de caprinos e ovinos nas regiões de Juazeiro, Jacobina, Irecê, Ribeira do Pombal, Feira de Santana e Paulo Afonso, beneficiando mais de 500 agricultores familiares, nos aspectos de sanidade, manejo produtivo, reprodutivo e alimentar, o último com ênfase à formação de reserva estratégica para o período seco.

Também foram capacitados 25 técnicos, da SEAGRI e de entidades parceiras (prefeitura, cooperativas e de assentamentos rurais), com conteúdos programáticos incluindo mercado e comercialização, instalações adequadas, manejo alimentar, manejo reprodutivo e manejo sanitário, manejo da caatinga e plantas tóxicas, com aulas práticas de castração, raças e doenças de caprinos.

CADEIA PRODUTIVA DA COTONICULTURA

No desenvolvimento sustentável da cotonicultura do Vale do Iuiú, os trabalhos estenderam-se por oito municípios da região Sudoeste (Malhada, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Pindaí, Urandi, Brumado e Livramento de Nossa Senhora), beneficiando um total de 700 agricultores familiares, com propriedades com até 20 hectares



Caprino-ovinocultura

e área individual de até 3 hectares de algodão, totalizando 2,1 mil hectares atendidos pelo programa.

Para atingir a meta estabelecida, o governo criou e distribuiu o *kit* Produtividade, que disponibilizou, a cada agricultor selecionado, as condições suficientes e necessárias para o cultivo de 3 hectares de área, configuradas na metodologia específica de assistência técnica e extensão rural, ao longo do ciclo da cultura, e na distribuição gratuita dos insumos básicos para plantio e cultivo.

Apesar do ano agrícola 2007/2008 registrar uma enorme variação nas precipitações, tanto no que diz respeito às quantidades quanto na distribuição das chuvas, alcançou-se a expressiva produção de 273 mil arrobas de algodão em caroço, equivalentes a 4,9 mil toneladas; com produtividade média de 130 arrobas de algodão em caroço, com excelente qualidade extrínseca e intrínseca.

Dos 700 agricultores familiares, 397 venderam no mercado local a sua produção total que, em média, correspondeu a 390 arrobas, ao preço médio de R\$ 12,80 por arroba, auferindo, cada um, o valor de R\$ 4.992, totalizando para esse conjunto de agricultores cerca de R\$ 2 milhões, correspondentes a 232,7 mil arrobas de algodão em capulho ou em rama.

Ressalta-se que os 303 agricultores restantes, que aderiram ao processo de colheita seletiva, beneficiamento e comercialização de parte da sua produção, apresentaram os seguintes resultados:

- Para a parte da sua produção, correspondente a 133 arrobas, que foram seletivamente colhidas e beneficiadas através de contrato com uma usina beneficiadora de algodão e comercializada pelos mesmos, via corretora de algodão, alcançou-se o resultado financeiro médio, por produtor, de R\$ 2.463,61. Tal valor correspondeu ao somatório do al-



Ademilson Nunes

Cultura do Algodão

godão em pluma vendido à praça de São Paulo, ao valor do Programa de Equalização da Produção da Conab – Pepro e ao valor atribuído ao caroço de algodão devolvido ao agricultor por meio de contrato com a usina. O valor por arroba de algodão em pluma (somados a própria pluma, o Pepro e o caroço) foi de R\$ 36,88, abatidos os encargos e impostos, que quando convertido em arroba de algodão em capulho correspondeu a R\$ 18,52. O total do algodão beneficiado e comercializado – 15.375 mil arrobas de algodão em pluma, 1.214 fardos, com peso médio de 189,9 kg, alcançaram um valor total de R\$ 746,4 mil.

- A parte correspondente ao restante do algodão em capucho, 257 arrobas, que esses mesmos 303 agricultores comercializaram no mercado local, rendeu para cada um, em média, R\$ 3.289,60. A renda média total desses agricultores foi de R\$ 5.753,21, resultado do algodão comercializado em pluma e do algodão comercializado em capulho. No conjunto, os 303 agricultores obtiveram um rendimento financeiro de R\$ 1,7 milhão.

CADEIA PRODUTIVA DA MANDIOCA

Durante o ano de 2008, foram realizados seis cursos com a participação de 92 técnicos; um treinamento sobre a cadeia produtiva da mandioca para transferência de tecnologias envolvendo 70 agricultores familiares na região de Barreiras; um dia-de-campo e um seminário com a participação de mil agricultores.

Também foi elaborado um projeto para a ampliação da casa de farinha com o objetivo de instalar um *kit* de minifecularia no município de Santa Terezinha, em parceria com Associação Comunitária Rural de Engenho e de Gairu.

Ao todo, foram assistidas 18 associações com 600 agricultores familiares produtores de mandioca, nas regiões de Feira de Santana, Cruz das Almas e Itabuna, que cultivam uma área aproximada de plantio de 3,2 mil hectares, superando a produtividade de 12 para 20 toneladas por hectare.

CULTURA DOS CITROS

A SEAGRI atendeu 4,2 mil agricultores familiares produtores de citros, em 22 municípios do Estado no ano de 2008, contabilizando os seguintes resultados:

- Realização do II Encontro da Citricultura da Bahia e Sergipe, com a participação de 350 citricultores;

- Capacitação de 780 agricultores em manejo do solo, água e planta; produção de mudas, tratamentos culturais e fitossanitários; poda de formação; comercialização, mercado e crédito rural;
- Implantação de 1.001 hectares de pomares cítricos, beneficiando 493 famílias com crédito na ordem de R\$ 6 milhões;
- Acompanhamento de pomares cítricos recuperados nos anos de 2005 a 2008, totalizando uma área de 4,4 mil hectares;
- Produção de 1,2 milhão de borbulhas, atendendo a 155 viveiristas;
- Reativação do laboratório para produção e posterior distribuição de 200 *kits* de *Ageniaspis citricola* para o controle da larva minadora dos citros;
- Palestras com demonstração prática sobre a produção da *Ageniaspis citricola* em nível de laboratório durante o II Encontro da Citricultura da Bahia e Sergipe;
- Recuperação da Unidade de Produção de Borbulhas Cítricas de Alagoinhas, com previsão para produção inicial, em fevereiro de 2009, de 56 mil borbulhas;
- Instalação de nova Unidade de Produção de Borbulhas Cítricas, em Rio Real, com capacidade para produzir 580 mil borbulhas/ano;
- Instalação de Unidade de Produção de Sementes de Limão-Cravo, em Alagoinhas, para atender viveiristas da região; e
- Recuperação da patrulha mecanizada composta de 30 tratores e 47 implementos (subsolador e grade aradora) e capacitação de sete técnicos no Centro de Citricultura Silvio Moreira, do Instituto Agrônomo de Campinas – IAC, localizado na cidade de Cordeirópolis – SP.

CULTURA DO UMBU

O umbuzeiro é uma planta nativa e endêmica do Nordeste brasileiro, região de baixa precipitação pluviométrica e de elevadas temperaturas. Esta característica climática abrange 70% do território baiano e confere ao Estado da Bahia a condição de maior produtor de umbu no Nordeste. Em 2007, a produção brasileira foi de 8.619 toneladas, das quais 7.602 toneladas foram produzidas na Bahia, tendo a microrregião de Brumado como principal produtora, com 1.444 toneladas.

Como a produção de alimentos no Nordeste é altamente vulnerável devido à instabilidade climática, caracterizada por sucessivas perdas que comprometem a subsistência da maioria dos agricultores familiares, o umbuzeiro se constitui numa fonte alternativa de renda, cabendo ao pequeno produtor familiar somente o custo da colheita.

A parceria da EBDA com o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido da Embrapa serviu para a obtenção de informações técnicas, sobretudo quanto aos aspectos reprodu-

tivos do umbu, além da capacitação de um número expressivo de técnicos da empresa.

Foram implantadas 164 unidades demonstrativas da cultura nos últimos sete anos e, em 2008, foram capacitados 140 produtores no Oeste baiano. As estações experimentais foram responsáveis pela produção e distribuição de 23 mil mudas de umbu aos agricultores familiares.

Com o conhecimento e a experiência adquiridos pela empresa, foi possível identificar a ocorrência em condições naturais de “umbu gigante,” cujos frutos chegam a pesar entre 60 a 110g, com excelentes características comerciais e industriais. Esses espécimes foram cadastrados e sua multiplicação compôs um Banco de Germoplasma de Umbu Gigante com 18 acessos, o maior do Nordeste brasileiro. A EBDA desenvolve as atividades para atender aos agricultores que cultivam o umbu, tais como:

Produção de material reprodutivo, obtido no Banco de Germoplasma para multiplicação assexuada;

Produção e distribuição de 1.100 mudas para plantio no período 2008/2009;

Capacitação de produtores em produção de mudas de umbu gigante e manejo da cultura;

Disseminação da técnica “substituição de copa” com um umbu gigante, com o objetivo de obter produção precoce e de melhor qualidade;

Introdução da seriguela, planta da mesma família botânica do umbu, como porta-enxerto para o umbu gigante, visando antecipar a produção e melhorar a comercialização;

Seleção, avaliação produtiva e cadastramento de plantas em condições naturais, visando ampliar o Banco de Germoplasma existente no município de Livramento de Nossa Senhora, pioneiro nas ações de revitalização da cultura do Estado da Bahia;

Divulgação junto aos agricultores familiares do valor social, econômico, nutritivo e sua utilização na melhoria da dieta alimentar;

Plantio artificial de umbu para fins de exploração econômica de 320 hectares; e

Financiamento com recursos do Pronaf a 54 produtores familiares, no município de Brumado, para implantação de 54 hectares de umbu gigante, cujos planos de crédito foram elaborados pela EBDA.

CULTURA DO ALHO

A cultura do alho é um dos mais importantes segmentos da agricultura da Bahia. Dentre os municípios produtores, destacam-se: Boninal, Novo Horizonte, Mirangaba (Povoado de Taquarendi), Jacobina (Povoado de Caatinga do Moura) e Cristópolis, no Território do Oeste baiano.

O número de agricultores familiares produtores de alho cadastrados na Bahia é de 560. Em 2008 foram cultivados 6.782 hectares e colhidas 54.256 toneladas, com um rendimento médio de 8 mil quilos por hectare.

A EBDA assistiu aos produtores em todas as fases da produção, destacando-se a vernalização do alho (técnica que permite cultivar alhos de clima frio, no microclima de altitude, alhos nobres, como o Roxo Pérola de Caçador, Chonan e Jonas) e o plantio de alho livre de vírus, que permite a elevação da produtividade acentuadamente. Estas tecnologias promovem sobremaneira a elevação do rendimento médio da cultura. Os trabalhos desenvolvidos com alho livre de vírus com a cultivar Amaranite permitiu o alcance médio de 18 toneladas por hectare.

CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR

A EBDA presta assistência técnica à produção de cana-de-açúcar, principalmente nos municípios de Mucugê, Piatã, Abaíra, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Barra, Riachão das Neves, Caetitê, Piripá, Itarantim, Ibicoara, Itanhém e Eunápolis.

O Estado da Bahia possui cerca de seis mil unidades processadoras de cana-de-açúcar, gerando aproximadamente 25 mil empregos. Nestas pequenas agroindústrias são produzidos em



Processadora de Cana-de-açúcar

Agcom

torno de 25 milhões de litros de cachaça, além de rapadura, melaço e açúcar mascavo.

A EBDA assistiu tecnicamente os produtores objetivando orientar para a modernização e adequação das instalações para a fabricação de cachaça, rapadura e açúcar mascavo, e, também, aumentar o rendimento médio da produção, com o uso de variedades mais produtivas e tolerantes a pragas e doenças.

Em 2008, a SEAGRI, por intermédio da EBDA, firmou convênio de cooperação técnica com 11 associações de produtores, repassando recursos financeiros na ordem de R\$ 987,3 mil para assistência técnica a 278 agricultores familiares dos municípios de Abaíra, Piatã, Mucugê, Livramento de Nossa Senhora e Iraquara.

Os resultados dessa parceria se mostram positivos com o ganho de produtividade na microrregião de Abaíra, em torno de 50% nas três modalidades: passando o rendimento médio anterior de 30 toneladas por hectare para as atuais 50 toneladas por hectare, em regime sequeiro (+66,7%); de 40 a 60 toneladas por hectare, nas baixadas úmidas (+50%); e de 60 para 80 toneladas por hectare, sob irrigação (+33,3%).

A marca Cachaça de Abaíra consolidou-se em 2008, com uma produção de mais de 100 mil litros por ano, sendo que cada produtor recebe R\$ 1,70 por litro produzido. A Cachaça Abaíra ganhou os mercados da União Européia com a exportação de mais de 21 mil litros do produto através da Cooperativa dos Produtores e Associados de Cana e Derivados da Microrregião de Abaíra – Coopama.

CULTURA DO CAFÉ

A Secretaria da Agricultura, por intermédio da EBDA, procedeu a transferência de tecnologias no cultivo do café, em ação estratégica de parceria com as prefeituras, sindicatos e associações, realizando dias-de-campos, seminários, excursões, beneficiando diretamente mais de 3 mil agricultores familiares dos municípios de Mucugê, Ibicoara e Seabra.

Nos municípios de Piatã e Bonito, onde mais de 400 agricultores familiares foram capacitados e organizados para terem acesso ao crédito para a recuperação de suas lavouras, 40 produtores assinaram contratos com o Banco do Brasil, num valor aproximado de R\$ 530 mil.

No município de Ituaçu, cerca de 700 famílias foram assistidas visando melhorar suas lavouras e possibilitar a instalação, por meio da SEAGRI, de cinco unidades de demonstração e processamento de suas produções, voltadas para a produção de Café de Qualidade.

Em Barra do Choça realiza-se anualmente, a “Semana do Café”, sendo o maior evento voltado para divulgação e demonstrações de tecnologias direcionadas para atendimento da pequena produção, cujos resultados têm refletido no aumento da produtividade e, principalmente, da qualidade do café produzido no Estado. Em 2008, foi realizada a 11ª edição desse evento.

Para acompanhamento da safra cafeeira, foram efetuados três levantamentos, envolvendo uma amostragem cativa em 336 propriedades, que vem sinalizando o fechamento da safra 2008/2009 no Estado, com um volume de produção de 2,1 milhões de sacas de café beneficiadas e um faturamento anual estimado em R\$ 500 milhões, o que representa um incremento de 16% em relação ao obtido em 2007, acompanhando o aumento da safra brasileira, cujos resultados é fruto da parceria firmada com a Companhia Nacional do Abastecimento/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Conab/Pnud.



Secagem de Café

CULTURA DO MAMÃO

Durante o ano de 2008, foram desenvolvidas atividades voltadas para a manutenção do sistema nas propriedades já certificadas em Produção Integrada de Mamão e no sistema de gestão de qualidade da The Global Partnership for Good Agricultural Practice – Globalgap, organização privada certificadora de produtos agrícolas em todo o mundo e que funciona como um manual prático de Boas Práticas Agrícolas – BPA. Esse trabalho envolveu a propriedade Nova Estrela e a empacotadora de propriedade da Bello Fruits, além da Fazenda Gondo, em Nova Viçosa.

CULTURA DO SISAL

No ano de 2008, foi elaborada uma proposta para implantação do Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cultura do Sisal no Estado da Bahia, em parceria com a SECTI, SETRE, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb e o Sebrae, visando desenvolver a cadeia produtiva do sisal e criando condições para o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida da população dos territórios sisaleiros.

A referida proposta foi elaborada obedecendo-se quatro eixos temáticos de atuação: Produção e Defesa Sanitária; Mercado e Empreendedorismo; Inovação Tecnológica; Segurança e Saúde do Trabalhador.

Para a elaboração do referido programa, foi realizado um diagnóstico junto às comunidades rurais sisaleiras, onde verificou-se a ausência de bateadeiras para o beneficiamento da fibra em determinados municípios produtores de sisal, fato que vem obrigando os agricultores familiares a comercializarem seu produto a preços menores a intermediários que transportam a fibra para ser beneficiada em outros locais, gerando emprego e renda fora do local de produção.

Através de convênio entre o governo do Estado da Bahia e o Ministério da Integração Nacional – MI, o município de Monte Santo foi contemplado com a construção de um galpão para bateadeira, que se encontra em perfeitas condições de servir como uma base física para a instalação das máquinas e equipamentos necessários ao processamento das fibras do sisal.

SEMENTES – CAPACITAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E PRODUÇÃO

No ano de 2008, realizou-se capacitação de técnicos, sensibilização e qualificação de agricultores familiares, objetivando a

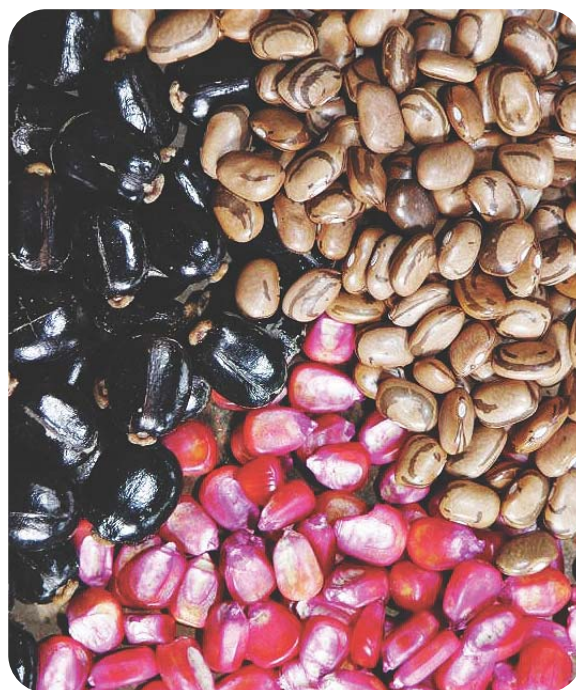
produção de sementes próprias e a formação de bancos comunitários de sementes.

Nesse sentido, de março a dezembro de 2008, foram capacitados em produção de sementes e mudas 127 técnicos, tanto da EBDA quanto de outras entidades, com a sensibilização de 120 comunidades e qualificação de 340 agricultores especializados para a produção própria, resultando na formação de 120 bancos comunitários de sementes, beneficiando 5.560 agricultores familiares, nas safras de inverno e verão de 2008.

Considerando os dois cultivos (safra de verão 2007/08 e safra de inverno 2008) foram distribuídos quase dez mil toneladas de sementes, de milho, feijão, vigna, mamona, sorgo e hortaliças diversas. Essas sementes beneficiaram mais de 100 mil agricultores familiares.

O governo da Bahia licitou, no mês de novembro de 2008, o fornecimento de mais 1,3 mil toneladas de sementes de milho, feijão e mamona para atender aos agricultores familiares na safra de verão 2008/09.

Estão sendo produzidos em área irrigada sob pivô central, na Estação Experimental da EBDA, em Utinga, 21 hectares de mamona variedade EBDA MPA 11, semente lançada no III Congresso Brasileiro de Mamona, realizado em Salvador.



Sementes para distribuição



Roberto Viana

Congresso Brasileiro de Mamona

A colheita da referida área já foi iniciada, esperando-se uma produção de mais de 30 toneladas de sementes básicas nessa primeira colheita. Parte desse material atenderá pedidos de reserva de semente e outra parte atenderá a distribuição para os agricultores familiares na safra 2008/09.

Já a mamona da variedade EBDA MPB 01 está sendo multiplicada em cinco hectares de área irrigada da Fazenda Cajazeira, no município de Utinga. A colheita na referida área já foi iniciada, esperando-se uma produção de sete a oito toneladas de semente básica, que atenderá pedidos de reserva e implantação de novos campos de multiplicação.

FLORICULTURA TROPICAL E SUBTROPICAL

O governo do Estado, em parceria com as prefeituras de nove municípios baianos, vem conduzindo os Projetos Comunitários de Floricultura, com o objetivo de promover o desenvolvimento da atividade em cada pólo de produção, fomentando o consumo e ampliando o cenário mercadológico das flores e plantas ornamentais.



Agecom

As ações desenvolvidas se traduzem em mudanças reais, verificando-se que o percentual de participação das flores da Bahia no mercado de Salvador evolui a cada ano, passando de 3%, na década passada, para 20% em 2007. O impacto no mercado interno expressa uma queda de dez pontos percentuais em aquisições de produtos procedentes, principalmente, de São Paulo.

A implantação dessas atividades teve repercussão em outros estados, que identificaram um potencial nunca visto para trabalho com jovens de comunidades carentes, fato que proporcionou intercâmbio entre produtores baianos e produtores das regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país, além de visitas constantes aos projetos de produtores de outros locais do Estado e de profissionais ligados ao setor.

Estima-se uma área de 450 hectares de flores tropicais e subtropicais plantadas na Bahia, com uma produção de 360 mil dúzias de flores, chegando a movimentar no mercado varejista R\$ 45 milhões/ano, gerando mais de 800 empregos diretos e dois mil indiretos.

O governo do Estado finalizou, em 2008, a reestruturação do novo projeto executivo para instalar a central de comercialização – Flores da Bahia, que permitirá atender o crescimento deste agronegócio com um sistema eficiente para comercialização e distribuição de toda a produção de flores, folhagens e plantas ornamentais para o mercado atacadista.

A central contará com uma área total de 1,4 mil m² para exposição de flores e plantas ornamentais, instalação de 150m² de câmara frigorífica para acondicionamento de flores e folhagens de corte, além de área de *show-room*, praça de alimentação e entretenimento, estacionamento para caminhões, veículos utilitários e de passeio, com área de aproximadamente 4 mil m².

Será uma obra arrojada, de concepção moderna e capaz de unir todos os elos da cadeia produtiva, devendo o governo investir mais de R\$ 1,5 milhão na sua construção e operacionalização.

DEFESA AGROPECUÁRIA

O crescimento do comércio internacional de *commodities* agrícolas conseqüência da forte demanda mundial por produtos agropecuários, tem exigido um Sistema de Defesa Agropecuária que assegure maior competitividade junto aos mais exigentes mercados nacionais e internacionais, permitindo agregação de valor à produção, na busca do desenvolvimento sustentável.

A Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab, órgão da estrutura da SEAGRI, conta com 15 coordenadorias regionais, 71 gerências e 357 escritórios locais, garantindo atuação em todo o território baiano, na busca de que seja assegurada a qualidade sanitária dos nossos produtos, garantindo nível de proteção adequada aos consumidores, e maior segurança ao mercado.

Deste modo, está sendo implantado o Sistema de Defesa Agropecuária – Sidagro, que utiliza ferramentas tecnológicas de controle dos dados e informações, contribuindo com a agilidade, eficiência e eficácia das ações agropecuárias, automatizando todas as rotinas, particularmente as atividades descentralizadas realizadas por todo o quadro funcional da instituição.

Com vistas ao melhor desempenho das atividades da Adab, cujas demandas estão em crescimento acelerado, faz-se necessário a construção do prédio anexo na sede, em Salvador, cujos projetos básicos já foram contratados, no valor de R\$ 58,7 mil.

Outro importante passo para a modernização operacional está sendo a parceria entre os governos estadual e federal, consolidada por meio de convênios firmados com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa e com o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, no montante de R\$ 11 milhões que, entre outros objetivos, visa à aquisição de veículos e equipamentos. Em 2008, foram adquiridos 47 veículos e 24 motocicletas. Importante salientar que se encontra em processo licitatório a aquisição de mais 68 veículos e 65 motocicletas.



Entrega da Frota da Adab



Entrega da Frota da Adab

Para assegurar a sustentabilidade da agricultura familiar e do agronegócio baiano articulado com a rede de produção estadual, foram contemplados no PPA 2008–2011 três grandes programas, sendo eles “Bahia Protegida: Fiscalização do Trânsito de Animais e Vegetais”; “Bahia Que Produz: Sanidade Animal e Vegetal” e “Bahia Saudável: Segurança Alimentar com Qualidade”, desenvolvidos e executados atendendo ao princípio da transversalidade, com instituições parceiras fundamentais ao alcance de seus objetivos.

BAHIA PROTEGIDA: FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS E VEGETAIS

O Estado da Bahia possui a maior área de divisa do país, limitando-se com oito estados: Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Minas Gerais, Tocantins, Goiás e Espírito Santo. Esta condição implica em alta vulnerabilidade à introdução de pragas e doenças de importância econômica e quarentenária, determinando a criação de um sistema de fiscalização dotado de barreiras zoofitossanitárias fixas e/ou móveis, que protegem os interesses da agropecuária baiana.

A Bahia conta com 43 barreiras fixas e 20 móveis, onde atuam 336 auxiliares de fiscalização, com o amparo de força policial, fruto do convênio com a Secretaria de Segurança Pública – SSP.

Este sistema de vigilância apresentou não-conformidades apontadas nas supervisões internas e auditorias externas, requerendo a elaboração, em 2008, de um plano operacional visando subsidiar a Adab na execução das ações previstas no PPA 2008–2011, do Programa Bahia Protegida: Fiscalização do Trânsito de Animais e Vegetais.

Dentre as ações previstas, está o redimensionamento das barreiras fixas e móveis, posicionando-as estrategicamente, de acordo com a demanda das áreas técnicas, especialmente no que concerne à manutenção do *status* sanitário.

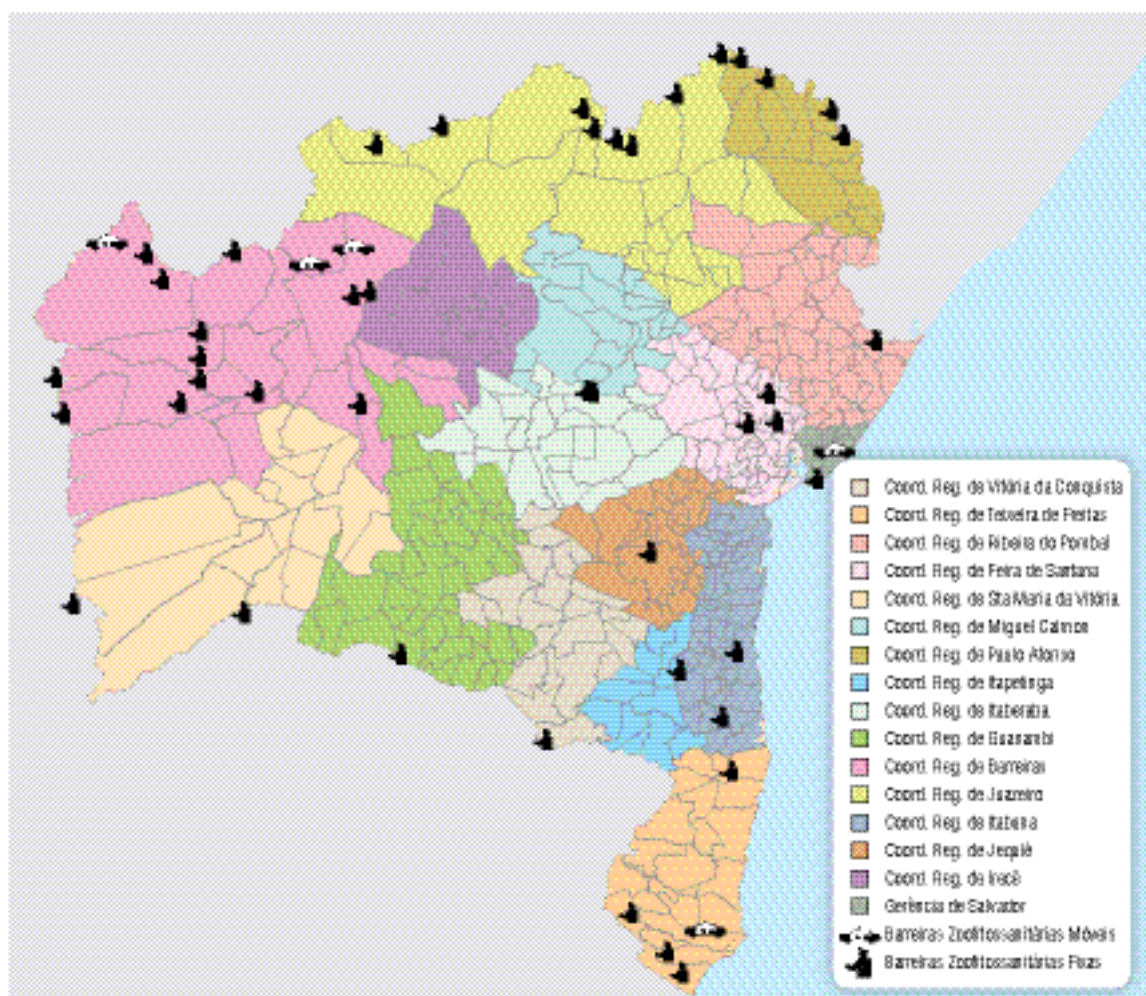
Os Mapas 1 e 2 apresentam o novo arranjo físico das barreiras fixas e móveis, demonstrando uma melhor e maior segurança, quando comparado à situação atual. Assim, importantes passos foram dados visando a implementação desse novo arranjo, destacando-se a contratação de projeto básico para a construção de seis unidades de alvenaria e cinco bases para fixação de *containers* adaptados para servirem de base física como barreira sanitária fixa.

Outro ponto relevante do plano operacional foi o investimento da ordem de R\$ 264 mil para a melhoria da infra-estrutura das unidades existentes, dotando-as de sistema de comunicação, instalação de energia elétrica, poços tubulares, móveis e outros equipamentos necessários à consecução dos trabalhos e bem-estar dos servidores e clientes, tendo efetuado, em 2008, a instalação de telefonia fixa, aquisição de 15 microcomputadores e melhoria nas instalações físicas existentes.

A capacitação de servidores que desenvolvem ações de fiscalização do trânsito mereceu maior atenção no plano. Para eles, foi realizado um curso para formação de multiplicadores que, a partir deste treinamento, elaboraram e implementaram um programa de capacitação

Mapa 1

BARREIRAS ZOOFITOSANITÁRIAS ATUAIS BAHIA, 2006



Fonte: Atlas

**BARREIRAS ZOOFITOSSANITÁRIAS PROJETADAS
BAHIA, 2006**



Em 2008, a vigilância ativa do trânsito apreendeu e destruiu 35 toneladas de vegetais e 119 toneladas de produtos clandestinos de origem animal, além de 137 veículos retornados à origem por apresentarem documentação irregular.

Neste programa estão inseridas três grandes atividades, que são: a Adesão do Serviço de Inspeção Estadual – SIE ao Sistema Brasileiro de Inspeção

- Adesão ao Serviço Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – Sisbi/POA

267



Sanidade Animal

Para enfrentar esse desafio, o governo federal criou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – Suasa, instrumento que opera em conformidade com os princípios e definições da sanidade agropecuária, incluindo o controle de atividades de saúde, inspeção, fiscalização, educação, vigilância de animais, vegetais, insumos e produtos de origem animal e vegetal.

Como parte do Suasa, foi instituído o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – Sisbi/POA. A ferramenta reduz as restrições comerciais geradas pela Lei 7.889 de 1989, ainda em vigência, que impossibilita a comercialização de produtos de origem animal registrados nos serviços de inspeção estaduais ou municipais para outras unidades da federação.

Nesse novo cenário, agora é possível que os estabelecimentos fiscalizados pelos serviços de inspeção estaduais, assim como os municipais, façam o comércio interestadual, antes realizado exclusivamente pelas empresas fiscalizadas pelo Sistema de Inspeção Federal – SIF. Entretanto, para conseguirem esse feito é necessário obter a chamada equivalência com o Serviço Federal e, consequentemente, aderir voluntariamente ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – Sisbi/POA.

A Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab requereu a referida equivalência junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – Mapa, tendo o Estado da Bahia se destacado por ser um dos pioneiros na busca do Sisbi e por ter apresentado a proposta mais bem-elaborada, assegurando, assim, o papel típico das funções de Estado, fato que demonstra o firme propósito técnico e a decisão política do governo em mais uma ação de vanguarda na defesa e inspeção de produtos agropecuários.

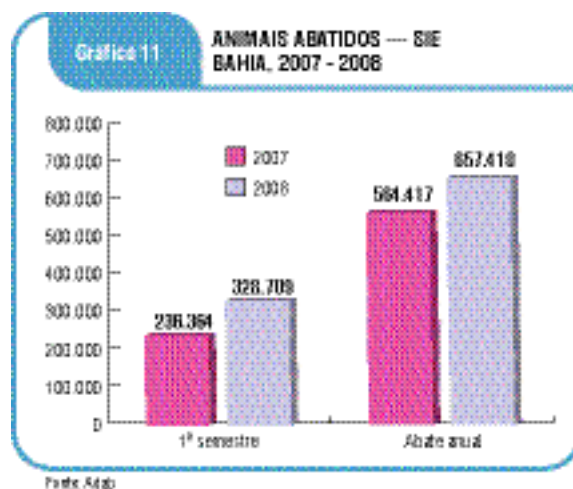
• Modernização e Regionalização do Abate

A Bahia, detentora dos maiores rebanhos bovino e bubalino do Nordeste brasileiro, com 11,1 milhões de cabeças, tem avançado nas suas ações de fiscalização, ganhando destaque nacional e tornando-se referência para outras unidades da federação, principalmente, com a implantação gradativa da Portaria 304/96 do Mapa.

Com o suporte legal desta portaria ministerial, que regulamenta as condições do abate, transporte e distribuição de carnes, o Programa de Modernização e Regionalização do Abate possibilitou a articulação da cadeia produtiva da carne. Desde sua implantação, no ano de 1996, foi registrado o aumento do número de estabelecimentos de abate em 287%, evoluindo de oito para 23 matadouros frigoríficos sob inspeção, destacando o significativo crescimento do número de animais abatidos sob inspeção no Estado.

Vale destacar que a modernização do parque industrial frigorífico tem sido determinante para a ampliação e implantação de novos pólos regionais de abate, haja vista a grande extensão territorial do Estado da Bahia. A implantação de novos pólos de abate, já em proposta, tem como objetivo primordial o aumento da capilaridade do abate, cujos reflexos são observados pela grande oferta de carnes inspecionadas.

O número de animais abatidos sob o Sistema de Inspeção Estadual – SIE teve um incremento de, aproximadamente, 16,5% em relação a 2007, ano em que houve o abate de 564.417 bovinos. Em 2008, o número de bovinos abatidos chegou a 657.418 unidades. O acréscimo se deve, entre outros fatores, a inauguração de novas plantas de matadouros frigoríficos. Vale ressaltar que, a partir de 2007, o governo intensificou a fiscalização na busca de garantir a qualidade destes produtos (Gráfico 11).

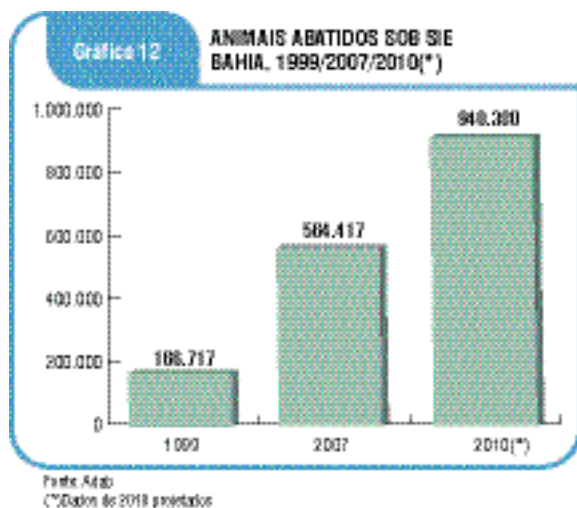


Com a inauguração dos novos projetos frigoríficos já aprovados por esta Agência, o Estado da Bahia estará vencendo a luta contra o abate de animais e o comércio de carnes clandestino. Espera-se um incremento de aproximadamente 67% do abate inspecionado sob SIE, saindo de 564.417 animais abatidos, em 2007, para uma expectativa de 940.380 animais abatidos, em 2010 (Gráfico 12).

• Registro e Fiscalização de Estabelecimento com SIE

De modo a garantir a inocuidade dos produtos de origem animal no Estado sob tutela do SIE, encontram-se registrados na Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab, 239 estabelecimentos, distribuídos em 15 coordenadorias regionais, e estão em análise para registro mais 193 estabelecimentos.

O Gráfico 13 apresenta distribuição dos estabelecimentos registrados por tipo de produto.



A fabricação anual de produtos nos estabelecimentos sob regime de inspeção estadual contabilizou 18,5 mil toneladas de produtos cárneos bovino, suíno e aves, mel, pescado e seus respectivos derivados, 28,3 mil toneladas de produtos lácteos (queijo, iogurte, bebida láctea, manteiga) e 18,6 milhões de dúzias de ovos. Este volume apresentado traduz a oferta de produtos inspecionados no mercado baiano e representa alimentos com qualidade higiênico-sanitária, que serão consumidos pela população.

Ainda no que concerne às atividades da inspeção, foram condenados ao consumo e retirados de circulação 585 mil órgãos de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos e suínos, proporcionando um melhor conhecimento da distribuição espacial das principais ocorrências patológicas das vísceras comestíveis, fato de relevante importância para os trabalhos da Adab, principalmente no que diz respeito ao controle das doenças infecciosas relacionadas ao homem e aos animais, destacando a tuberculose, brucelose e a cisticercose.

BAHIA QUE PRODUZ – SANIDADE VEGETAL E ANIMAL

A defesa agropecuária estadual vem se fortalecendo no sentido de atender às demandas dos mercados nacional e mundial, sobretudo no que diz respeito à sanidade e inocuidade dos produtos de origem animal e vegetal, sem perder de vista a preocupação permanente com a minimização dos impactos ambientais causados pela atividade.

Para tanto, a Adab, a partir da melhoria dos serviços prestados à sociedade, tem atendido de forma eficiente aos desafios do agronegócio e da agricultura familiar. Intensificou, em 2008, os programas e ações de prevenção, controle e erradicação de pragas e enfermidades, especialmente a febre aftosa, assegurando o fortalecimento da produção e do comércio agropecuário.

SANIDADE VEGETAL

• Manejo da Ferrugem Asiática da Soja

Responsável por 4% da produção nacional de soja e 56% da produção na região Nordeste do Brasil, o Estado da Bahia, na safra 2008, contribuiu com 2,7 milhões de toneladas em uma área plantada de 905 mil hectares, tendo um incremento de 19,7% em

relação à safra anterior. A produtividade dessa lavoura teve um acréscimo de 12,4%, alcançando 3.036kg/ha (Tabela 14).

A ação estratégica de Manejo de Ferrugem Asiática da Soja no Oeste baiano, fruto da parceria entre o setor público e instituições privadas, abrange os Territórios Oeste e Bacia do Rio Corrente, envolvendo os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Baianópolis, Correntina e Jaborandi.

Em 2008, a ação obteve resultados positivos, registrando a ocorrência de 64 focos, quantidade bem menor em relação à safra anterior, quando ocorreram 747 focos. Tal incidência não acarretou perdas significativas, conforme ficou evidente nos aumentos de produção e produtividade da cultura, na presente safra.

O programa de ferrugem asiática minimizou de forma eficiente as consequências desta praga, realizando treinamentos de 400 produtores e técnicos, incrementando a rede laboratorial para diagnose rápida da ferrugem, totalizando nove laboratórios, além do intercâmbio técnico-científico com a The Chemical Company – BASF e a Embrapa/Soja, com a disponibilização de dois estereomicroscópios binoculares.

Foi incrementada a fiscalização em 100% das propriedades em um período sem plantas vivas de soja no campo, denominado Vazio Sanitário, entre 15 de agosto a 15 de outubro de 2008, em cumprimento à Portaria Adab de nº 623/2007.

Merece destaque o acompanhamento dos resultados obtidos nos Ensaio em Rede, em parceria com a Fundação Bahia, localizada no município de Barreiras, para determinação da eficiência dos fungicidas registrados e a registrar no Mapa, para o controle da ferrugem asiática, doenças de final de ciclo e antracnose, além da divulgação da ocorrência de focos pelo Sistema de Alerta.

Tabela 14

EVOLUÇÃO DA ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE SOJA BAHIA – 2008

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)
2002/2003	850.000	1.555.500	1.830
2003/2004	820.000	2.361.600	2.880
2004/2005	870.000	2.505.600	2.880
2005/2006	870.000	1.983.600	2.880
2006/2007	850.000	2.295.600	2.700
2007/2008	905.000	2.747.600	3.036

Fonte: Aiba/Conab/IBGE/EBDA

● Controle da Podridão Vermelha do Sisal

A cultura do sisal gera a renda que possibilita a sobrevivência de aproximadamente 700 mil pessoas nos 263 mil hectares implantados com a cultura, distribuídos em 74 municípios do Semi-árido baiano, englobando os Territórios do Sisal, Chapada da Diamantina, Piemonte da Diamantina, Semi-árido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Irecê, Vale do Jequiçá e Piemonte Norte do Itapicuru.

A podridão vermelha do sisal, também chamada de podridão do tronco do sisal, é uma praga que tem atacado, de forma isolada, desde a década de 1970, os campos de sisal nas principais áreas produtoras dos estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Diante da gravidade da doença, a Adab, em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, vem desenvolvendo ações no sentido de estabelecer métodos de prevenção e controle dessa praga. A iniciativa tem ainda o apoio da EBDA, da Embrapa (Mandioca e Fruticultura), prefeituras municipais, associações de produtores e pequenos produtores dos municípios de Araci, Barrocas, Capela do Alto Alegre, Conceição do Coité, Gavião, Nova Fátima, Pé de Serra, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Valente, Campo Formoso, Jacobina, Ouriolândia, Miguel Calmon, Mirangaba e Várzea Nova.

Em 2008, foi realizado o monitoramento em dez áreas no município de Campo Formoso e em 42 áreas do município de Várzea Nova, para determinação da incidência e prevalência da podridão vermelha do sisal. Também foram feitas a implantação e o acompanhamento de 16 unidades de observação espaço-temporal da podridão vermelha do sisal.

Implantação de 26 Unidades de Observação

Realização de dois Dias-de-Campo com a participação de 150 produtores

Realização de mutirão envolvendo 30 produtores

Realização de cinco encontros, entre reuniões e palestras, com a participação de 698 produtores

Participação em dez programas de rádio

Elaboração de cinco Projetos em parceria com a UFRB

Envolvimento de 35.000 produtores rurais integrantes do Projeto Sertão Produtivo

Vale ressaltar que o controle da podridão vermelha do sisal foi inserido no Programa Sertão Produtivo, executado pela SEAGRI, por intermédio da Superintendência de Agricultura Familiar – Suaf, com orçamento previsto para liberação em 2009, de R\$ 1,6 milhão, para a realização de ações voltadas para o atendimento de 35 mil produtores.

A seguir, estão definidas outras atividades que serviram para mobilizar e orientar os produtores baianos no sentido de garantir a qualidade de sua produção:

● Projeto Fitossanitário do Abacaxi

O Estado da Bahia ocupa a quarta colocação no *ranking* nacional na produção de abacaxi, tendo como maior zona de produção o Território do Piemonte do Paraguaçu, com destaque para o município de Itaberaba, que tem apresentado constante expansão, com novas áreas plantadas, tornando-se sua principal atividade agrícola. Os frutos produzidos neste município são de excelente sabor e muito bem aceitos nos mercados consumidores nacionais e internacionais.

No Território do Piemonte do Paraguaçu, a variedade cultivada é a Pérola, que tem menor acidez e alto teor de açúcar, resultando em frutas mais doces que as demais. Contudo, é suscetível à fusariose, praga causada pelo fungo *Fusarium Subglutinans*, que provoca danos em todo o ciclo produtivo, chegando a atingir até 100% de perdas.

Preocupada em conter essa praga e visando a sustentabilidade do agronegócio abacaxi no âmbito da agricultura familiar, a Agência Es-

tadual de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab implantou, no ano de 2008, o Projeto Fitossanitário para Cultura do Abacaxi.

O marco do projeto foi a criação e implantação da Portaria Estadual nº 286, de 23 de julho de 2008, que dispõe sobre o controle da fusariose na cultura do abacaxi no Estado da Bahia por meio de erradicação, exclusão e proteção, além da parceria entre a Adab, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical – Embrapa/CNPMP, com vistas ao controle da praga, através da utilização do *Trichoderma Xylária* e *T. Cana*.

É importante salientar que 87% dos produtores atendidos pelo projeto são agricultores familiares, com área cultivada entre um a cinco hectares. As atividades de mobilização social, dentre elas a realização de um dia-de-campo, realização de 12 palestras e reuniões nos municípios de Itaberaba, Ipirá, Rio de Contas e Alcobaça, contaram com a participação de 571 produtores de abacaxi.

O projeto obteve resultados significativos em 2008, a partir da erradicação de aproximadamente 180 mil plantas contaminadas, contendo assim a contaminação dos plantios com a praga.

● Manejo Integrado das Pragas das Anonáceas

A cultura das anonáceas, presente em todas as regiões da Bahia, tem como pólo principal a região de Irecê, com uma área plantada de 4,5 mil hectares e 2,5 mil propriedades. Essas fruteiras têm grande importância social e econômica para os municípios onde são cultivadas, como por exemplo, no município de Presidente Dutra, onde a pinheira gera uma receita de R\$ 15 milhões por ano, montante superior a contribuição que o município recebe do Fundo de Participação, possibilitando a geração de 14 mil empregos diretos e indiretos.

A broca-do-fruto ataca diversas anonáceas, como a pinha (*Annona squamosa*), graviola (*A. muricata*) e araticum (*A. crassiflora*) sendo considerada uma das pragas mais importantes pelos danos expressivos que causa à produção dessas fruteiras.

Diante da gravidade da doença, a Adab participa diretamente de toda a cadeia de produção e processos inerentes a esta nova oportunidade de negócios. Em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb, desenvolve o intercâmbio



Cultura do Abacaxi

técnico-científico e ações integradas de pesquisa e defesa fitossanitária, no sentido de estabelecer métodos de prevenção e controle dessa praga. Ainda apoiam a ação: a EBDA e as prefeituras municipais de Irecê, Presidente Dutra, Uibaí, Central, Jussara, São Gabriel, Ibipêba, Ibititá, América Dourada, Canarana, Barro Alto e Xique-Xique.

Em 2008, essa parceria obteve resultados positivos como: georreferenciamento das unidades de produção; fiscalização fitossanitária nos pomares e depósitos de beneficiamento; teste com a Ceplac do inseticida natural; o desenvolvimento do feromônio para anonáceas – em parceria com a Esalq; e localização e planejamento da unidade experimental em Presidente Dutra.

Para o manejo integrado das pragas das anonáceas, foram desenvolvidas várias atividades paralelas em 2008, tais como: georreferenciamento de 450 unidades produtoras, instaurado 123 inquéritos fitossanitários, promovidos oito eventos entre reuniões, treinamento e palestras, realizados quatro intercâmbios com universidades, instalada uma unidade experimental e realizados dois programas de rádio.

• Programa Fitossanitário do Algodão

A cultura do algodão no Estado tem se destacado no cenário nacional, remetendo a Bahia ao *ranking* de o melhor na qualidade da fibra produzida e o segundo maior produtor do país.



Ademilson Nunes

Estes resultados são frutos da ação do governo do Estado, através do Programa de Incentivo à Cultura do Algodão no Estado da Bahia – Proalba, renovado por mais três anos e que mantém o incentivo fiscal de 50% do ICMS da fibra vendida. Também contribui com a confortável situação, a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cotonicultura do Vale do Iuiú, voltado especificamente para o atendimento dos agricultores familiares.

A Adab colabora para a sustentabilidade e fortalecimento desta atividade por meio do desenvolvimento de ações de prevenção e defesa, com vistas ao controle de pragas, principalmente do bicudo, ao uso correto de agrotóxicos e devolução de suas embalagens vazias, ao arranquio das soqueiras, tigüeras e plantas voluntárias e rotação de culturas para fins de concessão, ou não, pela Adab, dos certificados de regularidade, que credenciam os produtores ao recebimento do incentivo fiscal do Proalba.

Com relação aos plantios em áreas de agricultura empresarial, dos 220 produtores fiscalizados, 97,5 % cumpriram as datas-limite de plantio e 89,8 % cumpriram as datas-limite para o plantio e para o arranquio das soqueiras.

A Tabela 15 informa o número de propriedades por Território de Identidade e o somatório de suas áreas de plantio de algodão.

Nas áreas de agricultura familiar, dos 700 produtores fiscalizados, 63% cumpriram as datas-limite de plantio e de arranquio de soqueira. Houve um incremento no controle do bicudo do algodoeiro, com ênfase na agricultura familiar, atingindo 350 mil hectares e beneficiando mais de dez mil produtores.

• Programa Fitossanitário da Cultura do Citros

A Bahia destaca-se, em nível nacional, na produção de citros, ocupando a segunda posição no *ranking* dos estados produtores, abastecendo o mercado de frutas *in natura* do Nordeste.

Tabela 15

PROPRIEDADES DE ALGODÃO FISCALIZADAS BAHIA, 2008

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	NÚMERO DE PROPRIEDADES	ÁREA (ha)
Oeste Baiano	208	285.292
Velho Chico e Sertão Produtivo	27	10.080
TOTAL	235	295.372

Fonte: Adab

Embora os frutos cítricos sejam produzidos em quase todas as regiões do Estado, mais de 80% da produção concentra-se no Litoral Norte e Recôncavo Sul (Mapa 3).

Em 2008, a Adab, em parceria com prefeituras, associações de pequenos produtores rurais, iniciativa privada e instituições de pesquisa, intensificou as ações de identificação, monitoramento e controle de pragas, com a finalidade de caracterizar áreas livres das pragas: cancro cítrico, mancha preta, *greening* e morte súbita. Também foi intensificada a fiscalização do trânsito e comércio de frutas cítricas, revitalizando e fortalecendo a citricultura baiana (Tabela 16).

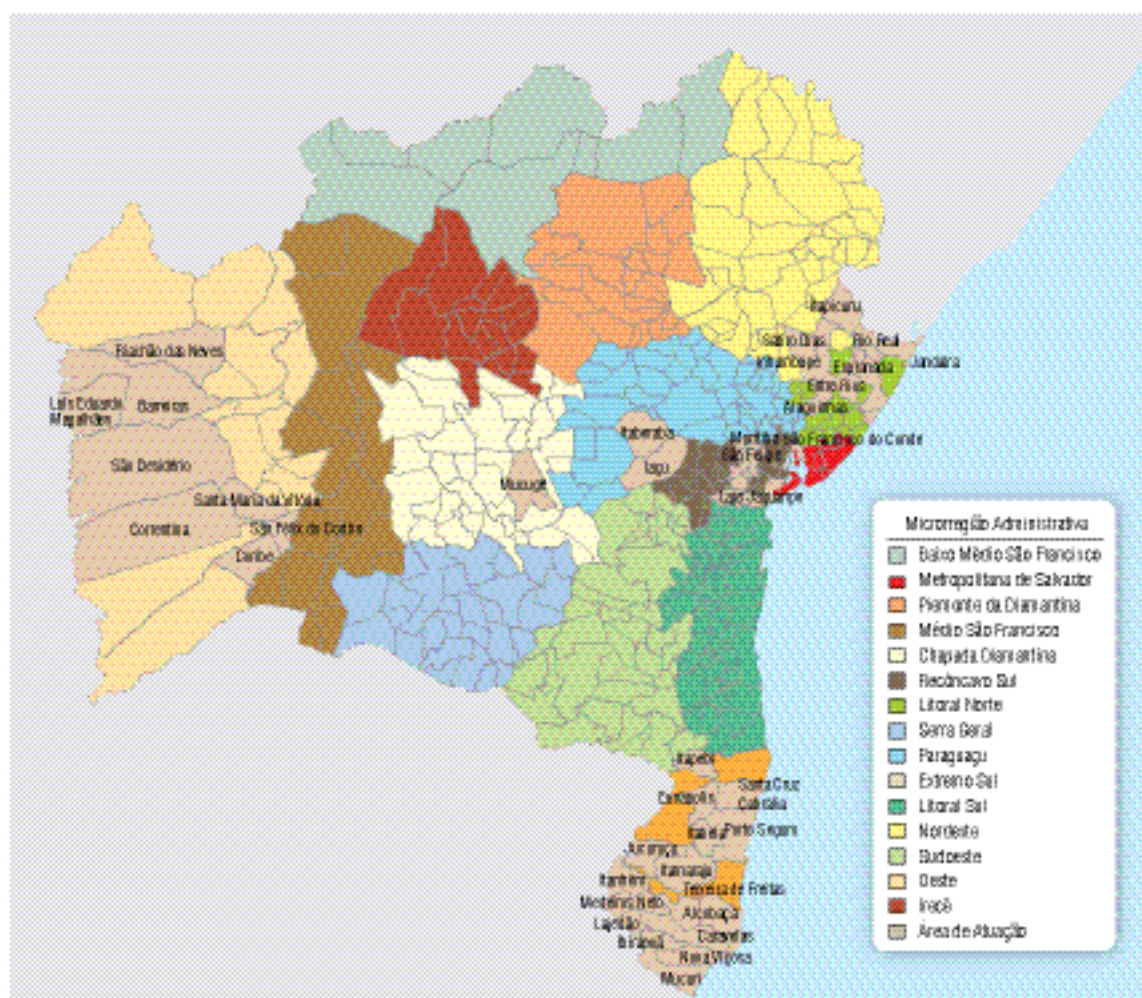
Tabela 16

**PROPRIEDADES DE CITROS FISCALIZADAS
BAHIA, 2008**

TERRITÓRIO	NÚMERO DE PROPRIEDADES	NÚMERO DE PRODUTORES ASSISTIDOS
Litoral Norte	893	4.465
Recôncavo Sul	333	1.665
Baixo Médio São Francisco	14	70
Oeste	57	285
Extremo Sul	96	480
Chapada Diamantina	4	20
TOTAL	1.397	6.985

Fonte: Adab

Mapa 3

**ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA FITOSSANITÁRIO DO CITROS
BAHIA, 2008**


Fonte: Adab

Destaca-se, em 2008, a vinda da missão espanhola, como parte do acordo bilateral entre o Brasil e a Espanha, para estreitamento comercial, visando a exportação de citros. Na ocasião foram realizadas visitas técnicas em áreas produtoras para verificação do manejo, sanidade e beneficiamento das *commodities*.

• Programa de Controle de Moscas-das-Frutas

A fruticultura é o negócio agrícola que mais gera emprego e renda no mundo, dando sustentabilidade e renda ao homem do campo, permitindo sua fixação na comunidade rural e evitando a migração para os grandes centros urbanos. Esta atividade vem crescendo paulatinamente na Bahia, estado que ocupa no *ranking* o primeiro lugar como produtor nacional de manga e mamão, e o segundo lugar como produtor nacional de uva. Considerando os crescentes mercados interno e externo de frutas, e as exigências cada vez maiores dos consumidores quanto à qualidade e sanidade, as regiões produtoras têm se qualificado cada vez mais para atendimento a esses importantes mercados.

Podendo causar danos de até 70% à produção, as moscas-das-frutas são as piores pragas para a fruticultura, além de serem entraves à exportação de frutas *in natura*, exigindo, assim, que países grandes produtores, como o Brasil, estabeleçam programas para detecção e controle das espécies de importância econômica. O maior desafio é manter os níveis das espécies-pragas sob controle, reduzindo ao máximo a sua incidência nos pomares.

O programa de monitoramento e controle dessas pragas na Bahia é desenvolvido em todos os pólos frutícolas, e é fruto da parceria entre a Adab e o setor produtivo, organizado por meio de associações de produtores e exportadores, contando com o suporte técnico da Em-

brapa, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia — Uesb e a Biofábrica Moscamed Brasil, que repassam tecnologia de ponta para o manejo e controle dessas terríveis pragas.

Destaca-se a adoção do controle biológico como prática de redução dos danos à produção e do número de aplicações de agrotóxicos nas lavouras. Trata-se da liberação, em 2008, de mais de 5,8 milhões de insetos estéreis nos pólos frutícolas de Curaçá, no Submédio São Francisco, e de Livramento de Nossa Senhora, no Sudoeste Baiano.

Neste último pólo, os resultados do uso desta técnica permitiram a inserção de cerca de 350 agricultores familiares, com área inferior a cinco hectares, ao mercado americano e japonês, além do já consolidado mercado europeu, e do importantíssimo abastecimento do mercado interno com frutas de alto padrão sanitário. São também assistidos por esse programa os municípios de Juazeiro, Casa Nova, Sento Sé, Curaçá, Itaberaba, Iaçu, Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa, Irecê, Jequié, Vitória da Conquista, Anagé, além de municípios produtores de mamão papaia na região Extremo-Sul.

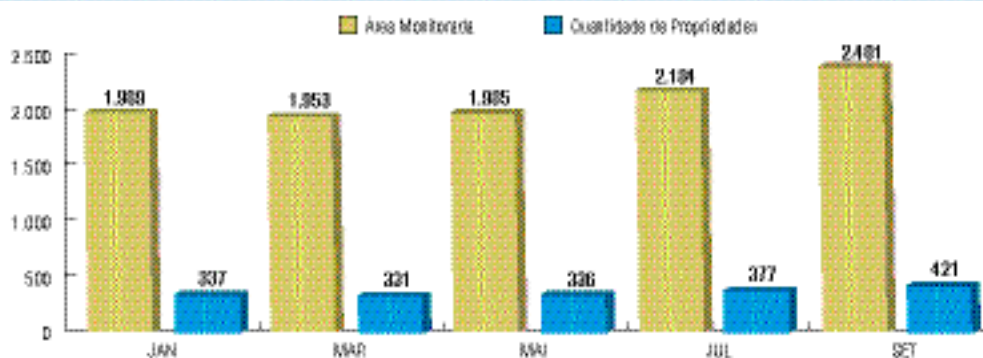
Durante o ano de 2008, em função do trabalho desenvolvido pela Adab no Pólo Frutícola de Livramento de Nossa Senhora, Região Sudoeste do Estado da Bahia, em parceria com as associações de produtores locais, houve também um incremento na área monitorada. O Gráfico 14 demonstra a evolução da área monitorada no pólo de fruticultura no município de Livramento de Nossa Senhora, entre janeiro e setembro de 2008.

• *Systems Approach* para a Cultura do Mamão

A Bahia ocupa o primeiro lugar no ranking de produção e exportação nacional de mamão, e compartilha com os estados do Espírito Santo

Gráfico 14

ÁREA MONITORADA — PÓLO FRUTÍCOLA DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA
BAHIA, 2008



Fonte: Adab

e Rio Grande do Norte o privilégio da conquista do mercado dos Estados Unidos da América. Esta atividade conta com mais de 10,5 mil hectares explorados na região Extremo-Sul, e mais 1,5 mil hectares na região Oeste, notadamente nos municípios de Mucuri, Teixeira de Freitas, Itamaraju, Prado, Eunápolis, Itabela, Porto Seguro, Santa Maria da Vitória e Bom Jesus da Lapa.

A presença das viroses do mamoeiro “mancha anelar” e “meleira”, esta última associada às moscas-das-frutas, constituem-se em uma séria ameaça à manutenção dos índices de produção desta importante atividade frutícola, responsável pela geração de 36 mil empregos. As viroses também representam entrave quarentenário a comercialização de mamão in natura, exigindo a adoção de práticas de pré e pós-colheita, que dão sustentabilidade a toda essa cadeia agropecuária.

O resultado atingido no ano de 2008 foi a redução da fonte de inóculo das viroses do mamoeiro, sendo que, dos 3.576 hectares de área inspecionada, apenas 307 hectares foram erradicadas, permitindo a segurança fitossanitária e quarentenária para o produtor baiano de papaia, o que determinou a manutenção dos excelentes tetos de produtividade alcançados (Gráfico 15).

• Fiscalização do Comércio e Uso de Agrotóxicos

Constante preocupação com a redução do impacto ambiental, a Adab intensificou, em 2008, as fiscalizações no comércio, trânsito e uso de agrotóxicos, coibindo a entrada na Bahia de produtos sem registro, obsoletos, impróprios para o uso, falsificados, bem como o transporte em veículos inadequados ou de uso coletivo, colocando em risco a vida das pessoas e o meio ambiente.



A fiscalização no comércio de agrotóxicos evita a venda em estabelecimentos comerciais não cadastrados na Adab, o fracionamento de produtos, bem como a venda sem recomendação do profissional técnico.

A atuação junto às unidades produtivas visa dar maior segurança ao consumidor, em termos de resíduos de produtos, e ao trabalhador rural para o uso dos equipamentos de proteção individual, bem como para o meio ambiente, pois o produtor é responsável também pela devolução de embalagens vazias de agrotóxicos.

Essas atividades são realizadas rotineiramente, durante o ano inteiro, em todos os Territórios de Identidade do Estado, dando-se maior ênfase naqueles onde há uma maior concentração de atividade agrícola.

Durante o ano de 2008, a Adab realizou a fiscalização de 241 estabelecimentos que comercializam produtos agrotóxicos, além de 84 prestadores de serviços, e realizou o cadastramento de 1.130 produtos agrotóxicos na Agência de Defesa Estadual, pré-condição para a comercialização no Estado.

• Campo Limpo

O Projeto Campo Limpo tem como objetivo gerir a destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários no Estado da Bahia, com uma logística eficaz de gerenciamento e com o princípio básico da responsabilidade socioambiental, promovendo, junto às classes produtoras rurais, a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana, com produção de alimentos saudáveis.

A Bahia conta com sete centrais e oito postos de recebimento, localizados nas principais regiões produtoras do Estado. Em 2008, foram recolhidas 1.379 toneladas de embalagens vazias.

Os quatro postos implantados em 2007, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, permitiram a intensificação das ações de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos no entorno de Sobradinho, melhorando as condições ambientais da região.

Foram realizadas, junto aos agricultores familiares, ações complementares de educação sanitária, como palestras, dias-de-campo, seminários, entrevistas em programas de rádio e televisão, visando orientá-los sobre a Tríplíce Lavagem e as legislações estadual e federal.

Para a devolução das embalagens vazias pelo produtor rural que reside em propriedade distante dos locais de recebimento, foram realizadas sete coletas itinerantes de recebimento das embalagens descartadas. Estas atividades vêm contribuindo para o excelente nível de recolhimento que a Bahia tem alcançado, destacando-se a região Oeste, recordista no recebimento de embalagens vazias do Brasil.

• Certificação Fitossanitária de Origem

Em julho de 2008 foi implantado na Adab o Sistema de Defesa Agropecuária – Sidagro. Este sistema, dentre outras funções, permite cadastrar propriedades rurais produtivas, unidades de produção e responsáveis técnicos habilitados para emissão de Certificado Fitossanitário de Origem – CFO, e Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC, facilitando o acompanhamento técnico desses dados e propiciando o rastreamento de produtos regulamentados no sistema de certificação. Por meio desse sistema, estão sendo cadastrados todos os emissores de CFO da Bahia.

Visando atender à solicitação de produtores de citros, banana, mamão e café da região de Teixeira de Freitas, e em adequação às Instruções Normativas 54 e 55, foi realizado o XXI Curso de Certificação Fitossanitária de Origem, quando foram habilitados 55 engenheiros agrônomos nessa atividade, que acrescidos aos já existentes, alcançam um total de 1.927 técnicos aptos a essa missão.

As exigências de mercado motivaram também, em 2008, a emissão de 32.072 CFOs e 3.636 CFOCs, realizadas por técnicos habilitados pela Adab, tornando possível a comercialização de 359.936 toneladas de produtos vegetais, que tiveram como destino outras unidades da federação e/ou outros países.

• Prevenção à Monilíase do Cacaueiro

A monilíase está confinada ao Noroeste da América Latina e nações integrantes da América Central. Considerada uma praga devastadora para o cacaueiro, causa sérios danos econômicos nas regiões onde se instala. Na Colômbia e Venezuela existem relatos de perdas entre 30 a 70% da produção anual de cacau, provocada pela monilíase. A proximidade destes países obriga o Brasil a adotar uma vigilância rigorosa para evitar a disseminação da praga no país, sobretudo na região cacaueira da Bahia, principal produtor nacional.

No intuito de prevenir a entrada da monilíase na Bahia, foram desenvolvidas, nos principais municípios da região cacaueira, ações de

educação sanitária que envolveram a realização de cursos de capacitação. Foram capacitados para a prevenção e o combate à enfermidade, 66 técnicos da Ceplac, 587 produtores rurais e 344 engenheiros agrônomos.

• Prevenção e Controle da Cochonilha do Carmim

Cultura adaptada às condições adversas do Semi-árido, a palma forrageira apresenta-se como uma alternativa econômica para as populações dessas regiões, principalmente para os agricultores familiares.

Para assegurar a sustentabilidade da pecuária dos municípios localizados no Semi-árido do Estado, a Adab vem realizando ações de monitoramento, inspeção de áreas cultivadas, capacitação de técnicos na identificação da praga e educação sanitária. Ao longo de 2008, estiveram envolvidos em treinamentos 43 engenheiros agrônomos, tanto da EBDA quanto da Adab. Dentre as ações para o controle da cochonilha do carmim, foram realizados 1.463 inquéritos fitossanitários.

Estas ações realizadas durante o ano de 2008 possibilitaram a prevenção da introdução e do estabelecimento da praga cochonilha do carmim na Bahia, além do aperfeiçoamento dos sistemas de produção da palma forrageira, com ênfase no desenvolvimento da agricultura familiar.

• Programa de Prevenção à Sigatoka-Negra

A Bahia é o maior produtor nacional de banana e tem como principais produtores os pequenos agricultores, responsáveis por 60% da banana cultivada no Estado. A cultura ocupa uma área plantada de 95.846 hectares, com produção de 1,4 mil toneladas e produtividade média de 14,7 toneladas por hectare.

Esse programa abrange todos os Territórios de Identidade da Bahia, inclusive o Semi-árido Nordeste II, tornando-se essencial na geração de emprego, renda e ainda servindo de alimento básico para a população carente. A banana é uma fruta produzida durante todo o ano, o que garante renda contínua.

Em 2008, foi realizado o levantamento fitossanitário da cultura da banana para manutenção de área livre da Sigatoka-negra e obtenção do status de Área Livre de Moko, sendo inspecionadas 758 áreas não-produtoras e beira de estrada, objetivando a liberação da

exportação de frutos de banana do Brasil para os países que fazem parte do Mercosul, atendendo aos requisitos fitossanitários para a comercialização.

Objetivando realizar as análises laboratoriais e caracterizar a área exportadora como livre da praga Trípex, a Adab possibilitou o treinamento de três técnicos no Laboratório de Taxonomia do Setor de Entomologia da Escola de Agronomia Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo – Esalq/USP, em Piracicaba.

Ainda em 2008, foi realizada a capacitação de fiscais estaduais agropecuários da Adab na divisa de Alagoas com Sergipe sobre sintomatologia do Moko da Bananeira, em campo, com objetivo de identificação precoce da praga e tomada de decisão sobre o controle de focos.

SANIDADE ANIMAL

• Bahia Livre de Febre Aftosa

Dando continuidade à ação de erradicação da febre aftosa e manutenção do status de Zona Livre dessa enfermidade, o governo realizou, em 2008, campanhas de vacinação contra a febre aftosa, contando com o envolvimento dos 270 mil criadores cadastrados no órgão. Na primeira etapa, foi alcançada a imunização de aproximadamente 96,4% do rebanho, estimado em 11,1 milhões

de cabeças, conforme Tabela 17. O índice de imunização alcançado pela Bahia é superior ao exigido pelos organismos internacionais.

A segunda etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa foi prorrogada até 15 de dezembro, devido à forte estiagem que atingiu a Bahia nos últimos meses. Os resultados da campanha serão contabilizados logo no início do ano de 2009, após a declaração dos criadores em um dos escritórios da Adab, mas, dados preliminares indicam que a segunda etapa deverá alcançar os mesmos resultados da primeira etapa, ou seja, espera-se a imunização de aproximadamente 96% do rebanho existente no Estado.

Outra importante ação desenvolvida diz respeito ao controle e fiscalização das salgadeiras e trânsito de peles de origem animal no Estado da Bahia. Em 2008, foram emitidos 221 Certificados de Inspeção Sanitária – Modelo E (CIS-E) para um total de 3,9 mil toneladas de peles fiscalizadas.

• Barreiras Sanitárias e Emissão de Guias de Trânsito Animal

As barreiras sanitárias implantadas na Bahia buscam prevenir a ocorrência de episódios sanitários nas áreas de risco decorrentes da extensa malha rodoviária, com alta vulnerabilidade à entrada de pragas e doenças de importância econômica e quarentenária.

Tabela 17

RESULTADO FINAL – 1ª ETAPA DA CAMPANHA BAHIA, 2008

COORDENADORIAS DA ADAB	Nº DE ESCRITÓRIOS	Nº DE PROPRIEDADES	CRIADORES	POPULAÇÃO BOVÍDEA		% (B/A)
				EXISTENTE (A)	VACINADA (B)	
Barreiras	22	24.191	23.992	1.029.884	989.803	96,1
Feira de Santana	53	29.817	29.583	887.230	856.519	96,5
Guanambi	37	33.321	35.589	832.855	798.286	95,8
Irecê	17	6.668	6.481	166.568	161.531	97,0
Itaberaba	23	16.608	17.463	596.422	586.619	98,3
Itabuna	41	7.975	8.973	548.541	517.872	94,4
Itapetinga	14	6.547	6.696	1.076.876	1.070.800	99,4
Jequié	29	12.605	12.118	583.485	561.670	96,3
Juazeiro	22	15.520	15.520	408.329	377.965	92,6
Miguel Calmon	26	17.855	16.809	543.136	532.929	98,1
Paulo Afonso	12	6.454	6.648	177.290	174.123	98,2
Ribeira do Pombal	48	30.850	31.068	852.644	812.022	95,2
Salvador	8	1.293	1.281	63.680	61.596	96,7
Santa Maria da Vitória	16	22.653	22.692	969.394	933.435	96,3
Teixeira de Freitas	34	14.418	13.675	1.731.396	1.654.508	95,5
Vitória da Conquista	26	18.727	21.358	629.146	606.025	96,3
TOTAL	428	265.502	269.946	11.096.876	10.695.703	96,4

Fonte: Adab

Em 2008, foram emitidas cerca de 505 mil Guias de Trânsito Animal – GTA, garantindo a sanidade dos 190,9 milhões de animais em trânsito para os diversos destinos e finalidades (Tabela 18).

• Fiscalização em Eventos Pecuários

A Adab fiscalizou os eventos pecuários onde participam animais de produção de grande valor genético, evitando a disseminação de doenças infecto-contagiosas no Estado, abrangendo 29 exposições agropecuárias, 19 leilões, 105 eventos esportivos e 193 feiras de animais, totalizando 346 eventos e 164.374 animais fiscalizados.

• Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção de Outras Encefalopatias Transmissíveis

A raiva é considerada uma das zoonoses mais importantes na saúde pública, não só por sua evolução drástica e letal, como também por seu elevado custo social e econômico.

Durante o ano de 2008, foram incrementadas as ações educativas e a caracterização de risco para encefalopatia espongiforme bovina e raiva em herbívoros. Além da intensificação das atividades do Plano Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros – PNCRH em áreas de silêncio epidemiológico, a publicação da Portaria estadual nº 105 adequou as ações do programa em todo o Estado, em conformidade com as Normativas Federais.

Na atividade de controle da raiva dos herbívoros, ao longo de 2008, foram comercializadas mais de oito milhões de doses de vacina, e

emitidas mais de dois milhões de declarações de vacinação. Destaca-se também o controle populacional do *Desmodus Rotundus*, atingindo 1.523 morcegos capturados, com total de 120 ações de capturas realizadas para estudos.

O uso do georreferenciamento como ferramenta auxiliar nas análises epidemiológicas, como caracterização das áreas de risco e localização de abrigos para morcegos hematófagos, também deve ser registrado como importante avanço no controle da raiva dos herbívoros no Estado da Bahia, colocando o Estado como um dos pioneiros na utilização deste mecanismo digital de informação.

• Sanidade dos Caprinos e Ovinos

Detentor do primeiro rebanho caprino e do segundo rebanho ovino do país, o Estado da Bahia vem passando, nos últimos anos, por inúmeras iniciativas de organização e verticalização de sua cadeia produtiva, com forte participação da agricultura familiar nos territórios do Semi-árido.

Em 2008, foram abertas diversas frentes para cadastro de estabelecimentos de criação de caprinos e ovinos atingindo os Territórios do Sisal, Irecê, Bacia do Jacuípe, Itaparica, Sertão do São Francisco, Médio Rio de Contas, Vale do Jequiriçá, Sertão Produtivo e Oeste da Bahia, envolvendo oito coordenadorias regionais da Adab, tendo sido cadastrados 5.087 propriedades com um rebanho de 187.398 caprinos e 149.728 ovinos (Tabela 19).

As ações de educação sanitária voltadas à caprino-ovinocultura envolveram 1.419 pessoas, a partir das unidades móveis de atendimento comunitário do Sertão Produtivo.

Tabela 18

MOVIMENTAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS BAHIA, 2008

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Ovinos	158.655
Suínos	52.307
Muare	1.708
Bubalinos	938
Bovinos	1.531.797
Asininos	7.268
Aves	76.617.985
Pintos de 1 dia	24.825.926
Caprinos	113.514
Equinos	40.482
Animais Aquáticos	34.917.800
Ratitas (Emas e Avestruzes)	297
Ovos Férteis	52.619.366
TOTAL	190.888.043

Fonte: Adab

Tabela 19

CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS BAHIA, 2008

COORDENADORIAS REGIONAIS DA ADAB	CADASTRAMENTO		
	ESTABELECIMENTOS DE CRIAÇÃO	REBANHO CAPRINO	REBANHO OVINO
Feira de Santana	664	3.661	23114
Guanambi	35	346	1500
Irecê	1.879	48.343	43.797
Jequié	87	1.932	2.760
Juazeiro	314	23.225	13.667
Paulo Afonso	584	52.624	26.879
Ribeira do Pombal	1.265	55.856	33.814
Barreiras	259	1.411	4.197
TOTAL	5.087	187.398	149.728

Fonte: Adab

• Sanidade Avícola

A avicultura da Bahia vem apresentando características técnicas e comerciais de grande produtor nacional de aves vivas e seus produtos.

Com a finalidade de atender à determinação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – Adab vem se estruturando para um melhor atendimento das ações preconizadas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, realizando o cadastramento e recadastramento dos estabelecimentos avícolas comerciais, dos pontos de venda de aves vivas, sítios de pousos de aves migratórias e os pontos de risco para a possível entrada de doenças emergenciais (Tabela 20).

Visando um melhor atendimento às emergências sanitárias, a Adab realizou o treinamento denominado “Exercício de gabinete específico” para trinta médicos veterinários que fazem parte do Grupo Emergencial de Atendimento a Suspeita de Enfermidades – Gease/Aves. Neste exercício, foram abordados os principais procedimentos operacionais para atuação em um foco de doença emergencial em aves, abordando, principalmente, as ações de controle de trânsito, interdição, desinfecção e destruição de aves e produtos referentes às doenças de *Newcastle* e a *Influenza* Aviária.

A Adab também treinou quatro médicos veterinários desta agência que atuam diretamente com o PNSA em nível de campo, sendo dois no Laboratório Nacional Agropecuário – Lanagro/Campinas, no setor de análise de amostras para diagnóstico laboratorial das doenças aviárias de controle oficial, e dois no Laboratório JF em Campinas.

Tabela 20

CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS BAHIA, 2008

TIPO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Frango de Corte	616
Galinha de Postura	245
Matrizeiros	7
Incubatórios	5
Estruticultura	134
Comércio de Aves Vivas	158
Pontos de Risco	116
Abatedouros (*)	10
TOTAL	1.291

Fonte: Adab
(*) 1 SIF, 8 SIE e 1 SIM

• Sanidade dos Equídeos

Com 1,2 milhão de cabeças, o Estado da Bahia possui o maior rebanho equídeo do Nordeste, como também maior tradição na realização de eventos equestres, potenciais disseminadores de doenças, como a Anemia Infecciosa Equina – AIE.

Em 2008, a Adab diagnosticou cerca de 1,1 mil animais positivos para AIE, dos quais 750 foram sacrificados, única ação de efeito comprovado na erradicação da anemia.

• Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal

A brucelose e a tuberculose são doenças dos animais transmissíveis ao homem. A presença destas enfermidades no rebanho leva à queda na produção animal e torna o produto da pecuária vulnerável a barreiras sanitárias, diminuindo sua competitividade no comércio internacional.

Em 2008, a Adab deu continuidade às ações profiláticas, de diagnóstico, de saneamento de rebanhos e de vigilância sanitária ativa, bem como de medidas de adesão voluntária como a certificação de propriedades livres e de propriedades monitoradas, com vistas ao combate da brucelose e tuberculose animal no Estado.

Dentre as medidas de caráter compulsório, vem se intensificando a vacinação obrigatória contra brucelose, que conta com o suporte de 598 médicos, além de 1.701 agentes vacinadores capacitados pela Adab atuantes em diversos municípios.

Teve início no ano 2008 o Inquérito Epidemiológico da Tuberculose em todo o Estado, com o objetivo de estimar a prevalência e distribuição geográfica de propriedades com bovinos reagentes à tuberculina e identificar tipos de criação, práticas de manejo e fatores de risco que possam estar associados à presença da tuberculose no Estado da Bahia. Foram trabalhadas por amostragem 1.390 propriedades e 16.668 animais testados, sendo que apenas 12 animais reagiram positivamente.

• Sanidade dos Animais Aquáticos

Em 2008 foi instituído o Programa de Sanidade Aquícola, visando à certificação zoossanitária, garantindo à aqüicultura a conquista de melhores mercados, por meio do fornecimento de produtos sanitariamente diferenciados.

Com a intensificação da vigilância epidemiológica e o cadastramento de estabelecimentos aquícolas, registrou-se o aparecimento das doenças Mancha Branca e Necrose Hipodérmica Hematopoiética Infecciosa nos camarões do município de Canavieiras.

A Adab e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, vêm tomando todas as medidas sanitárias necessárias para controle e erradicação dessas doenças, como: a interdição das propriedades, o controle de trânsito, o procedimento de desinfecção e as atividades de educação sanitária.

● Educação Sanitária

A inclusão da Educação Sanitária, dentre as ações e projetos desenvolvidos pela Adab, implica em promover o desenvolvimento e a participação efetiva da população, despertando-a para o ambiente que a cerca, provocando discussões e ações com pensamento ativo e crítico.

Assim, desencadeiam-se iniciativas na família e na comunidade, provocando reflexões e mudanças de comportamentos, principalmente em relação à prevenção de doenças dos animais, dos vegetais, segurança alimentar, temas intimamente ligados à preservação da saúde pública e a conservação do meio ambiente.

O Núcleo de Educação Sanitária, por meio do Projeto “Adab na Escola” realizou diversas atividades, ao longo de 2008, tais como palestras sobre carne e leite com qualidade, sanidade animal, uso correto de agrotóxicos, distribuição de material didático educativo, apresentações de peças de teatro temáticas para alunos e professores do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino, durante campanhas educativas e nas principais exposições agropecuárias. O projeto também atuou junto a revendedores de carne e leite clandestinos no sentido de conscientizá-los quanto à regularização da atividade, não só por uma questão de lei, mas também como uma questão de Saúde Pública. Também Agentes de saúde e da vigilância sanitária dos municípios participaram de palestras.

O Projeto “Adab na Escola” atendeu, em 2008, cerca de 25 mil alunos, além de professores de Salvador, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Itapetinga, Jacobina, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória, Teixeira de Freitas, Itamaraju, Prado, Alcobaça, Itabela, Eunapólis, Porto Seguro, Gandu, Mundo Novo, Morro do Chapéu, Miguel Calmon, Piritiba e Tapiramutá.



Produção de Camarão

Agecom

Os produtores, agricultores familiares e trabalhadores rurais foram envolvidos com palestras sobre segurança alimentar, a importância da inspeção de produtos agropecuários, febre aftosa e raiva, além de palestras sobre carne e leite com qualidade, atendendo dois mil agentes de saúde e revendedores.

DESEMPENHO DA IRRIGAÇÃO

O governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, estudou e desenvolveu projetos públicos de irrigação que têm possibilitado, além do desenvolvimento regional, oportunidades para os irrigantes e suas famílias, que exploram lotes de terra nesses perímetros irrigados.

As características desses perímetros irrigados, bem como as atividades desenvolvidas em 2008, para promover a operação e a manutenção desses projetos estão descritas a seguir.

PROJETO DE IRRIGAÇÃO PONTO NOVO

Localizado no município de Ponto Novo, Território Piemonte Norte do Itapicuru, tem como fonte hídrica a barragem de Ponto Novo, com aporte da barragem de Pindobaçu. Possui uma área de 2.640 hectares irrigáveis, distribuídos em 146 lotes para agricultores familiares, com área total de 730 hectares, 59 lotes empresariais, com área de 1.626 hectares, e um lote para produção de feno denominado Pulmão Verde, com área de 110 hectares.

No ano de 2008, foram instalados bancos de capacitores e inversores de frequência em três estações de pressurização, investindo-se R\$ 250 mil. Essa ação permitiu uma economia de cerca de 20% no consumo de energia, considerado o maior custo de operação dos perímetros de irrigação.

Foram investidos, em 2008, cerca de R\$ 813 mil na implantação do sistema de irrigação parcelar dos 59 lotes de agricultores familiares do Projeto de Irrigação Ponto Novo, possibilitando a irrigação de uma área de 177 hectares.

Nos lotes de agricultura familiar, existem plantios de banana, manga, coco, goiaba, maracujá, mamão, melancia, tomate e feijão-de-corda, e na área empresarial de Ponto Novo as principais culturas implantadas são as de banana, abacaxi, maracujá, cebola e mamão.

A produção anual das lavouras perenes e das culturas anuais, tanto dos lotes de agricultura familiar quanto da área empresarial, foi de 11.082 toneladas, gerando uma receita de R\$ 4 milhões.

PROJETO DE IRRIGAÇÃO JACUIPE

Localizado no município de Várzea da Roça e tendo como fonte hídrica a barragem de São José do Jacuípe, possui capacidade para irrigação de uma área de 1.002 hectares, distribuídos em 334 pequenas propriedades agrícolas. A área irrigada vem sendo implantada por etapas, em convênio com o Distrito de Irrigação Jacuípe, e já estão em operação 100 hectares de sistema parcelar de irrigação, beneficiando 33 famílias de agricultores familiares.

As principais culturas do Projeto de Irrigação Jacuípe são: batata, milho verde, feijão verde, melancia, tomate, maracujá, cebola, quiabo e pimentão. Em 2007, os produtores obtiveram uma produção de 682 toneladas e uma receita de R\$ 382 mil, gerando uma renda média bruta mensal estimada em R\$ 1.674 por lote. A expectativa é de que a produção do ano de 2008 atinja o mesmo patamar.

Outras obras visando à implantação de infra-estrutura de uso comum para distribuição de água pressurizada para irrigação foram realizadas, a partir de três estações de pressurização da Área "B" do Projeto de Irrigação Jacuípe.



Sistema de Irrigação em Várzea da Roça

Manu Dias

O investimento de cerca de R\$ 1 milhão possibilitará a entrega de água para irrigação em 57 propriedades de agricultores familiares, representando uma área de 171 hectares, estimando-se o benefício direto para 285 pessoas.

Com previsão de conclusão em janeiro de 2009, estão sendo realizados os serviços de locação de obra, limpeza mecanizada, escavação, cerca perimetral, caixas para hidrantes, fornecimento e instalação dos quadros de comando de três estações de pressurização e de uma estação de bombeamento, fornecimento de material referente a ligações de pressão, registros de linha e tomada de água para os lotes, fornecimento de três conjuntos de filtragem automática para as três estações de pressurização, fornecimento de bancos de capacitores para duas estações de bombeamento e para as três estações de pressurização.

PROJETO DE IRRIGAÇÃO PAULO AFONSO

Localizado no município de Paulo Afonso, Território de Itaparica, tem como fonte hídrica a barragem PA IV da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf e compreende uma área de 330,8 hectares irrigáveis, distribuídos em 55 lotes de agricultores familiares e médios agricultores.

As principais culturas irrigadas do projeto são: banana, coco, manga, goiaba, mamão, pinha, melancia, melão, tomate, quiabo, feijão e milho. O volume mensal médio é de 195 toneladas de produtos, fazendo circular anualmente R\$ 1,2 milhão, e estima-se uma receita bruta média mensal de R\$ 1.818 por lote.

Em 2008, foi formalizado um convênio com o Distrito de Irrigação de Paulo Afonso para realização de serviços de recuperação de obras e aquisição e montagem de equipamentos, sendo investidos R\$ 221 mil.

HORTICULTURA IRRIGADA DA BACIA SEDIMENTAR DE TUCANO

Compreende cinco módulos de irrigação e envolvem os municípios de Tucano, Ribeira do Amparo, Ribeira de Pombal, Cipó e Cícero Dantas, com áreas irrigadas de 150 hectares por município e 100 famílias por módulo de irrigação. Cada família possui um lote com área unitária de 1,5 hectares, cuja água de irrigação será proveniente de dois poços profundos. Além da área com irrigação dos módulos, o projeto prevê mais uma área de reserva legal e preservação permanente e área reservada à construção de casas para agricultores familiares, totalizando 300 hectares.

A operação do Módulo de Irrigação de Tucano teve início com a implantação de projetos de horticultura no mês de março de 2008. Foram plantados 50 hectares de abóbora e 50 hectares de milho, sendo um hectare de cada cultura por família produtora. Problemas ocorridos no sistema hidráulico do projeto e também na condução das culturas por parte dos irrigantes frustraram a expectativa da colheita.

Para a melhoria da infra-estrutura de irrigação, está em andamento a mudança do quadro de controle e comando da bomba submersa para poço produtor, com a finalidade de adequá-lo às novas normas da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba e propiciar redução no custo operacional do sistema. Serão instaladas também ventosas e válvulas ao longo de todas as linhas de distribuição, bem como de “pilotos” nas válvulas de controle de pressão de água. Essas ações representam um investimento de R\$ 61 mil.

Para o Módulo de Irrigação de Ribeira do Amparo já foi preparado o edital para obras de implantação de infra-estrutura de uso comum e para a aquisição de materiais e equipamentos de irrigação.

Em 2008, foi aprovada a Lei nº 11.054/08 para concessão de direito real de uso de cem lotes agrícolas irrigados no município de Ribeira do Amparo, que beneficiarão 500 pessoas.

Foram aplicados R\$ 175,2 mil na aquisição de uma área de 407 hectares no município de Cipó, visando à implantação do módulo a ser irrigado a partir da água de dois poços profundos, devendo beneficiar cem famílias produtoras.

PROJETO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA RURAL DO VALE DO CURAÇÁ

Em convênio com o Centro de Cultura e Assistência Social da Paróquia de Jaguarari, a SEAGRI assegurou a operação e manutenção do sistema de abastecimento de água rural composto por 55 km de adutora, sete reservatórios de 10m³, cinco reservatórios de 20m³, 20 bebedouros, chafarizes, uma caixa de distribuição de 70m³, e uma estação de bombeamento com duas bombas de 50CV com vazão de 44,8m³/h, atendendo 11 localidades e 307 domicílios.

A iniciativa beneficiou uma população de 2.595 habitantes e um rebanho de caprinos e ovinos de 50 mil cabeças na região do Vale do Curaçá. Essas ações representaram um investimento de R\$ 251 mil.

REVITALIZAÇÃO DA ECONOMIA DA REGIÃO SUL DA BAHIA

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO SUL DA BAHIA – PAC/CACAU

Em função da crise que se abateu sobre a economia regional, a partir do final da década de 1980, e atendendo às demandas dos produtores da região cacauzeira, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, em parceria com o governo do Estado da Bahia, elaborou o PAC/Cacau, lançado recentemente pelo governo federal, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento da produção agrícola da região e reverter o processo de desagregação econômica, social, ambiental e cultural.

No plano de execução do PAC/Cacau foram estabelecidas as seguintes ações:

• Caracterização e Equacionamento da Dívida dos Cacaucultores

De suma importância para a revitalização da economia regional, as ações integradas e complementares visam restabelecer as condições de normalidade do produtor de cacau, renegociando suas dívidas e abrindo novas linhas de crédito que possibilitem a adoção da tecnologia da clonagem, assim como a diversificação, agroindustrialização e agregação de valor às cadeias produtivas.

De acordo com dados, de julho/2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, a dívida do cacaucultor soma R\$ 456,2 milhões, representando 45,1% de um universo que envolve dívidas de outras naturezas (Tabela 21).

Tabela 21

TOTAL GERAL DA DÍVIDA DOS CACAUCULTORES BAHIA, 2008

DESCRIÇÃO	Em R\$ milhões	
	VALOR	%
Programa de Recuperação da Lavoura Cacauzeira Baiana (*)	456,2	45,1
Pesa - Cacau	275,0	27,2
Securitização	185,0	18,3
Outras Dívidas	95,0	9,4
TOTAL	1.011,2	100,0

Fonte: Mapa
(*) Dados de Julho/2007

O instrumento legal para o equacionamento das dívidas dos produtores e operacionalização do PAC/Cacau é a Lei Federal nº 11.775, que estabeleceu medidas de estímulo à liquidação ou renegociação de dívidas de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

O governo do Estado, por intermédio da SEAGRI e em parceria com os agentes financeiros (Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Desenvolvimento), Ceplac, EBDA e Instituto Biofábrica de Cacau, implementou uma campanha de esclarecimento dos produtores, mostrando as vantagens da renegociação e estimulando-os a fazer a opção pela adesão. Foram promovidas reuniões em vários municípios da região cacaueira, com grande participação dos cacauicultores que passaram a aderir à renegociação das dívidas. De um total de 9.153 operações de crédito nas quatro fases do plano de recuperação da lavoura cacaueira, houve adesão em 7.506 operações, correspondendo a 82%.

● Crédito Rural para Revitalização da Cacaucultura

Clonagem e Adensamento – Para que a cultura do cacau adquira competitividade é necessário crédito rural para investimento no sentido de introduzir novas tecnologias, dentre as quais a clonagem do cacaueiro com variedades autocompatíveis e tolerantes à vassoura-de-bruxa e o adensamento das áreas com cacau, devendo ser clonados e adensados 150 mil hectares. Um protocolo de intenção firmado pela SEAGRI, EBDA, Ceplac, Instituto Cabruca e o Instituto Biodinâmico – IBD, prevê a recuperação e implantação de dois mil hectares de cacau orgânico voltados à agricultura familiar.



Cultura do Cacau

Os recursos necessários e que serão destinados pelos agentes financeiros para empréstimos aos produtores no período de 2008 a 2015 são de R\$ 975 milhões.

A Biofábrica de Cacau localizada em Ilhéus produziu e colocou à disposição dos produtores de cacau quase dois milhões de mudas clonais em 2008 e informações de campo indicam que aproximadamente dois mil hectares foram recuperados com os novos plantios.

Para o Custeio Agrícola – A utilização das tecnologias recomendadas pelos órgãos de pesquisa e de assistência técnica somente será possível com o acesso dos produtores ao crédito de custeio, a fim de manter suas lavouras com níveis de produtividade que remunerem adequadamente os investimentos realizados na clonagem e adensamento. Serão disponibilizados ano a ano e liquidados pelos produtores durante o período de nove anos, recursos correspondentes a R\$ 360 milhões.

Até 2010, serão custeados 150 mil hectares já clonados e adensados. A partir de 2011, novas áreas serão incorporadas e custeadas até alcançar 300 mil hectares.

ALTERNATIVAS AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS

Algumas alternativas se apresentam como viáveis para o avanço da revitalização da região cacaueira.

● Seringueira

O agronegócio borracha no Estado da Bahia está localizado na região Sudeste, onde a seringueira é encontrada na faixa litorânea que se estende desde o Território do Baixo Sul até o Território do Extremo Sul. A produção do Estado é de 12 mil toneladas anuais de borracha seca, em uma área de aproximadamente 23 mil hectares.

A Bahia possui um moderno *cluster* da borracha, com quatro indústrias de pneumáticos com capacidade para produzir 50 mil pneus por dia, gerando 2 mil empregos diretos, além de indústrias de suporte (negro-de-fumo, arame para pneus), artefatos de borracha e três unidades de processamento pós-colheita com capacidade para beneficiar 26 mil toneladas de borracha seca/ano.

Entretanto, a falta de uma política para investimentos em novos plantios e o avançado estado de envelhecimento dos seringais são indicadores da redução crescente da oferta de matéria-prima, o que

certamente afetará o setor a médio e longo prazo, justamente no período em que o mercado mundial apresenta um crescimento da demanda superior à oferta, condição que vem elevando os preços do produto.

A criação de uma política voltada para o desenvolvimento do agronegócio borracha em associação com o cacau, e outros cultivos, com efeitos positivos para os setores primário, secundário, terciário e para toda a sociedade, será de extrema importância social e econômica no contexto da revitalização da economia regional.

A proposta incluída no PAC/Cacau preconiza a implantação, no período de 2008 a 2014, de 92 mil hectares de novos seringais, sendo 17 mil em consórcio com cacau, banana e cultivos de ciclo curto (Sistema Agroflorestal – SAF) e 75 mil em substituição à eritrina (árvore de sombra para o cacau), com a utilização de recursos financeiros da ordem de R\$ 157,4 milhões e R\$ 512,8 milhões, respectivamente.

Com a produção das novas áreas e das áreas tradicionais, a Bahia passará a produzir 126 mil toneladas de borracha seca por ano.

O governo do Estado disponibilizou em 2008 aos agricultores familiares, através da Biofábrica de Cacau, três milhões de mudas de seringueiras enxertadas, no valor de R\$ 5,4 milhões.

• Dendê para produção de biodiesel

A área cultivada com dendê atualmente na Bahia é de aproximadamente 40 mil hectares, com uma produção de óleo em torno de 24 mil toneladas e produtividade de 600kg/ha. Essa situação pode ser alterada, passando-se para uma produtividade de quatro mil kg de óleo/ha, quase sete vezes a produtividade atual, utilizando material genético de qualidade superior, como o híbrido Tenera.

A Bahia dispõe de cerca de 600 mil hectares de terras adequadas para o cultivo de dendê, estendendo-se em toda faixa litorânea, desde o Recôncavo até o Extremo Sul do Estado.

O agronegócio dendê tem amplas possibilidades de geração de renda para os mini, pequenos, médios e grandes produtores. Para que isso ocorra, é necessário que seja modificado o perfil de exploração, através da organização e capacitação dos produtores, melhoria das práticas utilizadas no manejo da cultura, fomento ao uso de insumos e utilização de material genético (variedades/híbridos)

superior, assim como utilização de tecnologias mais apropriadas ao processo de extração do óleo, contribuindo, também, para evitar danos ao meio ambiente.

Por ser o dendê a oleaginosa que apresenta o maior rendimento de óleo por hectare, a sua inserção no Programa de Biodiesel é altamente justificável. Ao mesmo tempo, o óleo de palmiste extraído da amêndoa do fruto poderá suprir a demanda da indústria oleoquímica, especialmente para produção de ácidos e álcoois graxos utilizados na confecção de cosméticos e de produtos farmacêuticos.

A meta estabelecida no PAC/Cacau é de 30,5 mil hectares de plantios e recomposição de estandes dos dendeais decadentes em produção, no período de 2008 a 2013, com investimentos previstos de R\$ 97 milhões.

O governo do Estado disponibilizará aos agricultores familiares 2,1 milhões de mudas da variedade híbrida Tenera, no valor de R\$ 6,3 milhões. Em 2008 foram adquiridas pela SEAGRI 100 mil mudas, a um custo de R\$ 257 mil, para distribuição aos produtores familiares.

Uma vez alcançada a meta de 30,5 mil hectares de plantas e recomposição da produção anual de dendê, a Bahia passará de 24 mil para 85 mil toneladas de óleo/ano.

• Fruticultura

O programa de fruticultura tem como objetivo aumentar a renda dos empreendedores rurais de pólos agroindustriais e gerar ocupação de mão-de-obra na região, através da expansão e fortalecimento da sua cadeia produtiva. Aumentar, diversificar e melhorar a qualidade da produção regional de frutas, com o desenvolvimento da cultura cooperativa e o aprimoramento da gestão dos empresários rurais é condição indispensável para o sucesso do programa.

Serão estimulados os plantios de abacaxi, acerola, banana, cajá, coco, cupuaçu, graviola, goiaba, mamão e maracujá, bem como a agregação de valor através da agroindustrialização, no período de 2008 a 2014.

O governo do Estado disponibilizará aos agricultores familiares 6,4 milhões de mudas de árvores frutíferas, no valor de R\$ 3,8 milhões, ao longo do compromisso do PAC/Cacau. Em 2008, através da Biofábrica de Cacau de Ilhéus, foram disponibilizadas quase 700 mil mudas de fruteiras diversas.

• Palmito cultivado

A produção de palmito tendo a pupunha como matéria-prima apresenta vantagens agrônômicas perante outras espécies, notadamente em relação à precocidade, produtividade, adaptação ao cultivo intensivo e produção perene que estão fazendo crescer com muita rapidez as áreas de cultivo em diversas regiões do Brasil, como o Vale do Ribeira, em São Paulo e o Sul da Bahia.

Na Bahia, a cultura já ocupa mais de quatro mil hectares, e a região Sul da Bahia conta com cinco processadoras do palmito, sendo duas indústrias de grande porte: a Industrial e Comercial Ltda – Inaceres, no município de Uruçuca e a Ambial Agroindustrial Ltda., em Igrapiúna.

No contexto do PAC/Cacau serão destinados, até 2014, R\$ 164,1 milhões para implantação de 9,6 mil hectares de novos plantios de pupunha.

O Banco do Nordeste e Banco do Brasil dispõem de diversas linhas de financiamento que se ajustam bem às condições da cultura, como carência de três anos, prazo de pagamento de oito anos e juros abaixo de 8% a.a. Na linha do Pronaf os juros podem ser inferiores a 4% a.a.

O governo do Estado disponibilizará aos agricultores familiares, nos próximos quatro anos, 32 milhões de mudas a serem produzidas pelo Instituto Biofábrica de Cacau, no valor de R\$ 28 milhões, que servirão ao plantio de quatro mil hectares de pupunha.

Através do Instituto Biofábrica de Cacau, o governo do Estado mantém no município de Camamu uma biofábrica de mudas de pupunha que tem dado apoio aos produtores de palmito, distribuindo material genético de qualidade superior.

• Produção racional de piaçava

A piaçava é explorada em toda a faixa litorânea do Estado da Bahia, a partir dos Territórios Litoral Norte até Extremo Sul, especialmente nos municípios de Belmonte, Cairu, Canavieiras, Ilhéus, Ituberá, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença.

A produção (sistema extrativista) anual é de 87 mil toneladas de fibras, numa área extensa estimada em mais de 200 mil hectares. Entretanto, se o cultivo fosse tecnicamente formado (densidade de 816 plantas por hectare, espaçamento de 3,5 x 3,5 m), a área atual de produção seria de aproximadamente 20 mil hectares.

Apesar da importância econômica da piaçava estar na extração de suas fibras que servem para a fabricação de vassoura de uso doméstico, isolantes térmicos e cordas para amarração de navios, aproveita-se também a casca (resíduo obtido com a limpeza), que serve para enchimento nos assentos de automóveis e cobertura de casas no meio rural e urbano; a amêndoa, que serve para extração do óleo utilizado na culinária; o mesocarpo, utilizado na fabricação da “farinha de satim”, para feitiço de cuscuz e mingaus; o coquilho e a tala, que servem para fabricação de produtos artesanais.

Nas áreas produtoras, notadamente no Território do Baixo Sul, centenas de empregos são mantidos nos depósitos de piaçava, onde é feito seu beneficiamento, assegurando o sustento de inúmeras famílias. A criação de postos de trabalho se dá tanto no meio rural como no meio urbano.

Essa atividade se constitui em alternativa altamente interessante para a diversificação agroeconômica do litoral da Bahia, contribuindo desta forma para a geração de emprego e renda, além de assegurar a preservação da espécie vegetal, ameaçada de extinção. O projeto destinará R\$ 10 milhões para formação de lavouras, adotando novas tecnologias.

• Recuperação da bovinocultura de leite

O plantel de bovinos de leite da região cacaueira está constituído de 82.896 cabeças, apresentando baixa produtividade, incompatível com a boa capacidade de suporte registrada pelas pastagens, necessitando de apoio para sua recuperação. A região apresenta um déficit de 207 mil litros de leite/dia.

Serão recuperadas 1,8 mil propriedades, com a utilização de R\$ 55,4 milhões, no período de 2008 a 2011.

• Agroindústrias

Industrialização de cacau em pequena escala – A região cacaueira do sul da Bahia vem, há mais de dois séculos, produzindo e vendendo cacau em amêndoas, sem agregar valor aos seus derivados e subprodutos.

Esse quadro precisa ser alterado com a geração e difusão de tecnologias adequadas à realidade atual da economia regional, devendo ensinar aos produtores que verticalizem sua produção com a instalação de pequenas e médias indústrias destinadas a processar amêndoas, transformando-as em líquido e seus derivados (chocolate, manteiga e

pó de cacau). Poderá, ainda, aproveitar os subprodutos, como mel e polpa, para produção de sucos, geléias, vinhos e aguardente, além dos resíduos do cacau para geração de energia alternativa.

Com isso, a região terá a possibilidade da criação de nichos específicos de mercado de cacau fino e especial e de cacau orgânico. Esses mercados atravessam um período de franca expansão não só no Brasil, mas em todo o mundo, apresentando uma característica que se torna um diferencial competitivo que é o fato das grandes moageiras do setor não terem condições operacionais de atuar nesse segmento.

Após a confirmação do potencial de mercado do cacau e do chocolate orgânico e fino/especial, alguns produtores regionais já produzem cacau orgânico e fino chegando a obter prêmios que alcançam até 100% do valor convencional. Os preços atuais do cacau comercializado na região estão em torno de R\$ 80 por arroba ou R\$ 5 por quilo de amêndoa. Estima-se que o valor do quilo de líquido seja de R\$ 15 e o de chocolate, de R\$ 45, evidenciando a grande vantagem do processamento, anterior à sua comercialização.

As metas do PAC/Cacau preconizam a instalação de 20 unidades de industrialização de cacau em pequena escala, assim como duas micro-usinas de dendê e duas indústrias de mandioca (fecularias), no período de 2008 a 2011, com investimentos de R\$ 25,9 milhões.

O governo do Estado disponibilizará R\$ 2 milhões para apoiar a instalação das indústrias por meio dos serviços de terraplenagem, redes de energia e água.

Outra preocupação do PAC/Cacau é com a recuperação da capacidade operativa das organizações estaduais de pesquisa e assistência técnica, com destaque para a ampliação do quadro de técnicos da EBDA e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, estando prevista a contratação de 57 técnicos de nível superior e 84 de nível médio, o que permitirá atender 35 mil pequenos, médios e grandes produtores, inclusive assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas. No período de execução de 2008 a 2014, estão previstos mais de R\$ 18 milhões para as ações de assistência técnica.

O governo do Estado já realizou, em 2008, a contratação de 41 técnicos para ampliar o quadro de extensionistas da EBDA na região. Os novos profissionais foram capacitados através de cursos de tecnologia de produção do cacaueiro.

Além das ações comentadas acima, o PAC/Cacau ainda investirá em pesquisa, produção de mudas, na capacitação de técnicos e produtores e na regularização fundiária, conforme montantes e metas constantes no Quadro 3.

AQUICULTURA E PESCA

Através da Bahia Pesca, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, o governo do Estado trabalha com a finalidade de fomentar a aquicultura e a pesca, mediante a implantação de projetos sustentáveis observando a natureza econômica, social, ambiental e cultural como forma de contribuir para o desenvolvimento da Bahia.

O trabalho tem como ênfase o desenvolvimento da pesca artesanal e da aquicultura, visando à melhoria da qualidade de vida dos pescadores e comunidades envolvidas. Como parte da estratégia de ação, o governo atua na atração de investimentos, desenvolvimento científico, tecnológico, criação de pólos produtores e fortalecimento das cadeias produtivas.



Pesca Artesanal

Quadro 3

OUTRAS AÇÕES DO PAC/CACAU BAHIA, 2008–2012

AÇÃO	Em R\$ milhões	
	INVESTIMENTO	META
Pesquisa	4	15 projetos
Produção de Mudas	5,4	3 milhões mudas enxertadas de seringa
	6,3	2,1 milhões mudas de dendê
	3,8	6,4 milhões mudas frutíferas
	20,0	32 milhões de mudas de palmeiras
Capacitação de Técnicos e Produtores	2,5	600 pessoas
Regularização Fundiária	3	200 mil hectares

Fonte: SEAGRI/SDA

Dentro das atividades para o desenvolvimento do setor produtivo do Estado, a pesca e a aquicultura vêm ganhando cada vez mais espaço, apresentando um excepcional crescimento nos últimos dois anos, com investimentos aplicados da ordem de R\$ 37,6 milhões em projetos produtivos sociais.

Novos investimentos, que giram em torno de R\$ 37 milhões, estão em fase de negociação com as instituições parceiras e serão aplicados com a implementação de novos programas. Os programas já se encontram em fase inicial de implantação, com a seleção das áreas e do público beneficiário, a exemplo do Programa de Incentivo à Inserção Produtiva de Jovens Pescadores, integrado por vários projetos, tais como: a criação do Barco-Escola, a Implantação de Unidades de Capacitação em Piscicultura Continental e em Aquicultura Marinha, o Projeto Incubadora em Gestão, Gerenciamento e Comercialização de Pescado, o Projeto de Produção de Biocombustíveis a partir do cultivo de microalgas marinhas e o Projeto de Aproveitamento de Rejeito de águas de poços salinizados para a produção de pescado no Semi-árido do Estado.

Nos últimos anos, a aquicultura tem se mostrado uma excelente opção de desenvolvimento socioeconômico para o Estado. Com uma produção anual acima de 80 mil toneladas, proveniente da aquicultura e da pesca, a Bahia é hoje o terceiro estado na produção nacional de pescado e ocupa o primeiro lugar na região Nordeste, segundo os últimos dados da estatística pesqueira nacional.

Apesar de o setor pesqueiro absorver cerca de 120 mil pessoas no Estado, a pesca continua sendo predominantemente artesanal, devido, principalmente, às características da plataforma continental que possui uma faixa de litoral bastante estreita e de fundo rochoso, aliado à baixa produtividade primária das águas.

Por estas razões, como forma de incrementar a produção oriunda da captura, o governo do Estado vem implementando, desde 2007, e no ano de 2008, ações inovadoras de tecnologia para a captura de peixes em águas mais profundas, com a capacitação de pescadores artesanais e a utilização de equipamentos mais modernos, tais como: GPS, sonda, melhoria das infra-estruturas das unidades artesanais de pesca – colônias de pescadores, unidades de beneficiamento de pescados (peixes e mariscos), mercado de comercialização de peixes, implantação e recuperação de terminais pesqueiros – e ações de ampliação e melhoria das embarcações.

O governo do Estado também está fomentando a implantação de projetos produtivos de aquicultura em áreas marinhas e continentais, objetivando maximizar a produção de pescado no Estado.

Todas as ações desenvolvidas pela Bahia Pesca, nesta nova gestão, são realizadas em parcerias com cooperativas de pescadores, associações de produtores rurais, órgãos governamentais, instituições de ensino médio e superior e empresas privadas, que têm como base um criterioso estudo de impacto ecológico nas áreas envolvidas.

Para potencializar o uso das barragens construídas no Estado da Bahia, através da implementação da piscicultura integrada, a Bahia Pesca desenvolveu o Projeto de Povoamento Racional das Aguadas Públicas Comunitárias.

O projeto visa povoar os reservatórios comunitários com espécies de peixes adaptadas às condições climáticas das diversas regiões da Bahia, sendo os alevinos inicialmente criados em berçários até atingirem a fase juvenil e depois de determinado peso são transferidos para o reservatório, proporcionando assim um maior grau de controle sobre a mortalidade na fase inicial dos peixes.

O projeto já abrange 106 municípios e a distribuição dos alevinos possibilita uma produção estimada de 4,3 milhões de toneladas de peixe ao longo dos três anos de sua implementação. Além disso, 60 mil famílias de pequenos produtores estão sendo beneficiadas.

O Projeto de Unidades Demonstrativas da Aquicultura em Tanques-rede é uma ação que integra o Plano de Desenvolvimento da Aquicultura e visa fomentar a criação de peixes para ajudar no suprimento de alimentação das comunidades ribeirinhas, além de fortalecer a cadeia produtiva da aquicultura continental, através da implantação de módulos demonstrativos de produção de pescado em tanques-rede, utilizando os espelhos d'água dos diversos reservatórios no Estado.

Em setembro de 2008, foram entregues as unidades demonstrativas no município de Vitória da Conquista, com dois módulos de 20 tanques-rede cada e outra na cidade de Anagé, com um módulo de 40 tanques-rede. Em dezembro, mais 30 unidades foram entregues em Ajustina, Tremedal, Canudos, Araci, Caraibas, Itiúba, Ibiassucê, Caculé e Paramirim. A primeira despesca, ou seja, a retirada de peixes dos tanques, está prevista para o período da Semana Santa de 2009, com a expectativa de produção de 72 mil quilos de pescado.

Mais um projeto para beneficiar a atividade pesqueira está sendo implantado na Bahia. No final de julho de 2008, a Bahia Pesca, em parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – Seap, do governo federal, lançou o projeto para a construção do Terminal Pesqueiro da Ribeira, em Salvador. Esse projeto faz parte do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável “Mais Pesca e Aquicultura”, cujas ações visam fomentar a produção de pescado em todo o país.

O terminal da Ribeira vai funcionar como um entreposto comercial de desembarque, beneficiamento, comercialização e ponto de distribuição do pescado, melhorando assim as condições de trabalho e renda dos pescadores.

No terminal serão realizadas diversas atividades como: descarga, recepção, manuseio, beneficiamento, armazenagem, classificação, pesagem, fabricação e armazenagem de gelo, reparos e manutenção de embarcações, bem como formação, capacitação e qualificação de pessoal para aumentar o desempenho da atividade pesqueira.

Para viabilizar todas essas ações foram firmados convênios e acordos de cooperação técnica com diferentes órgãos e ministérios: Ministério da Integração Nacional, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério da Educação, Ibama, Instituto Chico Mendes, Embrapa, Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Secretaria dos Portos, Marinha e Furnas Centrais Elétricas.

O Quadro 4 detalha as ações de aquicultura e pesca do governo nas áreas de atuação, indicando os resultados alcançados.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA AGRÁRIA

Focada no desafio de fortalecer a agricultura familiar, promovendo uma distribuição mais justa das riquezas produzidas no campo, o governo da Bahia, por intermédio da SEAGRI, procurou responder duas grandes preocupações do Estado: a regularização da posse das terras e a democratização do acesso à terra.

Quadro 4

SÍNTESE DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS DE AQUICULTURA E PESCA BAHIA, 2008

AÇÕES	LOCALIZAÇÃO	RESULTADOS
Implantação de Unidade de Cultivo de Ostra Nativa	Baía de Todos os Santos	122 famílias explorando 150 módulos de cultivo com expectativa de 270 mil dúzias de ostra/ano;
Povoamento de Barragens Públicas Comunitárias	Em todo o Estado	35 mil famílias beneficiadas com a distribuição de 9,6 milhões de alevinos;
Projeto de Proteção a Saúde das Marisqueiras e Pescadores	Vera Cruz e Salvador	Fase final de implantação de dois Centros Odontomédicos com expectativa de atendimento a 13,7 mil pescadores e marisqueiras da Baía de Todos os Santos;
	Saubara, Santo Amaro, Salvador e Candeias	Distribuição de 83 kits para a melhoria da atividade das marisqueiras;
	Candeias, Santo Amaro e Saubara	Fase final de implantação de três unidades de beneficiamento para processamento de mariscos;
Reestruturação das Unidades de Produção de Alevinos	Cachoeira, Cipó, Camaçari, Jequiê, Saubara, Santana, Boa Vista do Tupim, Paulo Afonso e Itamaraju	Ampliação da produção de alevinos, passando de 15 milhões para 60 milhões alevinos/ano;
Implantação de Unidade de Produtiva de Piscicultura em Tanques-Rede	Sertão Produtivo, Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina, Extremo Sul, Bacia Hidrográfica São Francisco, Baixo Sul, Litoral Sul, Itapetinga, Vitória da Conquista, Médio Rio de Contas, Vale do Jequiriçá, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte Itapicuru, Sisal, Semi-Árido Nordeste II	Nos meses de setembro e dezembro/08 foram inauguradas onze unidades demonstrativas em Adestina, Tremedal, Canudos, Araci, Caraíbas, Itiúba, Vitória da Conquista, Anagé, Ibiassucê, Caculé e Paramirim;
		Até o início de 2009, todos os módulos de cultivo estarão instalados, com expectativa de produção de 2,1 mil t/ano, com um investimento de R\$ 5 milhões do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;
Implantação de Unidade Simplificada para o Beneficiamento de Pescado	Prado, Paulo Afonso, Camaçari e Lauro de Freitas	As quatro unidades já foram construídas, beneficiando 1.050 mil pescadores e piscicultores com vistas ao beneficiamento de 3 mil t/pescado/ano;
Implantação de Unidade de Rede de Negócio do Pescado	Diversos Municípios	Distribuição de 40 freezers para 40 entidades ligadas à pesca artesanal, beneficiando 350 pescadores;
	Maragogipe	Reforma do mercado de peixe, beneficiando 2 mil pescadores;
Monitoramento do Povoamento dos Manguezais com Caranguejo Nativo	Santo Amaro e Canavieiras	Povoamento dos manguezais com 2,0 milhões de megalopas (larva de caranguejo), beneficiando 2.614 mil pescadores e 736 marisqueiras;
Implantação de Unidade Produtiva de Peixe Marinho	Baía de Todos os Santos	Implantação de 18 unidades de cultivos, com expectativas de produção de cinco mil t/ano;
Emissão do Registro Geral da Pesca – RGP	Em todo o Estado	Sistematização dos processos para emissão de 77 mil RGP para a legalização profissional dos pescadores no INSS e Seap.

Fonte: SEAGRI/Bahia pesca

Em 2008, as atividades estiveram voltadas para o desenvolvimento agrário do Estado e a promoção de ações de impacto para a sustentabilidade da agricultura familiar, de acordo com as prioridades de governo expressas no Plano Plurianual 2008–2011.

Para o empreendimento da reforma agrária e regularização fundiária do Estado, o desafio que se estabelece como meta de superação é o atual estágio do nosso desenvolvimento agrário, com a necessidade de revisão da legislação agrária estadual, ainda assentada em princípios feudais, de forma a possibilitar ações efetivas que contribuam para a desconcentração das terras, agilizando os processos de identificação e arrecadação de terras públicas e devolutas para fins de assentamento de famílias de trabalhadores rurais que não possuem terras.

Em 2008, foi instalado um Grupo de Estudos Jurídicos com a finalidade de fundamentar uma proposta de atualização de Lei de Terras da Bahia.

Foi retomada, após 20 anos, a regularização das terras devolutas do Estado, com o procedimento da discriminatória administrativa rural já deflagrada em oito municípios representativos de cinco Territórios de Identidade, onde os conflitos fundiários estão mais acentuados.

Cabe destacar ainda a implantação, na Bahia, do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, em parceria com os órgãos estaduais de terra, já com ações planejadas em três municípios baianos.

Além das ações de fomento ao crédito fundiário, implantação de infra-estrutura rural nos assentamentos e rotinas de regularização, através das medições e titulações, a SEAGRI, mantendo o diálogo permanente com a sociedade civil representada pelos movimentos sociais organizados, tem exercido papel importante na mediação de conflitos agrários e no encaminhamento e acompanhamento das demandas pautadas pelos movimentos sociais para o Estado.

Participando do Grupo Executivo Intersetorial para construção da Política Estadual de Desenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombos – coordenado pela Secretaria de Promoção da Igualdade – e do Comitê Executivo Estadual responsável pela implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no Estado da Bahia – coordenado pela SERIN –, a SEAGRI colaborou para o estabelecimento de políti-

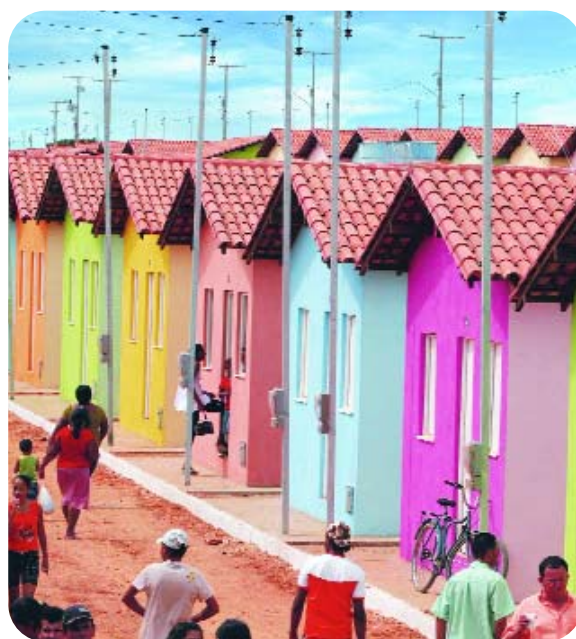
cas do Estado voltadas para o desenvolvimento sustentável dos povos dos campos, para os quais a regularização fundiária e o desenvolvimento agrário são fundamentais.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O título de terra representa segurança para os agricultores familiares, pois é a prova real e jurídica de que o imóvel lhe pertence, freando a ação da grilagem e da especulação imobiliária. Este documento serve ainda como garantia hipotecária para aquisição de crédito agrícola junto aos agentes oficiais de crédito e é um dos documentos mais requisitados e exigidos pelo governo federal para a aposentadoria rural, ou seja, existem neste contexto aspectos jurídico, econômico e social.

É importante ressaltar que muitos requerentes estão transformando seus imóveis em Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, contribuindo para a preservação e utilização adequada dos recursos naturais e do meio ambiente.

A partir de 2007, as ações de regularização fundiária basearam-se na organização e execução, a partir da ótica territorial, de encontros de trabalho entre a Coordenação de Desenvolvimento Agropecuário – CDA e os Territórios, chamados de “Oficina de Planejamento das Ações de Regularização no Território de Identidade”. Esta dinâmica permaneceu em 2008, orientando as ações de cadastro, medição e entrega de títulos de propriedade.



Manu Dias

Entrega de Títulos de terra e casas

Em 2008, foram realizadas oficinas de planejamento das ações de regularização fundiária em três Territórios de Identidade, que somadas àquelas realizadas no ano de 2007, totalizaram o envolvimento de 20 Territórios. Dos 318 municípios baianos que tiveram representação nas oficinas de planejamento, 112 já foram cadastrados para o planejamento das ações de cadastro, medição e entrega de títulos de propriedade junto ao CDA (Tabela 22).

As medições realizadas, no período, representaram uma atuação em 22 Territórios e um total de 8.196 medições, indicadas na Tabela 23.



Entrega de Títulos de terra

Tabela 23

**MEDIÇÕES REALIZADAS
BAHIA, 2008**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	QUANTIDADE DE MEDIÇÕES
Velho Chico	239
Chapada Diamantina	169
Sisal	804
Litoral Sul	509
Baixo Sul	247
Extremo Sul	303
Vale do Jequiriçá	263
Sertão do São Francisco	195
Bacia do Paramirim	439
Piemonte do Paraguaçu	502
Piemonte da Diamantina	403
Semi-Árido Nordeste II	1.097
Agreste de Alagoinhas	841
Vitória da Conquista	141
Recôncavo	385
Médio Rio de Contas	371
Bacia do Rio Corrente	342
Itaparica	3
Piemonte Norte do Itapicuru	463
Metropolitano de Salvador	229
Oeste Baiano	125
Bacia do Jacuípe	126
TOTAL	8.196

Fonte: CDA/Coordenação de Ação e Regularização Fundiária

Tabela 22

**OFICINAS DE PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
BAHIA, 2007-2008**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS 2007/ 2008	MUNICÍPIOS CADASTRADOS		
		2007	2008	TOTAL
Velho Chico	17	5	1	6
Sisal	20	9	1	10
Litoral Sul	27	7	—	7
Baixo Sul	14	9	—	9
Extremo Sul	21	1	6	7
Vale do Jequiriçá	21	5	1	6
Sertão do São Francisco	10	—	—	—
Oeste Baiano	14	—	2	2
Bacia do Paramirim	9	—	2	2
Sertão Produtivo	20	—	3	3
Piemonte do Paraguaçu	14	2	—	2
Bacia do Jacuípe	15	—	5	5
Piemonte da Diamantina	9	4	—	4
Semi-Árido Nordeste II	18	7	—	7
Agreste de Alagoinhas	22	20	—	20
Recôncavo	21	—	4	4
Médio Rio de Contas	16	10	—	10
Bacia do Rio Corrente	11	2	1	3
Piemonte Norte do Itapicuru	9	4	—	4
Metropolitano de Salvador	10	—	1	1
TOTAL DE MUNICÍPIOS	318	85	27	112
CADASTROS GERADOS	-	34.778	12.456	47.234

Fonte: CDA/Coordenação de Ação e Regularização Fundiária

Foram aplicados em 2008 recursos da ordem de R\$ 2,4 milhões provenientes do governo do Estado nas ações de regularização fundiária, resultando na emissão de 8.830 títulos de terra, para uma área de 157.980 hectares, distribuídos nos diversos Territórios, conforme Tabela 24.

Ainda na área de regularização fundiária, cabe destacar a ação de Discriminatória Urbana, que se constitui num importante instrumento de suporte às ações de governo nos municípios.

A maioria das cidades, distritos, vilas e povoados instalaram-se e expandiram-se em terras devolutas do Estado. Assim, os imóveis ali edificadas são carentes de regularização fundiária, cuja ação tem como objetivos a transferência do domínio público estadual, para os municípios, das terras que formam as sedes municipais, com limites de concessão até 2,5 mil hectares, e de vilas, distritos e povoados até 500 hectares, constituindo-se num suporte para o Plano Diretor ou para o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município.

Tabela 24

TÍTULOS DE TERRA EMITIDOS
BAHIA, 2008

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	TÍTULOS	ÁREA
Irecê	138	1.418
Velho Chico	614	18.512
Chapada Diamantina	328	7.021
Sisal	1.161	13.612
Litoral Sul	43	1.565
Baixo Sul	708	4.593
Extremo Sul	263	9.323
Itapetinga	—	—
Vale do Jequiriçá	530	5.127
Sertão do São Francisco	1.169	37.127
Oeste Baiano	146	3593
Bacia do Paramirim	136	1.389
Sertão Produtivo	281	3.545
Piemonte do Paraguaçu	17	874
Bacia do Jacuípe	05	78
Piemonte da Diamantina	140	2.336
Semi-Árido Nordeste II	726	12.327
Agreste de Alagoinhas	1019	11.754
Portal do Sertão	190	980
Vitória da Conquista	120	2.645
Recôncavo	99	478
Médio Rio de Contas	107	1.768
Bacia do Rio Corrente	296	6.530
Itaparica	246	4.621
Piemonte Norte do Itapicuru	317	6.412
Metropolitano de Salvador	31	352
TOTAL	8.830	157.980

Fonte: CDA/Coordenação de Ação e Regularização Fundiária

No exercício de 2008, por meio de convênios com as prefeituras municipais, foram desenvolvidos três projetos de discriminatória urbana nos municípios de Itiúba, Jacobina e Jeremoabo.

A retomada das Ações Discriminatórias Administrativas Rurais constituiu-se num importante instrumento de regularização fundiária e atendeu a demanda de oito municípios, em área de 40.806 hectares, com o objetivo de discriminar as terras, separando o que é público do que é privado, verificando a legitimidade dos documentos relativos a posse ou a propriedade. As terras identificadas como devolutas ou apropriadas indevidamente são arrecadadas pelo Estado, matriculadas em cartório e destinadas, conforme as necessidades, para projetos sociais e ambientais (Tabela 25).

Outra importante ação que merece destaque no ano de 2008 é a implantação, na Bahia, do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária. Este programa é desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, por intermédio da Secretaria de Reordenamento Agrário, em parceria com os órgãos estaduais de terra e consiste no levantamento dos imóveis e no georreferenciamento, com aparelhos de última geração utilizados no Sistema de Posicionamento Global – GPS. As informações revelam a situação fundiária dos municípios, tornando-se um importante instrumento para a proposição de políticas públicas, proporcionando a execução de uma ampla ação de regularização fundiária, dirigida prioritariamente aos agricultores familiares. O planejamento das ações foi iniciado nos municípios de Ribeira do Pombal, Oliveira dos Brejinhos e Monte Santo.

APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Para o desenvolvimento das ações de Apoio à Reforma Agrária, o governo do Estado aplicou recursos da ordem de R\$ 1,3 milhão,

Tabela 25

DISCRIMINATÓRIA
ADMINISTRATIVA RURAL
BAHIA, 2008

PORTARIA	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
014/2008	Porto Seguro	884
015/2008	Eunápolis e Guaratinga	1.195
019/2008	Casa Nova	22.182
021/2008	Guaratinga	3.680
028/2008	Eunápolis	469
033/2008	Teixeira de Freitas	2.066
044/2008	Quijingue e Euclides da Cunha	3.500
045/2008	Correntina	6.830
TOTAL		40.806

Fonte: CDA/Coordenação de Reforma Agrária

provenientes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep.

A execução de ações conjuntas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, pelo Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, do governo federal, vem sendo desenvolvida pela CDA por meio da realização de vistorias de imóveis rurais passíveis de desapropriação por interesse social para assentamento de trabalhadores rurais sem terra. Em 2008, foram realizadas 53 vistorias em 17 Territórios de Identidade, indicados na Tabela 26, implicando num investimento de R\$ 505,1 mil do governo estadual, através do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep.

Das 53 vistorias realizadas, dez foram de licença ambiental. Além disso, foram realizados 26 levantamentos topográficos, 91 buscas cartoriais e 16 pré-vistorias.

Outra ação de destaque nessa área diz respeito aos Fundos de Pastos, que constituem um sistema de ocupação coletiva de terras por grupos de famílias com certo grau de parentesco. As propriedades



Mandiocultura

Tabela 26

**VISTORIA DE IMÓVEL RURAL PARA
REFORMA AGRÁRIA
BAHIA, 2008**

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	VISTORIAS
Irecê	1
Velho Chico	3
Chapada Diamantina	3
Sisal	1
Litoral Sul	13
Extremo Sul	5
Vale do Jequiriçá	5
Oeste Baiano	3
Piemonte do Paraguaçu	3
Piemonte da Diamantina	1
Semi-Árido Nordeste II	2
Agreste de Alagoinhas	6
Recôncavo	2
Itaparica	1
Vitória da Conquista	1
Piemonte Norte Itapicuru	2
Metropolitano de Salvador	1
TOTAL	53

Fonte: CDA/Coordenação de Reforma Agrária

têm uma área coletiva, onde a atividade principal é o pastoreio extensivo de caprinos, ovinos e bovinos, com direito de uso comum da pastagem nativa pelo grupo. Secundariamente, cada família participante tem uma pequena gleba onde desenvolve agricultura de subsistência com o plantio de milho, feijão-de-corda, mandioca, melancia, entre outros, e em alguns casos, pequenos plantios de palma forrageira.

A CDA regulariza a posse destas áreas e encaminha ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, para processo de reconhecimento como área de reforma agrária.

O Estado da Bahia possui hoje 413 áreas de Fundos de Pastos, que envolvem um total de 16.438 famílias. Destas áreas, 125 estão reconhecidas pelo Incra, beneficiando 4.668 famílias e 96 já estão tituladas, beneficiando 3.821 famílias.

Com vistas a reduzir a diferença entre as áreas existentes e tituladas, a CDA vem atuando nas áreas de Fundos de Pastos, tendo realizado 20 medições/demarcações e indicado para medição 96 áreas coletivas em 2008.

Outra importante ação desenvolvida pela CDA no apoio à reforma agrária refere-se à implantação de infra-estrutura rural em áreas de assentamentos de reforma agrária.

Em 2008, foi dada continuidade aos convênios com associações representantes de assentamentos rurais, beneficiando um total de 431 famílias (Quadro 5) com a construção de casas de farinha, onde foram aplicados de R\$ 285,8 mil pelo governo da Bahia.

O apoio à reforma agrária também se dá pela assistência aos movimentos sociais e às associações representantes dos assentamentos, por meio de apoio a eventos e serviços que beneficiam os assentados e suas famílias, sendo que em serviços foram aplicados R\$ 245 mil do governo estadual, beneficiando 108 famílias.

O Quadro 6 relaciona as atividades apoiadas nas áreas de assentamentos e de movimentos sociais.

AÇÕES DE ARTICULAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E DIALÓGO SOCIAL

A CDA desenvolve um importante papel na mediação de conflitos ligados à terra. Suas ações vêm sendo pautadas na articulação com os movimentos sociais e com os órgãos responsáveis pela execução e cumprimento das deliberações judiciais relacionadas com os conflitos agrários (Ouvidoria Agrária Nacional, Incra, Casa Militar, Secretaria de Segurança Pública – polícias Militar e Civil); no acompanhamento dos mandados judiciais de reintegração de posse envolvendo trabalhadores rurais, com vistas a facilitar os entendimentos entre as partes; e na participação de audiências públicas, discutindo questões relacionadas com a promoção e defesa dos direitos humanos e civis no campo.

Quadro 5

OBRAS E SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO BAHIA, 2008

MUNICÍPIO	ASSOCIAÇÃO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
Andaraí	Associação Comunitária Mocó	45
Ibipeba	Associação Comunitária Nova Esperança	40
Itamaraju	Associação dos Agricultores do Vale do Jucuruçu	60
	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de São Paulino	40
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Itamaraju/São Francisco	40
Prado	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Nova Esperança	51
	Associação Comunitária dos Agricultores Unidos para Vencer	20
Riacho de Santana	Associação dos Produtores Rurais de Pau Preto	25
Sebastião Laranjeiras	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Nova União	70
Palmas de Monte Alto	Associação Comunitária Nova Esperança da Mangueira	40
TOTAL		431

Fonte: CDA/Coaf

Quadro 6

APOIO E ASSISTÊNCIA A ÁREAS DE ASSENTAMENTOS E MOVIMENTOS RURAIS BAHIA, 2008

ATIVIDADE APOIADA/ASSISTIDA	ASSOCIAÇÃO/MOVIMENTO
Seminário Regional	Central das Associações Agropastoris de Fundo de Pasto da Região de Senhor do Bonfim
Encontro de dirigentes de Associações para avaliação, planejamento e redirecionamento das atividades.	Associações Comunitárias Fazenda Nova, Parateca, Paus Pretos, Campo Lindo e Nova União
I Encontro de jovens filhos de agricultores familiares do Assentamento Caxa	Associação Comunitária dos Agricultores Familiares do Projeto Caxa
Encontro de dirigentes de associações para planejamento das disponibilidades de SICs	Associações Comunitárias Itaberaba, Nova Esperança, Fazenda Pê do Morro e Vale do Progresso
Encontro de dirigentes de associações para planejamento das disponibilidades de SICs	Associações Produtores de Champrona, Riacho da Caruaíba e Estrada da Marreca de Xique-Xique
Reforma de unidades habitacionais	Associação Comunitária Nova Esperança da Mangueira de Palmas de Monte Alto
Reforma de unidades habitacionais	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Parateca e Pau d'Arco
Reforma de unidades habitacionais	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Timbó

Fonte: CDA/Coordenação de Reforma Agrária

O mecanismo implementado para o acompanhamento e intermediação de conflitos vem incrementando o diálogo com a sociedade civil organizada e possibilitando uma visualização de todos os conflitos e ocupações existentes no Estado, gerando instrumentos de gestão e de decisão governamental.

OUTRAS ATIVIDADES

EVENTOS

O calendário oficial das exposições agropecuárias do Estado contou com o apoio técnico de todas as unidades da SEAGRI e aporte financeiro da ordem de R\$ 2,5 milhões. Foram realizadas 35

exposições agropecuárias, beneficiando diretamente um público aproximado de 300 mil produtores rurais que tiveram a oportunidade de adquirir animais geneticamente melhorados, acesso a novas tecnologias, tais como: inseminação artificial, transferência de embriões, máquinas e implementos que otimizam a produção.

As exposições agropecuárias registraram a marca histórica de 2.455 expositores, com mais de 35 mil animais expostos, além de atrair um público visitante de quase um milhão de pessoas. Os 97 leilões realizados contribuíram para a comercialização recorde superior a R\$ 154 milhões, além de venda direta de animais entre produtores, máquinas e implementos comercializados por empresas especializadas do setor agropecuário, conforme a Tabela 27.

Tabela 27

EVENTOS AGROPECUÁRIOS DO CALENDÁRIO OFICIAL BAHIA, 2008

						Em R\$ 1.000,00
LOCAL	EVENTO	NÚMERO EXPOSITOR	PÚBLICO VISITANTE	LEILÕES	ANIMAIS EXPOSTOS	RECURSOS
Santa Cruz Cabrália	1ª Expo Verão da Costa do Descobrimento	52	550		100	150
Vitória da Conquista	42ª Exposição Agropecuária	130	100.000	4	1704	10.000
Poções	7ª Exposição Agropecuária	15	2.000		270	150
Expobahia	6ª Expobahia	120	30.000	5	3185	4.000
Mundo Novo	43ª Exposição Agropecuária	20	5.000	1	854	500
Maracás	8ª Exposição Agropecuária	15	5.000		328	200
Jeremoabo	1ª Exposição Esp. Caprinos e Ovinos	25	5.000		678	100
Irecê	10ª Exposição Agropecuária	30	20.000		542	1.500
Jequié	29ª Exposição Agropecuária	80	20.000	1		1.000
Cruz das Almas	1ª Exposição Agropecuária	30	5.000		309	50
Paulo Afonso	5ª Exposição Espec. Caprinos e Ovinos	45	10.000	1	630	500
Miguel Calmon	13ª Exposição Agropecuária	15	5.000		386	50
Guanambi	22ª Exposição Agropecuária	35	25.000	2	1450	1.800
Jacobina	22ª Exposição Agropecuária	25	5.000	1	920	400
Feira de Santana	4ª Exposição Esp. Caprinos e Ovinos	70	3.000	4	987	600
Ruy Barbosa	26ª Exposição Agropecuária	20	5.000	1	912	500
Itapetinga	39ª Exposição Agropecuária	120	35.000	4	1250	1.100
Ibiassucê	6ª Exposição Agropecuária	35	10.000		432	300
Conceição do Coité	14ª Exposição Espec. Caprinos e Ovinos	60	10.000	1	982	400
Barreiras	26ª Exposição Agropecuária	50	100.000	4	782	5.000
Senhor do Bonfim	23ª Exposição Agropecuária	40	5.000	2	762	500
Capim Grosso	2ª Exposição Agropecuária	20	4.000		320	80
Ourolândia	9ª Exposição Espec. Caprinos e Ovinos	10	5.000		378	40
Exporural	12ª Exporural – 2008	300	150.000	21	4.380	30.000
Itanhém	8ª Exposição Agropecuária	15	5.000	1	1.200	1.500
Uauá	29ª Exposição Espec. Caprinos e Ovinos	25	10.000	1	564	80
Feira de Santana	33ª Exposição Agropecuária	90	100.000	8	981	6.000
Sátiro Dias	5ª Exposição Agropecuária	3	2.000		312	50
Itapebi	31ª Exposição Agropecuária	25	10.000	-	300	250
Alagoinhas	11ª Exposição Agropecuária	55	50.000	2	1.200	1.000
Itabuna	26ª Exposição Agropecuária	24	6.000	2	835	250
Teixeira de Freitas	27ª Exposição Agropecuária	54	50.000	3	2.200	700
Ipiaú	20ª Exposição Agropecuária	12	5.000	-	335	500
Salvador	Festival do Cavalo	40	1.000		450	300
Salvador	Fenagro 2008	750	100.000	28	4.485	85.000
TOTAL		2.455	903.550	97	35.403	154.550

Fonte: SEAGRI/SDA

A Feira Internacional do Agronegócio – Fenagro, em sua 21ª edição em 2008, passou por uma profunda reformulação em sua estrutura, com o intuito de deixá-la maior, mais abrangente e, principalmente, mais dinâmica, reunindo um maior número de visitantes, criadores, associações e empresas, visando estabelecer, entre todos os elos da cadeia produtiva, importantes contatos que resultaram no fortalecimento da imagem da atividade, além de boas e novas oportunidades para o setor. Para este sucesso, o governo estadual investiu em apoio técnico, financeiro e estrutural, consolidando a Fenagro como a maior exposição do Norte e Nordeste do país, atraindo observadores de todo o Brasil, interessados no avanço da Bahia no campo da genética.

Além disso, o governo da Bahia esteve presente com seu estande institucional fora do Estado, participando da Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Caprino Ovinocultura – Feinco, Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte – Feicorte e Feira Internacional da Cadeia Produtiva do Leite – Feileite, todas realizadas em São Paulo.

REVITALIZAÇÃO DOS MUSEUS DO CACAU

O governo do Estado adquiriu equipamentos e promoveu a melhoria da infra-estrutura predial necessários ao pleno funcionamento das

unidades do Museu do Cacau que estão sediadas nos edifícios do antigo Instituto de Cacau nas cidades de Ilhéus e Salvador, proporcionando ao público visitante mais informações sobre a atividade cacaueira e a possibilidade da integração museu-comunidade-escola.

LUZ PARA TODOS

Este programa destina-se ao atendimento da população residente no meio rural, com prioridade para as cidades com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH inferior à média do Estado e localidades com atendimento energético inferior a 85%. A Bahia é o estado que possui a maior população rural do país; segundo dados do IBGE, cerca de 370 mil domicílios rurais não têm energia elétrica, dispersos em 567 mil km² do nosso território.

A SEAGRI, por meio da sua representação no Comitê Gestor Estadual – CGE, encaminhou, em 2008, um total de 10.426 solicitações visando atender aos futuros consumidores situados em áreas rurais, dando ênfase aos projetos de assentamentos distribuídos nos Territórios da Bahia, conforme Tabela 28.



Fenagro

Roberto Viana

Tabela 28

DEMANDA DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS BAHIA, 2008

SEGMENTO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Programa Cédula da Terra	359
Programa Nacional de Crédito Fundiário	572
Programa Fundo de Pasto	305
Projeto de Assentamentos Federais (INCRA-Ba) (90% dos Projetos de Assentamentos Federais já foram atendidos)	5.504
Outras Localidades Rurais	3.686
TOTAL	10.426

Fonte: SEAGRI/SDA

